



Universidade Federal do Pará
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas
Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Raquel de Jesus Costa

“Um conhecido estranho”:

Transformações no lugar de morada e nas relações de sociabilidade sob influência da dendeicultura na vila Forquilha, Tomé-Açu/Pará.

Belém
2020

Raquel de Jesus Costa

“Um conhecido estranho”:

Transformações no lugar de morada e nas relações de sociabilidade sob influência da dendeicultura na vila Forquilha, Tomé-Açu/Pará.

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestra em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Orientadora: Profa. Dra. Dalva Maria da Mota.

**Belém
2020**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

C837c Costa, Raquel de Jesus.
Um conhecido estranho : transformações no lugar de morada e nas
relações de sociabilidade sob influência da dendeicultura na vila
Forquilha, Tomé-Açu/Pará / Raquel de Jesus Costa. — 2020.
128 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Dalva Maria da Mota Dissertação
(Mestrado) - Universidade Federal do Pará, , 1,
Belém, 2020.

1. Dendeicultura. 2. Lugar de morada. 3. Sociabilidade. 4.
Trabalho assalariado. I. Título.

CDD 633.851098115

Raquel de Jesus Costa

“Um conhecido estranho”:

Transformações no lugar de morada e nas relações de sociabilidade sob influência da dendeicultura na vila Forquilha, Tomé-Açu/Pará.

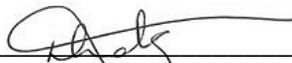
Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestra em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Orientadora: Profa. Dra. Dalva Maria da Mota.

Data de aprovação. Belém-PA: 30/10/2020.

Banca Examinadora



Dra. Dalva Maria da Mota (Orientadora)
Embrapa Amazônia Oriental



Dr. Jaime Santos Júnior (Examinador externo)
PPGS- UFPR



Dr. Mauricio Torres (Examinador interno)
INEAF-UFPA



Dr. Aldrin Mário da Silva Benjamin (Examinador suplente)
IFPA-Campus Cametá

À minha família pelo amor incondicional.

Aos amigos que contribuíram nesta grande conquista.

AGRADECIMENTOS

Muitas foram as pessoas que estiveram presentes durante minha trajetória no mestrado e eu não poderia deixar de agradecê-las pela valiosa ajuda nesta fase importante que vivi.

A sensação é de ter percorrido uma trilha sinuosa e a cada curva ter perdido algo importante: um abraço, risos, momentos com a família, noites de sono e, muitas vezes, até a vontade de caminhar e passar para a próxima fase da jornada. Os obstáculos foram inúmeros, mas tenho imensa gratidão por cada um que surgiu para me auxiliar e clarificar as ideias para prosseguir. Acredito que as dificuldades foram aliadas para que eu me reinventasse, superasse e transcendesse para momentos melhores.

Agradeço imensamente ao meu amado Deus, Ele é bom o tempo todo e sempre esteve comigo, não tenho dúvida. Lembro-me das vezes em que eu chorava em frente ao computador por não conseguir escrever uma palavra, comunicava-me com Ele e, de uma forma surpreendente, revigorava-me as forças, proporcionando vontade nova e firme para continuar a escrita. Nos momentos mais desesperadores Deus foi o meu refúgio e alívio.

Agradeço à minha família, cada um exerceu um papel importantíssimo neste processo. Estiveram participantes em cada fase, fosse chorando, alegrando, incentivando ou aconselhando para que eu desse o próximo passo. Gratidão imensa pelo privilégio de ter uma família amorosa e maravilhosa. Amo intensamente cada um, sem exceção.

Aos meus pais, Pedro e Maria, que, sem muitas palavras, eram meus orientadores na ausência da prof.^a Dalva. “Minha filha, já fez o que a professora mandou?”, “Se esforce mais, minha filha”, “Pense direito para fazer certo o que a professora pediu” e afins. Ainda que não entendessem o trabalho, eles estavam do lado, perguntando todos os dias se eu havia avançado. Confortavam-me no momento de desespero e motivavam-me quando eu ficava triste. Sou grata pelos pais maravilhosos que deram o melhor de si para que eu me tornasse a pessoa que sou, e, sem dúvida, é meu prazer fazê-los felizes por cada conquista nossa. Estar com eles foi a melhor opção na finalização deste trabalho.

Aos meus sete irmãos que me deram todo apoio e compreensão nas vezes em que me fiz ausente do convívio familiar. Gostaria de agradecer, em especial, as minhas irmãs Isabel e Onete. Muitas foram as vezes que choraram comigo. Nos momentos de desespero em que não sabiam como me ajudar, compartilhavam abraços acolhedores e oravam a Deus juntamente a mim para que eu tivesse forças suficientes para concluir cada fase.

Às minhas sobrinhas, Mickaele, Emily e Deuzielle, pelas transcrições das entrevistas e do caderno de campo. Não poderia deixar de mencionar a Ana Beatriz (4 anos) que, em sua

inocência, ajudava-me com suas inúmeras perguntas, “tia, a senhora ainda não terminou esse trabalho?” “Por que a senhora tem de fazer isso?” ... Muitas foram as vezes que ela me alegrou com sua companhia, ainda que fosse, às vezes, um tanto turbulenta (rsrs).

À minha orientadora, a professora Dra. Dalva Mota, exigente por natureza e um exemplo de disciplina e determinação. Os conselhos e puxões de orelha foram cruciais para a finalização deste trabalho. Ela não desistiu de mim, mesmo sabendo o quão difícil foi adentrar em um campo diferente de minha formação. Em certas ocasiões foi uma conselheira, demonstrou solidariedade e empatia nos momentos difíceis. Obrigada por ser uma orientadora presente.

À professora Sônia Magalhães, pela disciplina maravilhosa e pelas valiosas contribuições que me ajudaram a achar sentido no próprio tema escolhido para a pesquisa.

Aos professores Dalva e Heribert pelas muitas contribuições durante a disciplina de Metodologia e no seminário de construção do projeto de qualificação.

Ao professor Maurício Torres pelas contribuições no seminário público e na disciplina de Tópicos Específicos.

Ao professor Roberto Porro e Luís Fernando pelas contribuições na qualificação.

À professora Noemi pelos valiosos questionamentos no seminário de dissertação.

Aos professores do IFPA, que se tornaram amigos para a vida toda. À Louise por sempre ser uma tutora. Ao Acácio, amigão, se não fosse por você eu não teria conhecido o mundo acadêmico tão cedo e não teria tido a oportunidade de viver experiências maravilhosas. Ao Aldrin por sempre me motivar a fazer o mestrado, e fazer propagandas convincentes do MAFDS até que eu me inscrevesse. Ao Romier, Roberta e Maria Grings por incentivarem a escolha deste mestrado.

Aos professores Jaime Santos Júnior, Maurício Torres e Aldrin Benjamin por aceitarem participar da banca de defesa da dissertação e pelas contribuições no trabalho final.

Ao meu amigo Marcelo, pelas ricas conversas e questionamentos relacionados à minha pesquisa, pelos lindos mapas e pela belíssima amizade.

Ao querido Pedro Santana. Que pessoa alegre e otimista! Muito leve e verdadeiro, ajudava-me a sorrir, e transmitia paz e leveza nos momentos difíceis.

Aos meus queridíssimos amigos do coração, Ana Paula, Hemelyn, Jean, Kamila, Jackelyne, Fernanda e Silviane obrigada por cada palavra de incentivo e por ouvir minhas lamúrias.

À minha amiga Vanires, obrigada pelas intercessões, ombro amigo e por ser uma amiga maravilhosa.

À Alciene, minha amiga desde o curso técnico, que nunca me abandonou e foi maravilhosa comigo. Ajudou-me com literatura inicial, revisando meus textos no projeto de qualificação, aconselhando quanto aos passos no mestrado e, sem dúvida, minha encorajadora de primeira fila. Me ouviu por inúmeras vezes, chorou também, compartilhamos todos os momentos, felizes e tristes. Ela é a definição de pôr-se no lugar do outro.

À Jamilly, “irmã” de orientação, quanta satisfação em conhecê-la, foi uma amiga fiel no campo de batalha. Não hesitou em ajudar-me no campo com os questionários, sua empolgação com cada entrevista adquirida, informação relevante e diálogos sobre a pesquisa eram um incentivo e prova do quanto é maravilhosa e empática. Obrigada por cada leitura prévia dos textos, por cada mensagem de encorajamento no WhatsApp e pela amizade linda.

À Camila Miranda, que ajuda em campo! Devo agradecer à Dalva por conceder-me a oportunidade de conhecê-la. Logo de cara vi que nos daríamos bem. Foram dez dias maravilhosos em campo com discussões relevantes e momentos descontraídos e de compartilhamento de experiências. Você é maravilhosa.

Às “Luluzinhas” (Leticia Sales, Renata, Késsia, Denise, Sueyla e Ingridy), meu muito obrigada. Foram o impulso para que eu continuasse e superasse uma fase difícilíssima no mestrado. Foram elas que choraram comigo, compartilharam da dor e ajudaram-me a chegar à liberdade do que me sufocava. São todas maravilhosas, mulheres fortes e empoderadas pelas quais tenho um carinho enorme e sentimentos de gratidão, em especial, à Leticia Sales pelos momentos incríveis dos quais compartilhamos.

À querida Laiane Ribeiro, pelo apoio fundamental na finalização desta dissertação.

Aos irmãos em Cristo, da Igreja Assembleia de Deus campo Maguari, em especial, à coordenação dos adolescentes pela oportunidade de trabalhar junto a vocês em um momento em que eu precisava de ajuda. Estar com vocês me fez entender que minhas dificuldades no mestrado teriam um ponto positivo, compartilhar com outras pessoas minhas experiências e, sem dúvidas foi motivador.

Ao querido Edson Araújo que, apesar de estar longe fisicamente, esteve presente com suas palavras de incentivo, apoio e carinho.

Ao pastor Fabrício Castelo, pelos conselhos e orações que me impulsionaram a não desistir, pela preocupação com meu estado emocional e espiritual. Tenho um carinho especial por sua pessoa, agradeço a Deus pela sua vida.

À igreja Assembleia de Deus campo Nova Canaã, na qual me congrego, obrigada pelas orações e encorajamento.

À TURMA MAFDS 2018, obrigada por cada momento vivido e contribuições.

Ao meu “irmão” de orientação Helton, pelo pré-campo juntos e pela parceria e momentos compartilhados. Você é incrível, obrigada pelos “papos de gente grande” e acolhimento.

Agradeço também às famílias que me acolheram durante as fases da pesquisa em campo. À família do Mário Neto pela estadia no pré-campo. À família da Eliziane e Patrícia pela estadia nos quase trinta dias em Tomé-Açu, obrigada por fazer com que eu me sentisse tão bem e acolhida. Vocês foram benção em minha vida.

Aos queridos Milton, Márcia, Ivana, Patrícia, Antônio e Sr. Ilton por todo apoio e diálogos enriquecedores em campo.

A todos os entrevistados, moradores antigos e trabalhadores assalariados na dendeicultura, pela paciência e disposição em compartilhar suas vidas comigo. Sem eles não seria possível a realização deste trabalho.

Ao PPGAA, pelo acolhimento e oportunidade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa de mestrado concedida.

A todos que não foram mencionados, mas que de alguma forma ajudaram, muito obrigada.

Obrigada, Deus abençoe a todos!

“Que os seres humanos troquem olhares e que sejam ciumentos, que se correspondam por cartas ou que alcem juntos, que pareçam simpáticos ou antipáticos uns aos outros para além de qualquer interesse aparente, que a gratidão pelo gesto altruísta crie um laço mútuo indissolúvel, que um pergunte ao outro pelo caminho certo para se chegar a um determinado lugar, e que um se vista e se embeleze para o outro – todas essas milhares de relações, cujos exemplos citados foram escolhidos ao acaso, são praticadas de pessoa a pessoa e nos unem ininterruptamente, sejam elas momentâneas ou duradouras, conscientes ou inconscientes, inconsequentes ou consequentes”.

(Georg Simmel, Sociólogo)

“Penso no que faço com fé. Faço o que devo fazer, com amor. Eu me esforço para ser cada dia melhor, pois bondade também se aprende. Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir”.

(Cora Coralina, poeta)

RESUMO

Esta dissertação trata dos temas transformações no lugar de morada e sociabilidade entre os antigos e novos moradores, esses últimos atraídos pela possibilidade de trabalho na dendeicultura. Assim, o objetivo geral é analisar as transformações no lugar de morada e as relações de sociabilidade sob a condição do afluxo de novos residentes para trabalhar assalariados na dendeicultura na vila Forquilha em Tomé-Açu/PA. Trata-se de um estudo de caso, por meio de abordagens quantitativa e qualitativa com revisão de literatura e levantamento de dados secundários. Entrevistas semiestruturadas e não diretivas foram realizadas com moradores da vila Forquilha, sendo 46 com pessoas que residem há mais tempo (“os daqui”) e com 51 que chegaram recentemente motivadas pelo assalariamento (“de fora”). Observações se deram no campo sobre as pessoas e o lugar, considerando o que ocorria relacionado à forma de morar, às relações de sociabilidade, às estruturas físicas e às significações do lugar de morada. As principais conclusões mostram que as transformações não foram somente na estrutura da vila, mas também nas relações de trabalho e na sociabilidade entre os diferentes grupos. Houve expansão em área da vila, aumento populacional e mudanças na infraestrutura e organização social. As interações também mudaram devido à vinda de pessoas para trabalhar, em sua maioria, homens jovens que migraram mais de uma vez em busca de assalariamento. Em decorrência disso, há três tipos de interação social: entre moradores “daqui”; entre moradores “de fora” e; entre ambos os moradores. É perceptível uma interação com maior fluidez no convívio entre o mesmo tipo de morador, porém, entre um tipo e outro é superficial e a sociabilidade torna-se mais difícil pelas diferenças.

Palavras-chave: Dendeicultura. Lugar de morada. Sociabilidade. Trabalho assalariado.

ABSTRACT

This dissertation deals with the themes of changes in the place of home and sociability between old and new residents, the latter attracted by the possibility of working in oil palm. Thus, the general objective is to analyze the transformations in the place of residence and the sociability relations under the condition of the influx of new residents to work as salaried workers in the oil palm industry in the village Forquilha in Tomé-Açu / PA. It is a case study, using quantitative and qualitative approaches with literature review and secondary data collection. Semi-structured and non-directive interviews were conducted with residents of vila Forquilha, 46 with people who have lived longer (“those from here”) and 51 who recently arrived motivated by wages (“from outside”). Observations were made in the field about people and the place, considering what happened related to the way of living, the sociability relations, the physical structures and the meanings of the place of residence. The main conclusions show that the changes were not only in the structure of the village, but also in the working relationships and sociability between the different groups. There was an expansion in the village area, an increase in population and changes in infrastructure and social organization. The interactions also changed due to the arrival of people to work, mostly young men who migrated more than once in search of wages. As a result, there are three types of social interaction: between residents “from here”; between “outside” residents and; between both residents. It is noticeable an interaction with greater fluidity in the coexistence between the same type of resident, however, between one type and the other it is superficial and sociability becomes more difficult due to differences.

Key-Words: Dwelling place. Oil palm cultivation. Salaried work. Sociability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPAS

Mapa 1 – Distribuição das empresas produtoras de dendê no Pará.....	24
Mapa 2 – Microrregião de Tomé-Açu.	43
Mapa 3 – Evolução do tamanho da vila Forquilha de 2008 a 2018.....	81

GRÁFICO

Gráfico 1 – Ocupação dos residentes “daqui”.	62
--	----

TABELAS

Tabela 1 – Relação de estabelecimentos comerciais.	73
Tabela 2 – Tipos de moradores.....	95

LISTA DE SIGLAS

Abrapalma	Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma
ACS	Agente Comunitários de Saúde
AFInS	Projeto Agricultura Familiar e Inclusão Social
Aprabab	Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Benedito Alves Bandeira
BBB	Belém Bioenergia Brasil
Camta	Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Contar	Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados Rurais
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Faostat	Food and Agriculture Organization Corporate Statistical Database
Fapespa	Fundação Amazônia de Amparo à Estudos e Pesquisas do Pará
Fetagri	Federação de Trabalhadores na Agricultura do Estado Pará
Feterpa	Federação dos Empregados e Empregadas Rurais do Estado do Pará
GPS	Sistema de Posicionamento Global
IAN	Instituto Agronômico Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação
IRD	Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento
Isepro	Instituto Superior de Educação Programus
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
NEP	Nordeste Paraense
ONG	Organização não governamental
PA BAB	Projeto de Assentamento Benedito Alves Bandeira
PBF	Programa Bolsa Família
PCF	Processo de Cadastro Familiar
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel
Proalcool	Programa Nacional do Alcool
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSPO	Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo
Rais	Relação Anual de Informações Sociais
SCS	Selo Combustível Social
Sindter	Sindicato de Empregados (as) Rural
STTR	Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
Sudam	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
UD	Unidade Doméstica
UFPA	Universidade Federal do Pará
USDA	United States Department of Agriculture
UTI	Unidade de Tratamento Intensivo
ZAE	Zoneamento Agroecológico-Econômico
SAF	Sistema agroflorestal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	20
1.1 A dendeicultura no Pará	20
1.2 Lugar de morada	20
1.3 Trabalho assalariado rural	32
1.4 Sociabilidade	37
1.5 Metodologia	42
1.5.1 Área de estudo	42
1.5.2 Abordagem metodológica	45
1.5.3 Etapas da pesquisa	46
1.5.3.1 Revisão de literatura e levantamento de dados secundários	46
1.5.3.2 Estágio de pré-campo	47
1.5.3.3 Pesquisa de campo	48
1.5.3.4 Sistematização e análise	50
1.5.3.5 Produção textual da dissertação	51
1.6 Posição da pesquisadora	51
2 LUGAR DE MORADA: A VILA FORQUILHA E A DENDEICULTURA	54
2.1 Histórico do lugar: da formação de Canindé à vila Forquilha	54
2.2 A vila Forquilha em 2019	57
2.2.1 Principais atividades	59
2.2.2 Os moradores da vila Forquilha: “os daqui” e os “de fora”	60
2.3 Organização social e infraestruturas: antes e depois da dendeicultura	64
2.3.1 Infraestruturas e serviços	65
2.3.1.1 Estradas e transporte	65
2.3.1.2 Educação e saúde	70
2.3.1.3 Mercado e renda	72
2.3.2 Religião e lazer	74
3 EM BUSCA DE TRABALHO: MIGRAÇÕES E TRABALHO NA DENDEICULTURA	79
3.1 A dendeicultura no lugar de morada	79

3.2	Migrações para trabalhar	82
3.3	Inserção no trabalho	86
3.4	Afiliação sindical	90
4	“UM CONHECIDO ESTRANHO”: RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE NA VILA FORQUILHA	94
4.1	Tipologia de interação	95
4.1.1	Interação entre os moradores “daqui”	96
4.1.2	Interação entre os moradores “de fora”	98
4.1.3	Interação entre os moradores “daqui” e os “de fora”	102
4.2	Semelhanças e diferenças entre as interações dos tipos de moradores	107
5	CONCLUSÕES	110
	REFERÊNCIAS	114

INTRODUÇÃO

Esta dissertação faz parte do Projeto “Agricultura Familiar e Inclusão Social” (AFInS)¹ e trata do lugar de morada e sociabilidade de trabalhadores assalariados em uma vila em cujas adjacências cultiva-se dendê (*Elaeis guineensis* Jacq.). Trata-se da vila Forquilha no município de Tomé-Açu, um dos maiores produtores de dendê do Pará (IBGE, 2019) no Nordeste Paraense (NEP).

A expansão da dendeicultura no NEP é parte de um processo mais amplo de produção de *commodities* sob o sistema de *plantation*, considerando que os plantios de dendê ocupam 20% de todo o cultivo permanente no mundo e têm expectativas de dobrar ou triplicar até 2050 (MOTA; MOURÃO JÚNIOR; SCHMITZ, 2019) em atendimento à demanda pelo óleo vegetal para alimentos, cosméticos, fármacos e combustível. Ademais, os frutos do dendê têm rendimentos superiores aos de outras culturas oleaginosas (JEZEER et al., 2019).

A Ásia detém 84,7% da produção (FAOSTAT, 2020) com a Indonésia e a Malásia sendo os maiores produtores mundiais (USDA, 2019). Na América Latina, destacam-se a Colômbia, Guatemala, Equador, Honduras e Brasil (USDA, 2019). Em todos os casos, as corporações dominam a cadeia produtiva e têm grandes áreas de monoculturas, as quais coexistem com os cultivos de médios e pequenos produtores em diferentes formatos e contratos para o fornecimento de matéria prima e tem nos migrantes a sua força de trabalho central (MOTA et al., 2019; MOTA; RIBEIRO; SCHMITZ, 2019).

O advento da dendeicultura tem chamado a atenção de estudiosos que reconhecem a sua importância para a indústria e como agrocombustível para a redução do uso de combustíveis fósseis no contexto de agravamento de mudanças climáticas. Não obstante, também destacam os seus impactos sociais, econômicos e ambientais (JEZEER et al., 2019).

No Brasil, o dendê chegou inicialmente na Bahia a partir do século XVII (VILLELA, 2014) e no Pará na década de 1940, onde foi utilizado, em um primeiro momento, na experimentação (HOMMA, 2016a). Nos anos 2000 expandiu-se em monocultivos impulsionados por diferentes iniciativas de políticas públicas com subsídios e incentivos fiscais,

¹ Projeto de pesquisa financiado pela Embrapa sob o título "Integração da Agricultura Familiar na Produção do Dendê no Pará: Possibilidade de Inclusão Social?" A execução do projeto ocorre por meio de parcerias com a Universidade Federal do Pará (UFPA) e Sindicatos Rurais do Nordeste paraense no período 2014/2019. A pesquisa privilegia: i) Agricultores e agricultoras familiares que têm contrato de integração à agroindústria de dendê; ii) Jovens que trabalham nos estabelecimentos familiares e como assalariados; e iii) Moradores das vilas situadas no entorno dos monocultivo. O sistema agrário, os estabelecimentos (grupos domésticos e sistemas de produção) e as vilas são as principais referências empíricas. A área de atuação do projeto são todos os municípios que têm cultivos de dendê no NEP totalizando 31.

entre os quais, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) em 2004 e o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP) em 2010.

Com tal investimento, o Pará ampliou a sua área plantada para 207 mil ha em 2017 e responde por 90% da produção nacional com concentração dos cultivos no NEP, oriundos de estabelecimentos de agricultores integrados, médios produtores e cultivos próprios das empresas (BRANDÃO; SCHONEVELD; PACHECO, 2018).

No Pará, a expansão da dendeicultura constitui tema de grande interesse e tem sido analisada a partir de estudos quanto ao potencial da região em termos edafoclimáticos e socioeconômicos (MÜLLER; FURLAN JÚNIOR, 2001; RAMALHO FILHO et al., 2010), às questões fundiárias (BECKER, 2010; BACKHOUSE, 2013), às mudanças ambientais (CÓRDOBA et al., 2019; BACKHOUSE; LEHMANN, 2019), à segurança alimentar (GERMAN; SCHONEVELD; PACHECO, 2011; NAHUM; MALCHER, 2012a; 2013; VILMAR et al., 2014; SILVA; NAVEGANTES-ALVES, 2017) e à influência na vida das pessoas que se integram na cadeia produtiva por meio de contratos ou se assalariam nas grandes empresas (MONTEIRO; 2014; MACEDO; SOUSA, 2015; VIEIRA, 2015; CAETANO, 2017; SAAVEDRA, 2017; GOMES, 2018; MOTA et al., 2019).

Como visto, há um grande acúmulo de conhecimento gerado sobre a dendeicultura. Não obstante, na literatura por mim revisada, constatei uma lacuna nos reflexos da atividade nas vilas e na sociabilidade dos seus residentes mediante a chegada de pessoas para trabalhar. Trata-se de um tema presente nos estudos rurais brasileiros com as contribuições de Candido (2017), Queiroz (1973), Heredia (2013) e Wagley (1988), dentre outros, mas apenas tangencialmente abordado nas inúmeras vilas sob influência da dendeicultura por meio da indicação de transformações nos laços sociais dos moradores (CARVALHO, 2016; FERREIRA, 2016; RIBEIRO, 2016; RIBEIRO, 2017) e de mudanças nas condições de infraestrutura e de serviços (SIMAS; PENTEADO, 2019).

Em estudo realizado na vila Forquilha, Carvalho (2016) afirma que a chegada da dendeicultura ocasionou uma nova configuração espacial da vila, gerando problemas sociais por atrair migrantes, os quais trazem consigo diferentes formas de pensar e de se relacionar. São estes indicativos de transformações que me instigaram a apreender na escala local o conteúdo atribuído ao lugar e à sociabilidade para interpretar as relações entre quem chega para o assalariamento e os já residentes.

Assim, propus-me a conduzir pesquisa na vila Forquilha, lugar com significativo número de trabalhadores vindos de outras localidades para trabalhar na dendeicultura por estar

situada próxima das empresas produtoras de dendê, quais sejam, Grupo Agropalma, Biopalma da Amazônia S.A e Belém Bioenergia Brasil (BBB).

Neste quadro, parti das constatações de que a dendeicultura influenciou na estrutura física do lugar com maior número de residentes e de moradias (próprias e alugadas) e nas relações entre os que ali viviam e os que chegam, inaugurando novos mapas, relações e percepções amparadas pelas semelhanças e diferenças.

Minha curiosidade pela temática da dendeicultura iniciou ainda na graduação em Agronomia, quando desenvolvi o Trabalho de Conclusão de Curso sobre os diferentes sistemas de cultivo e as mudanças na gestão da terra e do trabalho em propriedades de agricultores familiares integrados às agroindústrias de dendê no Projeto de Assentamento Benedito Alves Bandeira, Acará/PA, além de residir em um dos maiores municípios produtores de dendê e vivenciar tais mudanças.

Diante da problemática, a pergunta da pesquisa é: Como o afluxo de pessoas para trabalhar como assalariados na dendeicultura influencia na (re)organização do lugar de morada e nas relações de sociabilidade entre antigos e novos moradores? Em específico, buscarei responder: O que ocorreu na vila Forquilha após a chegada de pessoas para trabalhar na dendeicultura? Como se estabelecem os vínculos de sociabilidade entre os diferentes moradores? Quais são os tipos de interação que vivenciam? Que percepções estes sujeitos constroem um dos outros?

O objetivo geral da dissertação é analisar as transformações no lugar de morada e as relações de sociabilidade sob a condição do afluxo de novos residentes para trabalhar assalariados na dendeicultura na vila Forquilha em Tomé-Açu/PA. Os objetivos específicos são: i) caracterizar o lugar de morada e os moradores, considerando o antes e depois da chegada dos trabalhadores para trabalhar assalariados na dendeicultura; ii) caracterizar e analisar a inserção no trabalho dos sujeitos que chegam para residir motivados pelo assalariamento na dendeicultura; e iii) analisar as relações de sociabilidade entre novos e antigos residentes.

A dissertação é composta por seis partes. Na introdução, constam o tema, a problemática com as perguntas de pesquisa, os objetivos e a estrutura da dissertação.

No **Capítulo 1** – Referencial Teórico-Methodológico, explico as referências sobre a dendeicultura no Pará, lugar de morada, trabalho assalariado rural e sociabilidade, assim como discorro sobre a metodologia do estudo.

No **Capítulo 2** – Lugar de morada: a vila Forquilha e a dendeicultura, caracterizo a vila com a história e morfologia, considerando o antes e depois da chegada da dendeicultura.

No **Capítulo 3** – Em busca de trabalho: migrações e trabalho na dendeicultura, analiso as migrações para trabalhar na dendeicultura, inserção no trabalho e a afiliação sindical.

No **Capítulo 4** – “Um conhecido estranho”: sociabilidade na vila Forquilha, analiso as relações de sociabilidade entre as pessoas que chegam e as que moram há mais tempo, indicando a tipologia e os lugares de interação.

Por fim, as conclusões quanto às transformações e sociabilidade na vila Forquilha sob a condição do afluxo de pessoas para trabalharem assalariadas na dendeicultura, elucidando as principais contribuições da pesquisa realizada.

Com esta pesquisa, espero contribuir com a reflexão sobre lugares de morada e sociabilidade, eventos e relações locais, sob a influência de iniciativas externas para a geração de *commodities* amparada em argumentos ambientais. Espero também subsidiar estudos futuros.

1 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Neste capítulo, reviso a literatura sobre os temas centrais da pesquisa: a dendeicultura no Pará, lugar de morada, trabalho assalariado rural e sociabilidade. Apresento também o arcabouço metodológico da pesquisa.

1.1 A dendeicultura no Pará

Nas últimas décadas o acalorado debate sobre a expansão da dendeicultura versa sobre argumentos sociais, econômicos e ambientais entre diferentes atores e em vários pontos do globo. Neste tópico, mostro evidências sobre a temática a partir de autores internacionais, nacionais e locais, a fim de compreender como a dendeicultura se apresenta nas diferentes partes do mundo nas quais exerce influência para relacionar com as constatações desta dissertação.

Em pauta está a discussão sobre as transformações nos meios de vida, emprego e renda, a produção de *commodities* sob o sistema *plantation* e os seus efeitos sobre a biodiversidade, alternativas energéticas para redução da emissão de gases, dentre outros temas (MOTA; MOURÃO JÚNIOR; SCHMITZ, 2019; JEZEER et al., 2019).

Se por um lado, discursos sobre uma crise ambiental global quanto ao uso de combustíveis fósseis apontavam que 429 milhões de hectares de terras agrícolas cultiváveis no mundo poderiam ser dedicados à produção de matérias-primas para agrocombustíveis até o ano de 2050 (SCHENKEL, 2007); por outro, evidenciou-se a popularização da ideia de que as sociedades teriam que enfrentar um dilema: terra para agrocombustíveis ou terra para alimentos (TERÁN, 2008).

Neste contexto, expandiu-se o cultivo de dendê (*Elaeis guineenses* Jacq.), também denominado de palma de óleo, planta perene, palmácea, com origem na África Ocidental (BASTOS et al., 2001) e com características que permitem múltiplos usos para fins alimentícios e de agrocombustíveis, favorecendo seu posicionamento no mercado global por sua maior produção de óleo/ha em relação à outras oleaginosas, o que pode ser dosado em sua viscosidade (VÁSQUEZ, 2015).

O dendê é uma *commodity* produzida na Ásia, África e América do Sul, com a Malásia e Indonésia concentrando 85% da produção mundial e o bloco Nigéria, Tailândia, Colômbia, Equador e Papua Nova Guiné representando 6,6% da produção. O saldo de 8,4% cabe a 36 países, incluindo o Brasil (ABRAPALMA, 2018). Os seus derivados são processados e consumidos em todo o mundo e, como tal, a oferta e procura internacional determinam o preço.

Nos últimos anos, o mundialmente conhecido como óleo de palma tornou-se uma mercadoria altamente politizada na Índia, Indonésia, União Europeia e China, seus maiores consumidores domésticos (USDA, 2020). Tal fato motivou críticas de muitas ONGs e grupos da sociedade civil em vista do impacto de uma indústria em expansão nas florestas tropicais remanescentes no sudeste da Ásia (PYE et al., 2016), além de impactos nas comunidades com a transformação de suas paisagens, meios de subsistência e relações sociopolíticas (LI, 2015; NOMURA et al., 2019). Em contra-argumento, o óleo de dendê é considerado promotor do desenvolvimento, gerando bilhões de euros em receitas de exportação e milhões em novos empregos. Ademais, é propagado como “o óleo de palma sustentável” (PYE et al., 2016), “combustível verde” ou combustível ecologicamente correto, expressões que são utilizadas pelos meios de comunicação para apresentar ao consumidor a sua sustentabilidade, na tentativa de camuflar os possíveis problemas (CARDOSO; MACHADO; PEREIRA, 2008).

Para os líderes do mercado mundial (Indonésia e Malásia), previa-se a expansão das áreas de dendê. No entanto, devido às restrições de disponibilidade do uso da terra, houve um incremento na estimativa de extensas áreas de plantações em outros países (BUTLER; LAURANCE, 2009; VÁSQUEZ, 2015), a exemplo de Colômbia, Equador e Brasil que estão entre os principais produtores (MOTA et al., 2019; USDA, 2020).

No Brasil, a produção de agrocombustíveis tem sido privilegiada desde a década de 1970 (TERÁN, 2008) com as experiências do Programa Nacional do Álcool (Proálcool). A política objetivava inserir o combustível álcool na matriz energética nacional, devido à crise do petróleo e à necessidade de redução da emissão de gases de efeito estufa produzidos pelos combustíveis fósseis (ANDRADE; CARVALHO; SOUZA, 2009; SANTOS JÚNIOR, 2014). Dessa forma, as novas fontes de energia consideradas “limpas” constituíram importante passo para a criação de políticas e incentivos destinados ao uso de oleaginosas para produção de agrocombustíveis no país.

Em se tratando do dendê, os cultivos datam do século XVII trazidos por africanos escravizados, em primeiro momento na zona litorânea da Bahia e, em seguida, nos estados do Norte (BASTOS et al., 2001). Os primeiros registros do plantio do dendezeiro no Pará remontam à década de 1940 através de sementes advindas da região Nordeste para experimentação. Todavia, foi apenas nos anos 2000 que o setor recebeu um novo impulso do governo federal, objetivando a produção de agrocombustível para o mercado nacional (BRANDÃO; SCHONEVELD; PACHECO, 2018)².

² Segundo os autores, os incentivos decorreram na chegada de novos investidores como a gigante brasileira de mineração Vale (Biopalma da Amazônia), a empresa de grãos norte americana Archer Daniels Midland do Brasil

Para tal propósito, políticas públicas foram estruturadas pelo Governo Federal para o incentivo à dendeicultura, com o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), lançado em 2004 e o Programa Sustentável de Óleo de Palma (PSOP) em 2010, principais iniciativas de promoção da expansão de oleaginosas no Brasil. O PNPB instituiu o Selo Combustível Social (SCS) com objetivo de certificar a inclusão social de agricultores familiares nas cadeias produtivas de oleaginosas para produção de combustíveis renováveis (MDA, 2014). Já o PSOP garante estrutura ao projeto da produção da oleaginosa, incluindo o zoneamento para demarcação de terras aptas ao cultivo, evitando que o setor padecesse perante as sanções aos impactos ambientais e socioeconômicos negativos que haviam atingido o setor da cana-de-açúcar, além de aproveitar o potencial da cultura para contribuição na recuperação de áreas degradadas e desenvolvimento rural (BRANDÃO; SCHONEVELD; PACHECO, 2018).

O Zoneamento Agroecológico-Econômico do Dendê (ZAE Dendê), instrumento de orientação técnico-científico para regulação de atividades de forma sustentável (GUEDES, 2014), apontou a existência de 704.066 km² de áreas desmatadas, cerca de 14% da Amazônia Legal (RAMALHO FILHO et al., 2010). Homma e Furlan Júnior (2001) já haviam enunciado que a cultura do dendê apresentava perspectivas para consolidação não apenas como geradora de emprego e renda, mas também como utilização dessas áreas. As “áreas degradadas” teriam preferência para serem cultivadas, especialmente pastagens abandonadas, estabelecendo a região amazônica como área prioritária para expansão dos plantios de dendê.

Para Terán (2008, p. 339) a expansão da dendeicultura na Amazônia, sob o propósito da produção de agrocombustíveis “equivale a incentivar a produção de monocultivo nos países não desenvolvidos, afetando assim a biodiversidade, os meios de subsistência da população rural e a segurança alimentar das nações”, compreensão partilhada por Becker (2010), que considerou que a política para a expansão teria um grande desafio quanto a como ser implementada sem extinguir o patrimônio natural da região.

Antes de Becker (2010), Butler e Laurance (2009) já demonstravam preocupação quanto à expansão da dendeicultura na Amazônia, pois, ao mesmo tempo em que a região atraía investimentos estrangeiros para estabelecer novas plantações, o governo brasileiro aprovava uma lei que considera as plantações de dendê como reflorestamento³ (BUTLER; LAURANCE,

(ADM) e um empreendimento conjunto entre as petroleiras brasileira Petrobras e a portuguesa Galp/Belém Bioenergia Brasil (BBB).

³ O projeto de lei altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal, para permitir a reposição florestal e a recomposição da reserva legal mediante o plantio de palmáceas em áreas alteradas. “Art. 19. Parágrafo único. No caso de reposição florestal, deverão ser priorizados projetos que contemplem a utilização de espécies nativas ou o plantio de palmáceas, nativas ou exóticas, destinadas à exploração econômica. (NR)” (BRASIL, 2005).

2009). Os autores previam grandes incentivos econômicos para indústrias de dendê e apresentavam duas preocupações. A primeira dizia respeito às grandes plantações serem pobres, com pouca capacidade para abrigar vida selvagem que dependia da floresta. A segunda, desacreditavam de afirmações políticas e corporativas de que as plantações seriam concentradas em terras previamente desflorestadas. Para eles, a dendeicultura emergiu como grande ameaça para o meio ambiente na Amazônia e não demorou para que a influência das empresas asiáticas de dendê, que têm muita experiência em cultivo, processamento, exportação e comercialização de óleo de dendê, aumentasse rapidamente na Amazônia.

Mesmo com os debates, a dendeicultura se estabeleceu no Pará, maior produtor nacional, desde 2009. O Estado é detentor de uma área de 1.248 milhão de km², sendo que, desse total, 0,26% corresponde às áreas destinadas ao cultivo agrícola, o equivalente a 3.191 mil km². Desta forma, o setor agropecuário do Pará é reconhecido no cenário nacional, devido ao grau de importância de alguns dos produtos cultivados no estado e que apresentam destaque no Brasil com as maiores produções, tendo como exemplo dendê, açaí, abacaxi, cacau, pimenta-do-reino e mandioca (FAPESPA, 2017).

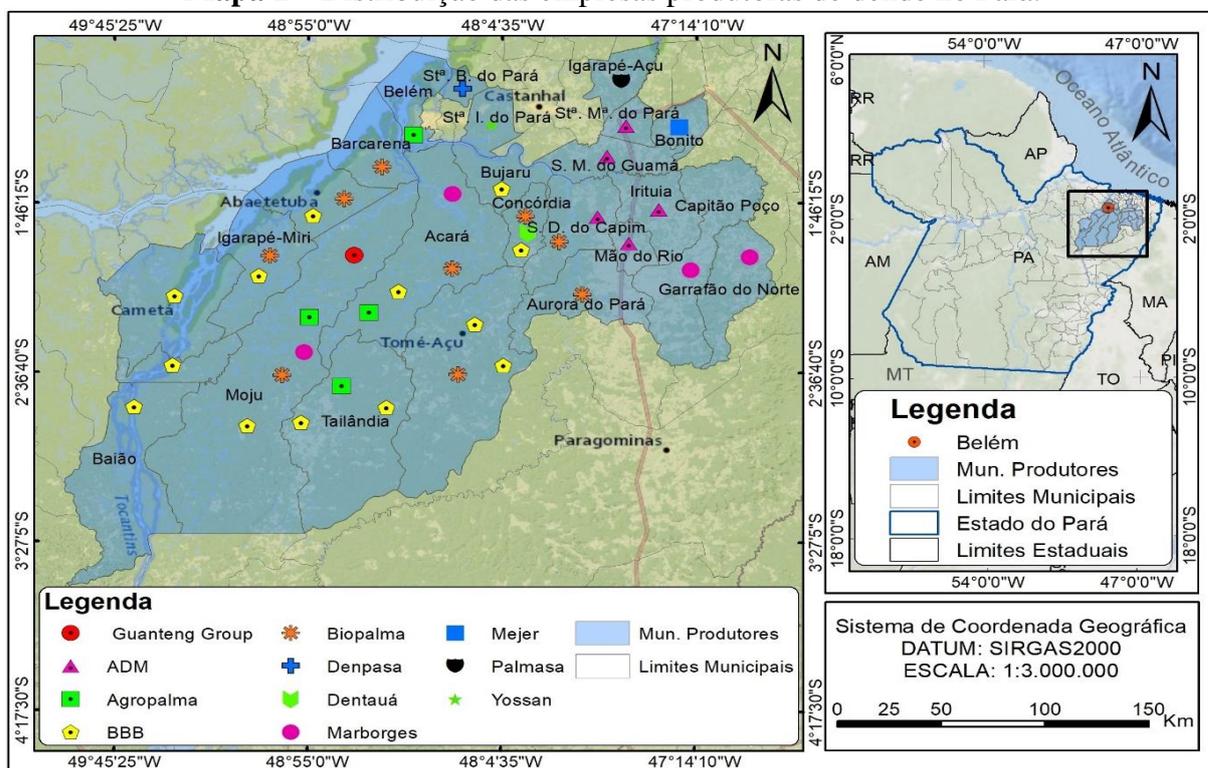
O Pará foi viabilizado para a dendeicultura pelas políticas em várias perspectivas, seja na configuração territorial por meio da criação, manutenção e extensão de sistemas de transporte, energia e comunicação, ou ainda por meio de linhas de crédito e políticas de incentivos fiscais. Esse crescimento esteve direta e indiretamente ligado ao papel desempenhado pelo Estado, incentivando o desenvolvimento social e econômico que a cultura traria para a região amazônica, gerando emprego e renda (NAHUM; MALCHER, 2012b).

Em se tratando da cronologia do dendê no Pará, Mota, Mourão Júnior e Schmitz (2019) demarcaram três fases com as principais ações. A primeira, denominada inicial (1988-1994), fase fundamentalmente de experimentação, corresponde a um conjunto de iniciativas para a adaptação dos cultivos de dendê na Amazônia, promovida pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Instituto Agrônomo Nacional (IAN) e Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD). A segunda, chamada de consolidação (1995-2009), denota uma acentuada mudança geográfica entre os polos de produção que se estendem em direção para o NEP, em que se conjugaram diferentes iniciativas de políticas públicas. A terceira corresponde à expansão, que inicia no ano 2010 e persiste até o presente, tem fortíssima intervenção do governo federal (recursos e pesquisa) por meio do PNPB, do Psop e do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Eco Dendê.

É na fase de expansão que grandes empresas relacionadas à produção de biodiesel ganham destaque no NEP (HOMMA; FURLAN JÚNIOR, 2001; HOMMA, 2016a). O Grupo

Agropalma é o maior produtor no Pará e no Brasil, correspondendo a 80% da produção nacional (VÁSQUEZ, 2015), mas há diversas empresas (mapa 01) que, juntas, contribuem para que o estado mantenha a posição de maior produtor do país.

Mapa 1 – Distribuição das empresas produtoras de dendê no Pará.



Fonte: Siqueira (2019).

Considerando um período de dez anos (2007-2016), a produção de dendê obteve acréscimo de 70,86% e a área plantada dobrou, o que tornou o Pará o maior produtor nacional, com 90% da produção brasileira (FAPESPA, 2017) e 207 mil ha de área plantada até 2017, distribuídos entre agroindústrias, pequenos e médios produtores, agricultores familiares e assentados da reforma agrária⁴ (BRANDÃO; SCHONEVELD; PACHECO, 2018; MOTA et al., 2019).

A região Metropolitana de Belém e o Nordeste Paraense detêm 83% da produção nacional (VÁSQUEZ, 2015). Contudo, o NEP é responsável por 95% da produção total do Estado (MOURÃO JÚNIOR, 2017), apresentando a maior quantidade de área plantada no

4 Em primeiro lugar, é preciso reconhecer as trajetórias diferenciadas de ambos: agricultor familiar tem em geral uma tradição familiar de conhecimentos acerca da agricultura; assentados têm distintos passados que vão desde a situação de ex-pequenos proprietários que perderam a terra até assalariados urbanos afetados pelo problema do desemprego. Em segundo lugar, há o problema da disponibilidade de recursos, pois, apesar dos agricultores familiares terem, em sua maioria, pouquíssimos recursos, os assentados quase sempre têm menos ainda, particularmente os que passam longos períodos acampados. Por último, cabe destacar o problema da adaptação, pois mesmo os assentados que eram agricultores familiares e perderam terra passam por um processo de adaptação, afinal estão numa nova área, em outras condições (ALENTEJANO, 2000, p. 95)

Brasil, concentrada nos municípios de Tailândia (27,26%), seguido por Concórdia do Pará (14,45%) e Acará (13,12%). Juntos, estes representam 55% da produção no Pará (FAPESPA, 2017).

No que diz respeito à influência da dendeicultura nos lugares de morada, no NEP, há diferentes estudos. No Acará, estudiosos constataram que as plantações de dendezeiros impactaram os serviços ecossistêmicos mais negativamente do que a conversão para as culturas anuais, além de afetar a disponibilidade e a qualidade da água e do ar (CÓRDOBA et al., 2019; BACKHOUSE; LEHMANN, 2019), além de desgaste nos ramais pelo intenso tráfego de carretas transportando dendê (SOUSA; MACEDO, 2019). Em Concórdia do Pará, a instalação das agroindústrias de dendê provocou novos rearranjos nos lugares de morada, forte apropriação das terras localizadas aos arredores e desmatamento de nascentes de igarapé (RIBEIRO, 2017). Já em Tomé-Açu, ocasionou aumento populacional e grande mobilidade de pessoas atraídas para o assalariamento (CARVALHO, 2016). Há também quem demonstre os aspectos positivos com a dinamização das economias locais, empregos assalariados (SAMPAIO, 2014; CÓRDOBA et al., 2019; MOTA et al., 2019) e melhoria quanto à infraestrutura dos estabelecimentos públicos e o nível de escolaridade (SIMAS; PENTEADO, 2019).

Vásquez (2015) ponderou de forma enfática que as pesquisas sobre o agronegócio do dendê apresentam tendência à divisão do conhecimento e estudos sobre os problemas do setor em razão de uma abordagem reducionista, tornando fragmentada a visão existente dos problemas. Não obstante a essas constatações, a expansão da dendeicultura exerce influência não somente nas questões elencadas, mas repercute mudanças nos lugares de morada nos quais as pessoas residem. Concernente à essas alterações no campo, trato dos lugares de morada à luz da literatura com suas denominações e transformações pelos quais passam.

1.2 Lugar de morada

Este tema é estudado por autores da geografia, antropologia e sociologia. O objetivo deste tópico é mostrar como o lugar de morada é analisado e compreendido por diferentes autores. O lugar e a morada se apresentam nos estudos, ora de forma conjunta, ora de forma separada. Já lugar de morada consta como bairro rural, comunidade, povoado, vila, pequeno núcleo de população ou até mesmo lugar. Estudá-lo é importante para compreender como são constituídos, como as relações sociais se desenvolvem e quais os significados atribuídos. Entender as transformações que o lugar sofre ao longo do tempo é fundamental para a análise desta dissertação.

Os estudos sobre bairros rurais ganham destaque na década de 1960, quando, no Brasil, a área rural apresentava número maior de habitantes do que a urbana (SANTOS; HESPANHOL, 2018). Era necessário a compreensão da formação e vivência dos moradores dos bairros rurais, restringido em uma unidade físico-territorial que permitia “manter relações de trabalho, de reprodução da família, de convívio e coesão social a partir do sentimento de pertencimento ao lugar” (SANTOS; HESPANHOL, 2018, p.203). As autoras afirmam que o “bairro é, antes de tudo, *lócus* de vivência, cenário em que se processam as práticas socioespaciais das famílias e grupos rurais que, unidos por redes de sociabilidade mais ou menos intensas promovem permanências e mudanças dos aspectos definidores do lugar”(SANTOS; HESPANHOL, 2018, p.207). Dessa forma, além da materialidade, os espaços e lugares de morada também expressam significados e simbologias por meio das relações existentes.

Queiroz (1973) realizou um estudo com bairros rurais paulistas no que diz respeito ao entendimento das transformações sofridas por eles, influenciados pelas extensas fazendas. Por esses bairros se localizarem próximos as empresas de monoculturas, a autora foi uma das pioneiras na discussão de grandes projetos agroindustriais (que anos mais tarde passaram a ser denominados de agronegócio). O estudo de Queiroz (1973) dá suporte para entendimento de como funciona a sociedade rural, uma vez que ela não somente indicou o estilo de vida dos sítiantes, como também investigou como eles se organizavam quanto aos aspectos culturais e sociais. Ademais, ela apresenta a dinâmica interna do bairro rural, e a relação deste com os municípios e com a região.

Os bairros rurais são identificados por Queiroz (1973) como unidade pequena de povoamento das áreas rurais paulistas, caracterizada por um grupo de habitat disperso, composto por pequenos proprietários ou parceiros, os quais apresentam como destaque elementos sociais e culturais, quais sejam, os mutirões, a solidariedade e o folclore. Para a autora, a instalação de grandes fazendas de monocultivo próximas aos sítiantes poderia trazer a desorganização para eles. Além do que a proximidade de grandes cidades levaria o bairro rural a uma adaptação, fato possível pelas oportunidades oferecidas aos sítiantes. No entanto, “não é sempre, porém, que tal acontece e, ao suceder, os bairros deixariam de ser bairros, ou melhor, de corresponder à definição que deles se pode construir” (QUEIROZ, 1973, p. 140).

Leme (1973) em resenha da obra de Queiroz (1973) afirmou que o fundamental à constituição e permanência de um bairro rural é a existência de formas de propriedade e de relações de trabalho como a pequena propriedade com base no trabalho familiar, computando a ajuda de alguns assalariados. Para ela, o estudo de Queiroz (1973), além de conceituar os

bairros rurais, mostrou também que eles podem ser integrados economicamente, desempenhando papel funcional em uma estrutura econômica geral.

De fato, Queiroz (1973) afirma que a transformação foi incidida sobre a economia, sendo elevada, proporcionando melhorias, ao passo que as estruturas internas dos grupos de vizinhanças não se modificaram. Na concepção da autora, naquele contexto paulista, uma zona rural pobre não apresentou impedimentos para que houvesse uma mudança econômica, outrossim, possibilitou certo reerguimento da vida dos bairros. Partindo dessa afirmação, questiono tal fenômeno no lugar de morada que estudo, pois verifiquei mudanças na economia, mas também nas relações sociais, visto que o afluxo de novos habitantes influencia em outras formas de relacionarem-se entre eles.

Assim como Queiroz (1973), Heredia (2013) também desenvolveu pesquisa com pequenos produtores, desta feita marginais à *plantation*, analisando a organização da unidade familiar. Neste trabalho, a autora considera a terra como lugar de morada. Quando Heredia (2013) faz menção ao seu campo empírico, denomina-o pequeno núcleo de população. A identificação feita pelos pequenos produtores não correspondia aos limites e divisão realizada pela municipalidade ou pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A autora constatou que os moradores o classificavam com diferentes denominações, e a morada da vida que dá título ao livro trata-se da terra. A identificação do lugar não consiste, portanto, somente nos limites espaciais estabelecidos, mas também significações. Diferente de Queiroz (1973), Heredia estudou um campesinato que teria sido resultado de transformações da *plantation*, cujas consequências ela ressalta:

embora o processo de transformações sofridas pela plantation [...], tenha favorecido o surgimento destes pequenos produtores, sabemos que esta situação não foi mantida e que atualmente eles encontram-se num clima de instabilidade, vivendo uma ameaça constante por parte dos grandes proprietários, que procuram, através de diversos mecanismos, reapropriar-se das parcelas de terras que os camponeses ocupam. Esta situação tem, por sua vez, implicações de diversa natureza. (HEREDIA, 2013, p.120).

Ainda que em escalas diferentes, as autoras trazem em comum as mudanças no lugar de morada ocasionadas pela influência da monocultura em extensas fazendas e a ruptura das relações sociais num clima de instabilidade.

Partindo de outro prisma, Marc Augé (1994) considera que existe o lugar antropológico caracterizado como a construção simbólica e concreta do espaço que designa um lugar. Para o autor, o habitante desse lugar não faz história, vive na história, pois os percursos e recursos se transformam, trazendo consequências a depender de qual seja a ideia, materializada ou mitificada, dependendo do lugar e do ponto de vista de quem ocupa.

Afinado com tal concepção, Machado (2015, p. 2), afirma que,

Os lugares só existem como tal devido a vicissitude e dinâmicas da vida social que ocorrem e se fazem dentro de um quadro de referências dos indivíduos, onde se constroem os sentidos identitários sobre quem se é, onde se está, como se chegou a estar e porque se está em dada situação e espaço.[...] Ainda que não sejam verbalizadas claramente, o pertencimento a um lugar, enquanto sentido identitário, se manifesta nas expressões corriqueiras sobre quando relacionam um tempo passado comum a todos como sendo diferente de um tempo presente compartilhado na vida coletiva.

Para o autor, o lugar não se refere apenas ao que é externo como o mundo material, espacial, geográfico ou local. Ele recorre ao trabalho de Marc Augé (1994) e afirma que esse, a partir do lugar antropológico, nos auxilia na compreensão de que o lugar na qualidade de sentido atuante no referencial identitário se encontra dentro do próprio indivíduo. Ou seja, lugares constituem-se por meio de forma identitária, relacional e histórica.

Machado (2015) constatou que Pierre Bourdieu e Michel de Certeau pensaram o espaço e o lugar a partir de outros prismas. Para Certeau (1998, p.202) “o espaço é um lugar praticado”, pelo qual as interações entre as pessoas conferem movimento e ação ao espaço. Já para Bourdieu (1989, p.113) há uma “ligação à origem através do lugar de origem” que caracteriza a identidade regional, as quais constituem os sinais de pertencimento a um lugar que tendem tanto a demarcar como a dividir grupos. As alterações sociais acometem esse processo dinâmico das identidades coletivas, emergindo de diferentes maneiras os discursos que simbolizam a identidade e o lugar, intimamente definidos (MACHADO, 2015).

O espaço e o lugar são familiares e irrompem as experiências comuns (TUAN, 1983). Se comparado ao lugar, o espaço tem significação mais abstrata, pois o que principia como espaço indefinido torna-se lugar ao passo que formos conhecendo e atribuindo valor. Logo, o lugar pode ser desde a velha casa, o velho bairro, a velha cidade ou a pátria, os quais se caracterizam como centros onde lhes conferimos valor e onde satisfazemos as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação (TUAN, 1983).

Com uma análise mais ampliada, Arturo Escobar (2010) utiliza a categoria “lugar” para desenvolver uma concepção da região do pacífico. Ele justifica sua escolha pelo termo porque o lugar não se refere apenas a uma dimensão essencial da configuração dos mundos locais e regionais, sendo crucial também para articulação de hegemonias e resistência a elas. Para ele, a globalização é utilizada para argumentar que o lugar é irrelevante, insignificante ou tornou-se secundário na construção de localidades e regiões.

No ponto de vista de Escobar (2010), a globalização tem dominado a qualificação dos debates das ciências sociais desde os anos 1990. Os debates são caracterizados por intermédio

da assimetria dominante que considera o global, igual ao espaço, capital e capacidade de transformar, na mesma proporção que o local está associado ao lugar, trabalho, tradição e, portanto, inevitavelmente cederá às forças mais poderosas. O autor confirma que essa discriminação do lugar trouxe sérias consequências à nossa concepção e entendimento da cultura, natureza e economia, que agora são vistas como estabelecidas quase exclusivamente por forças globais.

Na literatura aqui revisada, o lugar socialmente construído, com significações, o qual denomino de lugar de morada, é designado por outros autores como comunidade, a exemplo de Charles Wagley (1988) que estudou uma comunidade amazônica e afirmou que:

Por toda parte as pessoas vivem em comunidades, e nelas existem relações humanas de indivíduo para indivíduo. [...] É nas suas comunidades que os habitantes de uma região ganham a vida, educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, têm suas superstições e seus tabus e são movidos pelos valores e incentivos de suas determinadas culturas. [...] Na comunidade e economia, a religião, a política e outros aspectos de uma cultura parecem interligados e formam parte de um sistema geral de cultura, tal como o são na realidade. [...] Existem instituições e poderes sociais de âmbito regional, nacional e até internacional, que determinam a tendência de vida de cada pequena comunidade. (WAGLEY, 1988, p.43- 44).

Tal qual Wagley (1988), Sousa e Macedo (2011) afirmam que as comunidades têm se desenvolvido baseado nas atividades planejadas no dia a dia, com fundamentos na íntima relação familiar e de vizinhança, e mediante elementos materiais e imateriais coletivos comuns aos moradores. Wagley (1988) também identificou diferenças quanto a localização de moradia dos grupos de pessoas existentes, os que eram reconhecidos como de primeira classe, residiam na rua de referência, a primeira. A ocupação do espaço permite distinguir econômica e socialmente os moradores pela localização das residências, aferindo a ideia da chegada destes e/ou dos seus remanescentes, uma vez que as casas mais antigas estão no centro das aglomerações e as recentes nos arredores (MOTA, 2005). Também é sugestivo de como acontecem as relações, de quem se relaciona com quem e qual a intensidade, o que de fato pode ser observado na Forquilha.

A meu ver, apesar das abordagens apresentadas sobre o lugar considerarem escalas diferentes, há concordância, pois reconhecem como essencial as significações impressas nas relações cotidianas entre os indivíduos.

Também na Amazônia, Alencar (2010) apresenta em seu estudo duas denominações para caracterizar o lugar: povoados e vilas. Ela descreve com precisão os povoados, o modo de vida, as atividades e até as vilas que deixaram de existir na região do Médio Solimões. Para estudar lugar de morada, no intuito de identificar as mudanças ocorridas por influência de determinado evento, considero relevantes as análises que a autora apresenta porque também

considero que os fragmentos de memórias do passado ajudam conhecer aspectos da atualidade e perceber o que mudou.

O conjunto de memórias permite conhecer o momento da história social, econômica e ambiental. A exatidão da localização dos eventos passados é um exercício simbólico de grande complexidade, uma vez que os registros da experiência vivida dão oportunidade de entender as mudanças do presente (ALENCAR, 2010). Por esta razão, partilho da ideia de que conhecer, por meio da memória, a formação dos lugares se faz necessário para compreender as transformações ocorridas ao longo tempo.

Herrera, Santos e Cavalcante (2018) realizaram um estudo a partir do lugar em Vitória do Xingu/PA, tendo como principal foco a análise do meio rural como lugar de morada e de trabalho. Os autores justificam a escolha, devido aos elementos embutidos no conceito que auxiliam na construção da interpretação dos resultados, constituídos pela: leitura dos lugares através da subjetividade do homem comum, valorização dos sentimentos humanos, bem como de suas experiências com seus locais de vida, relação sujeito-lugar, desvendando um mundo vivido criado a partir das experiências e sob os elementos simbólicos.

Os autores citados anteriormente se valem dos estudos de Heredia (2013), com a fundamentação da abordagem sobre a família e o trabalho na agricultura, tal como as relações com os lugares de morada a partir de estudos em outras comunidades. Um resultado interessante do trabalho emerge da citação de moradores que não exerceram trabalho na agricultura, de que a “comunidade além de ser seu local de morada, também é o local do trabalho”. Vale ressaltar que as comunidades apresentam características específicas, são agrupamentos menores de pessoas com uma rede de interação. Sendo assim, entende-se que os autores estejam se referindo a um ou aos grupos com estas características.

Em se tratando do lugar de morada, há autores que se reportam a esse termo como sendo a casa e o seu entorno. Com especificidade e precisão, Bourdieu (1999) faz uma descrição da moradia do povo Kabyle na Argélia, dividindo-a em eixos horizontal e vertical, e em cada um destes polos há um domínio, quais sejam o natural e o cultural, em que se demonstra tanto os aspectos físicos estruturais como os simbólicos.

O lugar de morada também é frequentemente estudado em assentamentos da reforma agrária. Martins (2009) analisou como moram os assentados no município de Herval no Rio Grande do Sul, como constituem sua morada no curso da vida, quais significados revelam os seus lugares e como atualizam o seu morar frente a conquista da terra. A terminologia “morada” é utilizada pela autora como expressão da cultura dos assentados e como sistema de valores que

guia seu modo de vida, mostrando o universo simbólico familiar e a ética que sustentam sua relação com o ambiente natural e social.

Martins (2009) argumenta que o planejamento da “morada” é um trabalho cognitivo que antecede o trabalho material de construção do lugar. A morada-casa é fruto do trabalho da família, materializado muitas vezes pelo saber-fazer camponês. A constituição da morada se dá de forma física e simbólica, assegurando prioridade ao local de morada da família e contornando os demais espaços, conferindo significado de lugar aos que compunham a morada, em que o entorno apresenta significados simbólicos e práticos contidos na trajetória da morada e da vida dos assentados.

A partir da literatura revisada, considero lugar de morada como um lugar de viver construído pelos que ali vivem – sejam eles originários desse lugar ou recém-chegados com enfoque na organização física e estrutural e nas relações de sociabilidade. O espaço é transformado em lugar de morada à medida que significados práticos e simbólicos são atribuídos a ele pelos que ali vivem.

Na literatura que trata da dendeicultura no Pará, o lugar de morada tem sido denominado de vila rural, comunidade, vilarejo e relata, sobretudo, situações advindas da dendeicultura que refletem na vida dos seus moradores.

Ribeiro (2016) estudou vilas rurais nas escalas mesorregional e local no NEP. Nesta última, a autora pesquisou na vila Água Azul, em Tomé-Açu, e faz uma descrição da formação, morfologia e organização social, apresentando a demografia e histórico da vila que data dos anos 1970. Ali, após o advento da dendeicultura, novos bairros se constituíram e pessoas chegaram em busca de trabalho.

Na vila Forquilha em Tomé-Açu, Carvalho (2016) ressalta as transformações no lugar com foco na resignificação do trabalho enquanto ligação entre a natureza e o homem. Ela afirma que após a dendeicultura há mais assalariamento de pessoas que antes trabalhavam na agricultura o que, por conseguinte, desencadeou uma série de mudanças no modo de vida das pessoas que ali habitam. As fazendas da Forquilha se tornaram extensos plantios de dendê e os pequenos estabelecimentos comerciais ganharam proporção.

Transformações quanto ao lugar de morada dos quilombolas na comunidade Santo Antônio em Concórdia do Pará foram estudadas por Saavedra (2017). A partir dos conceitos campesinato, território, resistência, identidade étnica e camponesa, a autora faz uma descrição de cinco vilarejos e descreve a demografia, a origem, o modo de vida rural-camponês e sua relação na atualidade, o trabalho camponês e a organização social. As transformações assinalam

para um agrupamento maior de mudanças no lugar de morada, que se estendem nas esferas cultural, econômica, social e ambiental intrincadas nas práticas cotidianas.

Além da literatura apresentada, há pesquisas realizadas por Gemaque (2015), Vieira (2015), Chaves (2016), Ferreira (2016) e Sacramento (2016) que destacam a influência da dendeicultura na forma de morar, nas relações de trabalho, demografia, paisagem, organização familiar e na produção de alimentos. Eles trazem a discussão das consequências da intensificação da produção e se valem de conceitos, em sua maioria, de campesinato, resistência e trabalho. Tais trabalhos também fazem menção aos envolvidos diretamente com a dendeicultura, seja por assalariamento ou integração.

Um dos eventos com maior influência nas transformações no lugar de morada diz respeito ao assalariamento dos seus residentes e daqueles que chegam, tema que abordo a seguir à luz da literatura.

1.3 Trabalho assalariado rural

A temática do trabalho é abordada por autores da sociologia desde sua constituição e esteve influenciada pelo processo de desenvolvimento do capital na cidade e no campo. Assim, o trabalho é uma construção histórica, dos sujeitos e de suas subjetividades individuais e coletivas. Diante das variações técnicas e sociais contemporâneas, estudá-lo é compreender as sociedades nas quais ele se desenvolve (NAVES, 2014).

Em um estudo realizado sobre os constantes rearranjos socioterritoriais do trabalho em nível planetário no século XXI, Thomaz Júnior (2011) abordou as mudanças no âmbito do trabalho e identificou que os conflitos sociais expressos nessa temática não se restringem apenas ao formato capital x trabalho, mas que também inserem-se nela outras configurações da dominação de classe, as quais implicam novos olhares a respeito das determinações clássicas do que é trabalhar no campo e do que é trabalhar na cidade, ligadas às distintas relações sociais de produção e de trabalho. O autor observou que as estratégias do capital sufocaram os camponeses e os operários, em que a realidade do trabalho é dinâmica e evidencia contradições nas linhas de expressão dos conflitos, o que nos leva à compreensão da luta dos trabalhadores rurais.

No Uruguai, Riella e Mascheroni (2015) analisaram as transformações agrárias no mercado de trabalho rural com objetivo de fazer uma aproximação e conhecer os processos de construção social do mercado de trabalho rural e observar suas tendências e desafios atuais. Os autores consideraram o conjunto de transformações que ocorrem na demanda por empregos e nas modificações das estratégias de ofertas de acesso e nos fatores institucionais que envolvem

determinados processos. Isto posto, seria possível compreender a forma como os fatores estruturais de oferta e demanda se combinam com a capacidade de agência dos atores em desdobrar suas estratégias naquele ambiente institucional específico. Em se tratando da esfera institucional, os autores concluem que a construção do mercado agrícola no país foi caracterizada por uma legislação trabalhista que privou os assalariados rurais dos direitos e benefícios consagrados para o resto dos trabalhadores e promoveu relações de trabalho que privilegiaram os interesses dos empregadores.

Na primeira década deste século, Riella e Mascheroni (2015) concluíram que a construção social do mercado de trabalho no Uruguai foi marcada por um processo de expansão capitalista do setor agropecuário. Uma das características desse período é que os assalariados rurais se tornaram a principal força de trabalho agrícola do país. No entanto, há semelhança na análise de Thomaz Júnior (2011), em que o capital sufoca os trabalhadores, pelas inúmeras transformações ocasionadas pelo desenvolvimento acelerado do capitalismo no ambiente rural, o qual não se baseou unicamente na destruição da paisagem, dos recursos naturais e na condução de terras de comunidades (RIELLA; MASCHERONI, 2015), mas também na exploração de homens e mulheres que, com sua força de trabalho, designaram o valor e riqueza acumulados pelas grandes empresas do setor agropecuário.

Tal fato é observado também em estudo realizado por Neiman e Quaranta (2013) na Argentina, onde as novas condições produtivas modificaram o trabalho agrícola em função das estratégias implantadas pelas empresas do setor que flexibiliza as condições de trabalho. Nesse estudo, os autores analisam as condições e dinâmicas dos mercados de trabalho agrícola provisório na província de San Juan considerando as transformações socioprodutivas ocorridas nas últimas décadas e concluem que essas novas dinâmicas ocasionam a intermitência no trabalho assalariado rural e aprofundam a precariedade e vulnerabilidade dos trabalhadores.

Ainda na Argentina, Bendini e Steimbregger (2015) em estudo sobre trabalho agrícola e não agrícola em áreas de vulnerabilidade social e ambiental, apontaram que a expansão agrícola centrada no agronegócio trouxe grandes consequências sociais advindas do embate entre duas formas sociais que divergem entre si em termos de competição por território, na lógica e na organização da produção – empresarial ou familiar. Além disso, as substituições de uso da terra produzidas por apropriação concentrada, disputas territoriais, deslocamento e redefinição dos espaços de produção e reprodução social suscitam implicações na divisão e organização social do trabalho. Quanto à essas consequências, os autores acreditam que questões teóricas e políticas surgem a partir delas, seja na estrutura e no meio rural, da remuneração total ou parcial de membros de famílias rurais em ambientes de alta vulnerabilidade social e ambiental.

Na Espanha, Cánovas (2012) analisa os trabalhadores rurais da fruticultura e constata que os assalariados agrícolas da região do mediterrâneo estão distantes da figura do trabalhador agrícola, pois esses novos trabalhadores estão sujeitos às velhas práticas de eventualidade, superexploração e flexibilidade máxima dos trabalhadores diaristas mais tradicionais. Para o autor, a extrema flexibilidade da relação salarial tem sido uma estratégia empresarial com objetivo de baratear os custos laborais. Tais relações aprofundaram a possibilidade de intensificar o trabalho nas agriculturas mediterrâneas, possivelmente através da mobilização contínua ao longo do tempo de categorias sócio trabalhistas altamente vulneráveis dentro da organização social do trabalho, como os migrantes e temporários. O autor constatou um crescimento dos grupos de trabalhadores agrícolas que se inserem nessa condição – em sua maioria oriundos dos países da África Central, Equador, boliviano e Oriental – e que exercem trabalhos considerados precários.

Na Bolívia, Saavedra (2015) constatou que houve intensos processos de urbanização nas comunidades camponesas nos vales do sul do país e que a população urbana passou a centralizar-se perto dos locais onde existia produção agrícola e oferta de trabalho. Com isso, o número de trabalhadores rurais assalariados mais que duplicou nesses locais e os centros urbanos passaram a servir não apenas como áreas de residência, mas também como fornecedores de trabalhadores cada vez mais importantes para as demandas de mão de obra assalariada para a agricultura. Esses processos acelerados de transformação aconteceram em várias partes do mundo e advieram nos territórios rurais latino-americanos como consequência da intensificação da ação do capital, causando desterritorialização dos espaços de vida e produção (DOMÍNGUEZ, 2016), fato constatado também no Brasil.

O trabalho assalariado rural é analisado de diferentes formas e com diversas nomenclaturas (SANTOS JÚNIOR, 2014). Os boias-frias da cana-de-açúcar apresentam destaque, bem como os trabalhadores na agricultura familiar. No Brasil, os estudos com trabalhadores rurais na fruticultura e nos canaviais têm destaque e a maioria das pesquisas se dá na região Nordeste e Sul.

O Brasil passou por um período importante na expansão do agronegócio na década de 1990, uma vez que se apresenta como momento histórico em que os capitais estrangeiros encontram ancoragem em investimentos, inclusive nas esferas da agricultura e da pecuária (CAVALCANTI; MORAES; FEITOSA, 2015). Essa expansão ocasionou transformações no espaço rural, sobretudo nas relações de trabalho assalariado, como refletido com a modernização da agroindústria canavieira no Brasil, com a ampliação do mercado de trabalho e das migrações, modificando o perfil dos trabalhadores. No entanto, é válido salientar que,

com a modernização agrícola, ocorre a substituição do trabalhador rural pelo uso de maquinários, o que intensifica a precarização daqueles que permanecem (NOVAES, 2009). O Nordeste do Brasil foi um dos principais palcos dessas transformações, haja visto que a maioria dos estudos com assalariados rurais é nessa região, especialmente, na Zona da Mata.

Em estudo sobre o trabalho rural na Paraíba, Torres, Moreira e Silva (2019), constataram que nos anos 1990, houve um crescimento do assalariamento rural nesse Estado, podendo ser fruto da atividade canavieira na Zona da Mata, fato observado também na região do Platô no Nordeste brasileiro. Ocorre nesses ambientes um aumento do trabalho assalariado rural e da desapropriação de terras em decorrência da implantação de grandes projetos de fruticultura (CAVALCANTI et al., 2006). A mão de obra migrante é sempre presente e preferencial para o trabalho rural, principalmente a de jovens, uma vez que a força física é o critério principal à seleção dos trabalhadores (NOVAES, 2009).

Em Minas Gerais, Froes (2017) investigou as trajetórias dos trabalhadores rurais que buscam o assalariamento nas fazendas de café e/ou nas empresas de monocultura de eucalipto e mostrou que esses trabalhadores são, em sua maioria, jovens do sexo masculino, solteiros e que migram de seus lugares de origem para se inserir nesses determinados locais de trabalho assalariado temporário, o qual pauta-se por obrigações e responsabilidades constituídas pelas relações locais, principalmente as de parentesco e as conjugais. Para a autora, a prática do deslocamento é compreendida enquanto um meio para o assalariamento, mas também como experiência que possui um valor em si.

Em relação ao trabalho rural na cana-de-açúcar, Menezes, Silva e Cover (2012, p. 163-164, tradução minha) constataram que:

a relação entre trabalhadores migrantes e a estrutura dominante das usinas se baseia na mobilização de redes sociais de trabalhadores, construídas tanto em seus locais de origem quanto nas localidades em que trabalham e moram em locais distantes região da cana. Essas redes sociais, entrelaçadas pelas relações familiares e de amizade, têm uma dupla face: por um lado, possibilitam as estratégias de dominação das fábricas sobre os trabalhadores migrantes e a intercambialidade nas tarefas de trabalho, como de cortador de cana a inspetor ou produção assessor; por outro lado, estabelecem ou apoiam práticas de assistência mútua durante o período em que estão longe de suas famílias.

Os jovens do meio rural se inserem nesse tipo de assalariamento, para ter acesso a bens de consumo e de pequenos investimentos (MENEZES, 2012a), além do que, este pode viabilizar a permanência de agricultores nos sítios, povoados e distritos dos pequenos municípios, constituindo-se em uma das mais importantes fontes de renda da família (MENEZES, 2017).

Santos Júnior (2018) constatou o quão diversas são as estratégias de sobrevivência e enfrentamento nesse tipo de trabalho. Partindo de outros estudos, o autor sugere que a migração tem serventia tanto para reforçar a condição de estar assalariado como para a acumulação dos recursos a serem aplicados em outras atividades, realidade que não seria possível em uma única atividade (NOVAES, 2009).

Em se tratando do trabalho assalariado na dendeicultura, atividade que se expandiu em vários países e tem relevância no Estado do Pará, os números e características do assalariamento têm chamado atenção, muito embora ainda sejam preliminares em termos de análises críticas. No entanto, em um contexto internacional e em uma escala mais ampla, os estudos na Ásia demarcam as incessantes disputas trabalhistas desde a década de 1970 (BARRAL, 2012), assim como a preferência por mão de obra de homens migrantes contratada em decorrência de serem considerados mais disciplinados (LI, 2014; 2015).

No Pará, os estudos sobre trabalho assalariado na dendeicultura são poucos e abordam secundariamente o tema. Tal qual Cavalcanti e Bendini (2014) e Menezes (2017), estudos em municípios no NEP comprovaram transformações quanto ao trabalho, articulando trabalho familiar e assalariamento (SAMPAIO, 2014; RIBEIRO, 2016).

Na análise que faz sobre trabalho na dendeicultura, Monteiro (2014) mostra que houve um crescimento significativo do emprego entre 2006 e 2011 em municípios do Vale do Acará. Ele constatou que os assalariados da dendeicultura são oriundos da agricultura familiar e evidenciam um processo de captura da mão de obra que transforma os camponeses em assalariados agrícolas. No NEP, a estimativa é que a dendeicultura tenha empregado diretamente 16.067 pessoas em 2014 (BRANDÃO; SCHONEVELD, 2015).

Com o assalariamento na dendeicultura, a participação dos jovens nas atividades produtivas da família diminuiu, em vista da sua busca por novas fontes de renda (ALVES; MOTA 2013; MONTEIRO; 2015; RESQUE, 2017). No entanto, Macedo e Sousa (2015) relatam que, em seis comunidades de Concórdia do Pará e de Bujarú, o assalariamento na empresa nem sempre os afasta do trabalho habitual da roça, mas tece novos rearranjos territoriais, em muitas situações, viabilizando a simultaneidade do trabalho assalariado com o trabalho na roça. Saavedra (2017) destaca alterações negativas nas relações de trabalho e nas modificações na vida dos moradores de Santo Antônio, comunidade quilombola em Concórdia do Pará, por se inserirem no assalariamento na dendeicultura.

A procura por diferentes formas de renda facilitou a busca por mão de obra jovem, ocasionando a migração para trabalhar assalariado nas empresas (CAETANO, 2017). Assim como constatado em outros estudos, há exclusividade de homens jovens no assalariamento,

quer seja pela força física, quer seja pela maior facilidade de mobilidade. Sob o ponto de vista dos assalariados, a renda frequente, a possibilidade de autonomia e a independência das suas famílias são os principais motivos para a inserção. Mota, Ribeiro e Schmitz (2019) constataram o acontecimento de três fenômenos que marcam as análises em torno da temática no NEP: as transformações no trabalho, a intersecção entre trabalho familiar e assalariado e a masculinização da força de trabalho, tanto em estabelecimentos familiares com contrato de produção de dendê quanto nos empresariais.

Em contraste com outras condições de trabalho rural na Europa, América Latina, Brasil e na Amazônia brasileira, os trabalhadores assalariados rurais na dendeicultura usufruem de vantagens como: base salarial ligeiramente superior ao salário-mínimo oficial, bônus de produtividade, transporte, alimentação e outros benefícios que variam de empresa para empresa, como auxílio-alimentação, hora *intinere*, seguro-saúde e moradia (MOTA; BALSADI; MOURÃO JÚNIOR, 2019). Em Tomé-Açu, Acará, Concórdia e Moju, os assalariados na dendeicultura, são em sua maioria (80%) homens que desempenham a função designada pelas empresas de rural palmar, desempenhando atividades de campo, em que, predominantemente, os trabalhadores são do Pará e de municípios vizinhos (MOTA; BALSADI; MOURÃO JÚNIOR, 2019). Esta mobilidade influi transformações na vida de quem se desloca, mas também na vida de quem está nos lugares que recebem os trabalhadores. Portanto, é possível dizer que o trabalho foi reconfigurado após a expansão da dendeicultura, a qual também influiu mudanças na sociabilidade dos trabalhadores – conceito que privilegio no tópico a seguir.

1.4 Sociabilidade

A sociabilidade é estudada por autores das ciências sociais, principalmente por sociólogos. Após revisão de literatura, encontrei no sociólogo alemão Georg Simmel a referência central. Neste tópico apresento a sociabilidade não somente em conceito, mas como tem sido abordada pelos diferentes autores em sua historicidade, a fim de identificar como se dão as relações sociais nos espaços urbano e rural para posterior compreensão das interações entre os envolvidos nesta dissertação.

Quanto ao entendimento da sociabilidade contemporânea e suas particularidades, Schilling (1996, p.13) sugere que é necessário “recuperar os diagnósticos sobre a sociabilidade característica da modernidade. Isto significa centrar o olhar no século XIX, recuperar os cenários, perceber continuidades e discontinuidades”. A autora discorre sobre esse cenário, marcado como “o século das revoluções” e centrado na tentativa de estabelecer e estabilizar

uma fronteira entre o público e o privado, em que o privado se caracterizava como lugar excelente da felicidade. Nesta concepção, há um precário equilíbrio na relação entre o público e privado, elucidando com a leitura de Simmel de que o conflito central da modernidade é a exaltação das diferenças.

Simmel foi responsável pela realização de uma abordagem aprofundada da sociabilidade no início do século XX. Ele atribuiu às ciências sociais a tarefa de estudar as formas de ação recíproca realizadas nela. A sociedade é entendida como o ato de associar-se, seja por motivos religiosos, econômicos, de guerra etc. (CETRULO NETO, 1999). “É um estar com o outro, para um outro, com um outro que, através do veículo dos impulsos ou dos propósitos, forma e desenvolve os conteúdos e os interesses materiais ou individuais” (SIMMEL, 1983, p. 168), ou ainda,

Sociedade é, assim, somente o nome para um círculo de indivíduos que estão, de uma maneira determinada, ligados uns aos outros por efeito das relações mútuas, e que por isso podem ser caracterizados como uma unidade – da mesma maneira que se considera uma unidade de um sistema de massas corporais que, em seu comportamento, se determinam plenamente por meio de suas influências recíprocas. (SIMMEL, 2006, p. 18)

A sociedade é o círculo de indivíduos que se relacionam entre si. Cetrulo Neto (1999) deixa claro que não é pela quantidade, mas pela duração desses grupos que a sociedade é vista. A sociabilidade “são as formas nas quais resulta esse processo ganhando vida própria” (SIMMEL, 1983, p. 168), ela é um acontecer (SIMMEL, 2006). O autor dá ênfase às formas e conteúdo e nos apresenta duas proposições. A primeira é que, seja qual for a sociedade humana, faz-se a diferenciação entre conteúdo e forma. A segunda é que a referência de interação entre os indivíduos é feita pela própria sociedade e é a importância dessa interação que obriga os indivíduos a constituírem uma unidade, sociedade.

Cetrulo Neto (1999) reafirma que Simmel estava mais preocupado com a forma do que com o conteúdo, uma vez que a sociabilidade está intimamente ligada à maneira de como ocorrem as relações, como se estabelecem na prática. A sociabilidade é caracterizada pelo sentimento, sobretudo aquele que o indivíduo sente em relação ao outro ao associar-se com ele. Com isso há uma distinção entre sociedade e sociabilidade. A primeira é a associação de elementos desiguais, enquanto a segunda é o inverso: quanto mais desiguais forem os indivíduos, mais difícil torna-se a sociabilidade (SIMMEL, 1983; CETRULO NETO, 1999).

Na discussão sobre o conceito, Simmel trata a sociabilidade como um jogo, no qual o único objetivo é a troca de prazer no ato da sociação, “é a forma lúdica de sociação” (SIMMEL, 1983; 2006, p. 65), em que os valores compartilhados devem ser parecidos, tanto de quem dá como o de quem recebe.

Acreditando que sociabilidade tem ligação com comunidade (grupo pequeno) e sociedade (grupo mais amplo), Cetrulo Neto (1999, p.20) afirma que “sociabilidade é o sentimento de pertencer a uma comunidade”. Para ele, a comunidade cede lugar à sociedade e o sentimento da sociabilidade torna-se cada vez mais difícil. Isso acontece quando os sentimentos de reciprocidade, de pertença a um grupo, desvanecem. Candido (2017) constata o vínculo entre sociabilidade e o sentimento de pertença e Queiroz (1973) apresenta relação sobre a adaptação de bairros rurais a uma grande cidade. Quando isto acontece, as características desse lugar estariam comprometidas. Não é diferente nos lugares de morada influenciados pelo afluxo de pessoas para trabalhar na dendeicultura.

Sobre conteúdo, forma e interesse, Simmel (2006) explica que uma sociação pode resultar interesses diferentes, mas com formas semelhantes, assim como um mesmo interesse por determinado conteúdo pode ser expresso em formas de associar-se diferentes, isto é, os interesses se realizam em uma multiplicidade de formas.

Conteúdo e matéria da sociação é tudo o que existe nos indivíduos e nos lugares concretos de toda realidade histórica como impulso, interesse, finalidade, tendência, condicionamento psíquico e movimento nos indivíduos – tudo o que está presente nele de modo a engendrar ou mediatizar os efeitos sobre os outros, ou a receber esses efeitos dos outros. (SIMMEL, 2006, p. 60).

A ação de associar-se – sociação – é, portanto, a forma na qual os indivíduos, de distintas maneiras, desenvolvem-se conjuntamente por causa de seus interesses com direcionamento para uma unidade na qual os interesses se realizam, ou seja, se agrupam em unidades a fim de satisfazer (SIMMEL, 1983; 2006). Todo indivíduo humano provém da associação de dois outros indivíduos humanos e é constituído de modo que ele não pode cuidar de si mesmo e vive, até certo ponto, relacionado e associado com toda a força da natureza (HOSTOS, 2010). Para Hostos, a propriedade de ser sociável, essencialmente humana, é chamada de sociabilidade.

A discussão sobre o adjetivo sociável, para Baechler (1995), foi iniciada a partir de 1522 e o vocabulário corrente no ano em que publicou não seria suficiente para explicar esta palavra, pois é extremamente diversificada e, a sociabilidade, abordagem em que ela está inclusa, é também entendida de diversas formas:

[...] a sociabilidade designa o princípio das relações entre pessoas e a capacidade de estabelecer laços sociais — abrange a formação dos grupos (Gurvitch, 1950,1.1, cap. 3). [...] a sociabilidade indica seja a capacidade associativa em geral, seja as associações particulares que são os salões, os círculos, os clubes, os cafés, onde os homens encontram um meio de serem sociáveis [...] (Agulhon, 1977). [...] A sociabilidade designa as redes que nascem espontaneamente das relações que cada indivíduo mantém com os outros (Granovetter, 1973) [...]. (apud BAECHLER,1995, p.65).

Nessas colocações, têm-se em comum as relações entre as pessoas, como laços sociais, associações das pessoas em grupos e individuais e como construção de redes. A partir dessa

abordagem, Baechler (1995) apresenta três formas/abordagens nas quais acontecem as relações sociais, incluindo a sociabilidade aos conceitos de sodalidade (capacidade humana de estabelecer grupos) e a socialidade (capacidade de manter os grupos e as redes com certa coesão e coerência em suas interações), ajudando a entender e relacionar as modalidades do social com as formas sociais, as quais permitem uma vida em sociedade, do mais simples ao complexo.

Das três modalidades, notadamente a sociabilidade é a mais destacada pelos estudiosos e ganhou maior importância nas reflexões, considerada como indispensável à humanidade.

Diferente de Simmel, Baechler (1995) afirma que a sociabilidade diz respeito à capacidade humana de construir redes, entendida como unidades de atividades individuais ou coletivas. Esta exprime não só informações dos grupos, mas também dos indivíduos em suas particularidades, como opiniões, interesses e gostos. As redes são os laços estabelecidos, seja de forma sólida e exclusiva – ou não –, que cada indivíduo constitui com os outros. O laço é entendido como as conexões estabelecidas, seja na influência mútua no cotidiano ou de forma esporádica entre os atores, com maior ou menor intensidade, atrelado aos contextos sociais dos quais as pessoas estão inseridas (GONÇALVES, 2009).

É importante frisar que os laços entre eles acontecem com intensidades diferentes, ou seja, a interação entre os indivíduos de uma rede apresenta-se de formas distintas, umas com forte influência mútua, e outras com fraca. Os espaços de sociabilidade podem ser desde uma estadia ou um encontro com um vizinho até maiores organizações como uma classe social. Sobre os encontros de sociabilidade, Alencar (2007, p.78) analisa que “são as qualidades pessoais como a amabilidade, a educação e a cordialidade que indicam a existência, ou não, de sociabilidade em um encontro”.

A sociabilidade apresenta-se de diferentes formas, seja em espaço rural ou urbano, caracterizando-se como crucial no desenvolvimento das relações sociais e na perpetuidade da vida em sociedade. Associando trabalho e sociabilidade, Mota (2005) concluiu que as manifestações desta modalidade não se tratam apenas como forma lúdica da socialização entre os indivíduos, como discorro no capítulo quatro desta dissertação, em que os elementos intrínsecos à personalidade, que Simmel afirma não fazer parte, alimentam o sentido agradável e lúdico da sociabilidade, como a conversação e amabilidade nos contatos e o controle dos traços de caráter mais genuínos.

Estudos realizados em diferentes regiões tratam das relações de sociabilidade e do modo de vida das pessoas, umas com maior ênfase e outras com apresentação de alguma forma de sociabilidade. Em espaço urbano, há comprometimento das relações de sociabilidade no cotidiano das pessoas. Não raro, a sociabilidade está ligada ao lazer e ao aspecto lúdico nas

relações que sofrem influência e dependem dos lugares de interação. Gonçalves (2009) afirma que as atividades de lazer foram mais frequentes entre os momentos de maior sociabilidade e se manifestam como um jogo social, conferindo leveza ao ambiente e melhorando o clima organizacional. É na sociabilidade estabelecida no cotidiano que os diversos atores sociais vivem e convivem, participando de atividades em conjunto, sobretudo, quando estas estão ligadas ao lazer (ALMEIDA, 2011). Neste sentido, Fernandes (2018) ressalta que a vida social é comprometida quando não há nenhum equipamento lúdico para a sociabilidade.

Em espaços rurais, Candido (2017), Queiroz (1973) e Wagley (1988), ao caracterizarem o lugar de morada e os grupos nele existentes, mostram que a sociabilidade está intimamente relacionada às atividades lúdico religiosas, marcada por redes de relações de vizinhança, compadrio e ações conjuntas. O bairro e a comunidade abrigam formas peculiares de sociabilidade em que o trabalho rural em comum se torna uma segunda maneira de congregar os moradores, além da festa religiosa. Para os referidos autores, a sociabilidade nesses lugares se alargava em diferentes graus: relações familiares, de vizinhança, entre bairros, com a cidade, com a região ou até além dela, com novas formas de interação e experiência social.

Mais recentemente, Brandenburg (2010) constatou que grandes empreendimentos ocasionam mudanças nas formas de sociabilidade com desintegração da vida comunitária ou de pequenos núcleos no Sul do Brasil. Os bairros passam a não concentrar mais vida social rural e os elementos de sociabilidade da vida rural se estendem além deles, formando assim uma rede de relações de sociabilidade heterogênea.

Em se tratando do Pará, a sociabilidade é frequentemente estudada em espaço urbano e, pontualmente, utilizada para analisar mudanças ocasionadas por grandes empreendimentos. Ertzogue e Busquets (2019) constataram a perda de rede de sociabilidade em comunidades afetadas pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte, decorrente da mobilização das famílias de seus lugares de moradia para outro. Assim, as transformações foram não somente socioeconômicas e ambientais, mas houve ruptura nos laços familiares e comunitários dos que foram reassentados.

No âmbito dos estudos sobre o assalariamento na dendeicultura, não encontrei estudos específicos sobre a sociabilidade, somente algumas evidências. Ribeiro, Mota e Alves (2017) evidenciaram relações de sociabilidade nos clubes de futebol e grupos de jovens em vilas rurais no NEP. Sousa (2019) constatou que momentos de sociabilidade com a família têm sido subtraídos dos trabalhadores assalariados na dendeicultura em decorrência do longo tempo de deslocamento para o trabalho, fato que Aquino Júnior (2019) também comprovou com a ausência de jovens assalariados nas associações e movimentos sociais.

A consequência das transformações impostas pela modernidade induz, ou até mesmo obriga, o homem a tomar decisões quanto à vida em sociedade, assumindo um estilo de vida diferenciado e novo, no qual modifica-o em suas ações e na forma de ser.

Para análise na vila Forquilha, utilizo o conceito de sociabilidade como forma lúdica de socialização (SIMMEL, 1983; 2006) e capacidade humana de construir redes (BAECHLER, 1995) em que os valores compartilhados na interação devem ser parecidos tanto dos recém-chegados como os que já viviam no lugar. Para tanto, utilizo a interação como evidência da sociabilidade, em que produz significado e influencia a relação de ambos os grupos estudados no capítulo quatro.

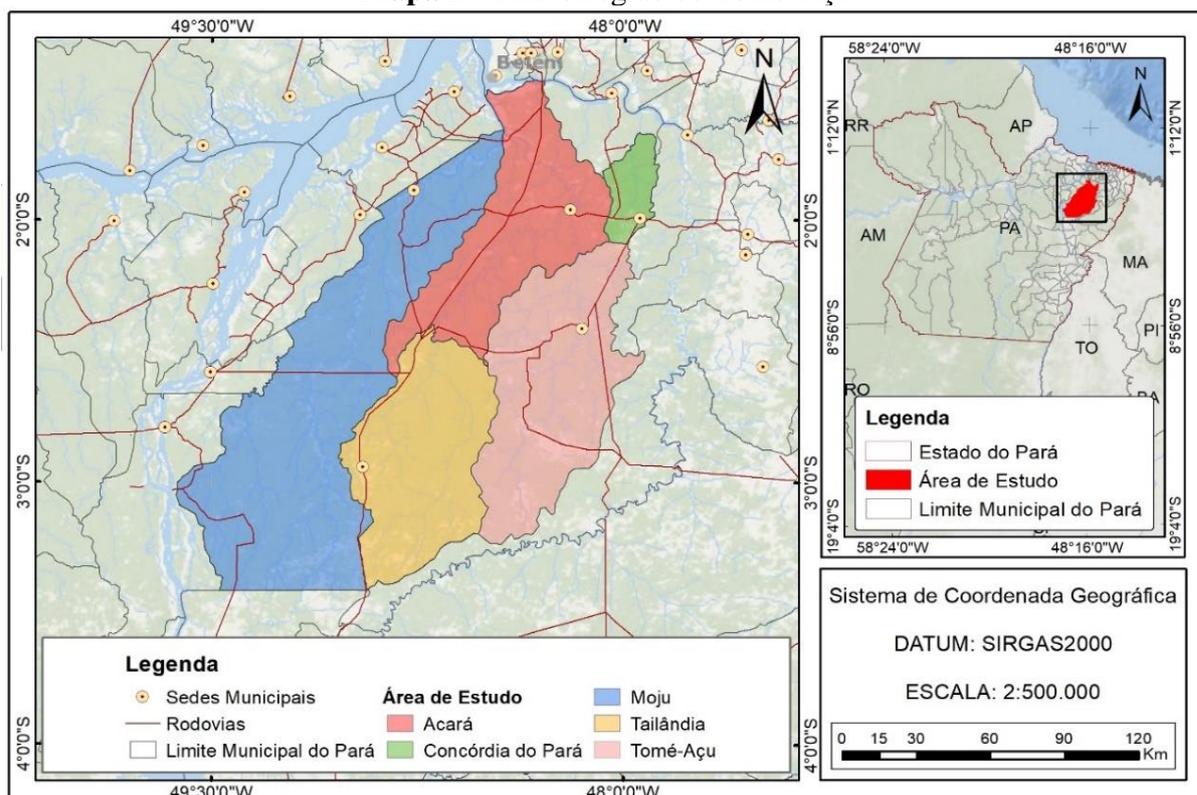
1.5 Metodologia

1.5.1 Área de estudo

A vila Forquilha localiza-se no município de Tomé-Açu, pertencente a microrregião Tomé-Açu, situado na mesorregião NEP, mais antiga fronteira de colonização do estado do Pará.

O NEP tem uma área de 83.316,02 km², sendo a região do estado com a maior parte de sua vegetação original devastada ou fortemente alterada. É formada por cinco microrregiões e nelas estão agrupados 49 municípios que juntos abrangem 6,68% da área total do estado (CORDEIRO; ARBAGE; SCHWARTZ, 2017). Destas, destaca-se a microrregião Tomé-Açu (Mapa 02), composta por cinco municípios, quais sejam: Concórdia do Pará, Acará, Tomé-Açu, Tailândia e Moju, maiores produtores de dendê do estado do Pará em 2018 (IBGE, 2019).

Mapa 2 – Microrregião de Tomé-Açu.



Fonte: Siqueira (2018).

Dos cinco maiores produtores de dendê do Pará, Tomé-Açu tem forte presença de imigrantes atraídos pela dendeicultura, motivo pelo qual o tomo como objeto de análise nesta dissertação. O município tem dois centros urbanos: Tomé-Açu e Quatro Bocas, ligados pela rodovia PA-140 (ALMEIDA; SANTOS; LIMA, 2018) e uma população estimada em mais de 63.447 pessoas em 2019 (IBGE, 2020a). A sede municipal de Tomé-Açu está a $02^{\circ} 25' 00''$ S e $48^{\circ} 09' 09''$ W, distante 207 km da capital via PA-140 e tem limites com os seguintes municípios: ao Norte - Acará e Concórdia do Pará, a Leste - São Domingos do Capim, Aurora do Pará e Ipixuna do Pará, ao Sul - Ipixuna do Pará e a Oeste - Tailândia e Acará (FAPESPA, 2016).

As origens de Tomé-Açu têm relação com a história do município de Acará, o qual constituía-se um povoado e, anos mais tarde, uma importante aglomeração. Todavia, não se sabe ao certo a data de sua elevação à Freguesia e, posteriormente, a Distrito do Acará (FAPESPA, 2016). Em 1926, um grupo de japoneses seguiu viagem de estudos aos estados do Amazonas e Pará, a fim de encontrar melhores áreas para ser instalar colônias agrícolas e, a partir delas, dinamizar a economia, por meio da implantação e desenvolvimento de culturas, bem como de práticas modernas de cultivo (NAGAI, 2018). O relatório do estudo apontou a escolha de uma área de 600 mil hectares no distrito de Tomé-Açu, por reunir condições

relativamente satisfatórias, com terras planas, boa fertilidade e poucas áreas alagadiças, as quais seriam destinadas à plantação de cacau (MUTO, 2010).

Tal visita foi preparatória para a imigração oficial, ocorrendo em 1929 com a chegada dos primeiros japoneses que deram início ao plantio de pimenta-do-reino (*Piper nigrum*. L.) por volta de 1935, despontando sucesso no final da década de 1940 (NAGAI, 2002) e atingiu o “boom” da produção e comercialização em Tomé-Açu nos anos de 1952 a 1954 (HOMMA, 2016b). O sucesso da pimenta-do-reino influenciou a dinâmica social, econômica e cultural e levou o distrito de Tomé-Açu a uma vantajosa situação econômica, justificando seu desmembramento de Acará para tornar-se município (FAPESPA, 2016).

Em 1952, inicia-se um movimento de emancipação política promovida por habitantes de Tomé-Açu, concretizada em 1955, mas considerada inconstitucional. Tão logo é reintegrado a Acará, a população de Tomé-Açu reinicia a luta e forma vários movimentos. Somente em março de 1959 o distrito é elevado à categoria de município pela Lei nº 1.725 (MUTO, 2010).

A expressão espacial e a composição sociocultural de Tomé-Açu desenvolveram-se em um conjunto de influência mútua entre as famílias migrantes provindas dos fluxos populacionais e a população que ali já vivia (ALMEIDA; SANTOS; LIMA, 2018). A formação do município foi influenciada por japoneses, os quais ocasionaram mudanças agroeconômicas, com participação de trabalhadores paraenses (cametaenses), e nordestinos, dentre outros.

O cultivo de dendê teve início em Tomé-Açu na década de 1970, no cenário de decadência da pimenta-do-reino. Contudo, sua produção só apresentou rendimentos aos membros da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (Camta) entre os anos 1989 e 1990 (HOMMA, 2016b). Em 2008, o dendê foi introduzido em experimento em sistemas agroflorestais nas propriedades de cooperados da Camta. Nesse período, empresas terceirizadas iniciaram o processo de produção de mudas para a implantação dos plantios da Biopalma da Amazônia S.A, cujos plantios intensificaram-se a partir de 2010 nas adjacências de várias vilas da zona rural de Tomé-Açu.

Um desses lugares é a vila Forquilha, distante 23 km de Tomé-Açu e localizada a 2°30'14.1" S e 48° 23'17.8" W na rodovia PA-256, que liga Tomé-Açu à Tailândia. Este lugar de morada é preexistente à instalação das empresas de dendê, com formação iniciada por famílias vindas do nordeste brasileiro na década de 1960, e com a chegada de novas pessoas para trabalhar na condição de assalariada a partir de 2008, intensificando-se nos anos de 2012 a 2016, e regredindo de 2017 até o momento da pesquisa, em 2019.

A vila Forquilha apresenta intensa transformação decorrente da instalação e influência dessas grandes empresas e dos movimentos migratórios de trabalhadores. A população é,

atualmente, estimada em 8.000 pessoas e composta por agricultores familiares, comerciantes, autônomos, servidores públicos, trabalhadores assalariados nas empresas de dendê, dentre outros. A economia é baseada na agricultura (familiar e empresarial) e no comércio.

A escolha da vila Forquilha para a realização deste estudo de caso levou em consideração os seguintes critérios: 1) proximidades das agroindústrias de dendê ou de plantios; e 2) presença significativa de trabalhadores que chegaram atraídos pelo assalariamento na dendeicultura. Privilegiei este lugar devido ser o que apresentou o maior afluxo de pessoas para trabalhar na dendeicultura, atraídos pelo assalariamento nas empresas Biopalma da Amazônia S.A, Belém Bioenergia Brasil (BBB) e Grupo Agropalma. Os dados são de Ribeiro (2016), a qual, por meio do projeto AFInS, identificou vilas rurais com assalariados na dendeicultura na microrregião Tomé-Açu e sistematizou características da morfologia de cada lugar.

1.5.2 Abordagem metodológica

A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem quantitativa e qualitativa. Para tal, realizei revisão de literatura, levantamento de dados secundários e pesquisa de campo. A escolha pela pesquisa qualitativa se deu pela importância de saber o que as pessoas pensam em relação ao objeto de análise. Brumer et al. (2008) afirmaram que um estudo de caráter qualitativo analisa tanto em profundidade quanto em amplitude. Desta forma, fez-se necessário por permitir um diálogo entre mim e os entrevistados, possibilitando a interação, auxiliando na identificação e na compreensão das percepções dos envolvidos sobre o lugar de morada e as relações de sociabilidade. Ademais, possibilitou um envolvimento subjetivo tanto na observação quanto na análise, como propôs Appolinário (2006), para constituir o conteúdo desta pesquisa.

Realizei um estudo de caso na vila Forquilha com entrevistas e observações. Pesquisas aprofundadas de um único caso objetivam a compreensão mais abrangente do grupo avaliado (BECKER, 1994). Para Becker, o estudo de caso nas ciências sociais passou a ser considerado como uma forma de estudar e analisar intensamente de forma exploratória, explanatória ou descritiva alguma unidade social por meio de uma organização, um indivíduo isolado ou em conjunto, uma comunidade.

No âmbito do estudo de caso, obtive dados primários por meio de pesquisa de campo com observações, e entrevistas diretas e não diretas com 97 pessoas. Nas entrevistas não diretas, as informações correspondem a níveis mais profundos, devido à possibilidade de uma relação entre a liberdade oportunizada ao entrevistado e a profundidade das informações que ele pode fornecer (MICHELAT, 1987). As questões levaram em consideração o que ocorria

nos lugares de morada – sejam eles práticos e/ou subjetivos – relacionados à forma de morar, às relações de sociabilidade, às estruturas físicas e às significações do lugar de morada.

A abordagem quantitativa também esteve em meu enfoque, em razão de não existir estatística disponível relativa aos trabalhadores assalariados e aos seus lugares de morada e os números serem importantes no debate sobre a dendeicultura. Assim, construí uma base quantitativa com dados obtidos por meio de questionários. Também obtive informações e dados quantitativos na unidade de saúde sobre a quantidade de pessoas residindo na Forquilha. Já com os moradores, antigos e novos, obtive dados sobre a morfologia da vila, infraestrutura, avaliação dos serviços públicos e privados e caracterização dos tipos de moradores.

Para auxiliar na organização e compreensão dos passos da pesquisa, elaborei um quadro resumindo os conceitos, variáveis e questões, métodos utilizados e procedimentos utilizados segundo os objetivos da pesquisa.

1.5.3 Etapas da pesquisa

Desenvolvi a pesquisa em cinco etapas: 1) revisão de literatura e levantamento de dados secundários; 2) estágio de pré-campo; 3) Pesquisa de campo; 4) Sistematização e análise; e 5) produção textual da dissertação. Durante a pesquisa, utilizei registros fotográficos, diário de campo, uso de receptor GPS, gravador de voz e notebook.

1.5.3.1 Revisão de literatura e levantamento de dados secundários

A primeira etapa foi a realização de revisão de literatura sobre a área de estudo e os principais conceitos utilizados, lugar de morada, trabalho e sociabilidade, a fim de aproximar a empiria e a teoria.

Para discussão sobre a dendeicultura, parti de uma contextualização internacional (LI, 2015; MOTA; MOURÃO JÚNIOR; SCHMITZ, 2019; JEZEER et al., 2019; NOMURA et al., 2019), dialogando com autores como Becker (2010) e Backhouse (2013) em estudos na Amazônia brasileira. Para compreender a expansão no NEP, recorri a Ribeiro, Mota e Alves (2017) e Brandão, Schoneveld e Pacheco (2018), dentre outros, que me ajudaram a compreender como a expansão se deu nos municípios da microrregião Tomé-Açu e quais foram as transformações ocasionadas nos lugares de morada.

Para reflexão sobre o lugar de morada, desafio no contexto da dendeicultura, parti do conceito de bairro rural de Queiroz (1973) e Candido (2017), dialogando com Wagley (1988). Para análise prática metodológica recorri a Martins (2009) e a Ribeiro (2016) no seu estudo sobre vilas rurais sob influência da dendeicultura no NEP.

Quanto ao trabalho assalariado, iniciei com literatura internacional, dialogando com estudos sobre assalariamento rural na América Latina de Thomaz Júnior (2011), Cánovas (2012), Neiman e Quaranta (2013), Riella e Mascheroni (2015) e Bendini e Steimbregger (2015), e Saavedra (2015) e, no Brasil, recorri a Novaes (2009), Menezes, Silva e Cover (2012), Cavalcanti, Moraes e Feitosa (2015), Froes (2017) e Menezes (2017), dentre outros. Para fins de trabalho assalariado na dendeicultura no NEP, utilizei Mota, Ribeiro e Schmitz (2019) e Mota, Balsadi e Mourão Júnior (2019).

Quanto à sociabilidade, tema novo para mim, utilizei o conceito de Simmel (1983; 2006) como base e dialoguei com analistas mais recentes como Baechler (1995), Cetrulo Neto (1999) e Mota (2005). Para compreender melhor a sociabilidade em termos práticos, recorri ao estudo de Gonçalves (2009) no espaço urbano na região metropolitana de Belém.

Os dados secundários vieram de diversas fontes como: sites, jornais, livros, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Amazônia de Amparo à Estudos e Pesquisas do Pará (Fapespa), Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e da Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma (Abrapalma). A consulta à literatura e à base de dados deu-se do início ao fim do estudo. Verificar essas fontes foi importante para construir conhecimento sobre dados estatísticos e históricos tanto do lugar de morada como dos envolvidos na pesquisa e da dendeicultura.

1.5.3.2 Estágio de pré-campo

A segunda etapa foi o pré-campo, que objetivou alcançar uma leitura prévia no que diz respeito aos lugares de morada dos trabalhadores assalariados no dendê, elencando informações gerais que me ajudassem na elaboração de questões pertinentes que não foram possíveis de serem identificadas apenas com o uso da literatura. Aconteceu nos municípios de Belém, Concórdia do Pará, Acará e Tomé-Açu no período de julho, agosto e setembro de 2018, ocasiões nas quais dialoguei com representantes dos Sindicatos dos Empregados Rurais (Sindter) e com a Federação dos Trabalhadores Empregados e Empregadas Rurais do Estado do Pará (Feterpa).

No pré-campo, dialoguei com 41 pessoas residentes nos três municípios citados anteriormente. Os assalariados no dendê somaram 34 e eram de três empresas: Biopalma da Amazônia S.A, Belém Bioenergia Brasil (BBB) e Dentauá. O diálogo com essas pessoas ajudou-me na obtenção de um panorama geral sobre a dendeicultura. Porém, a definição do tema relativo às transformações no lugar de morada pelo o fluxo de pessoas, organização do lugar e relações de sociabilidade, foi realizado posteriormente a esta fase, mediante o processo de reflexão sobre os dados e novas questões.

Após avaliação das informações obtidas, avalei que seriam necessárias visitas em outros lugares. Destarte, em maio de 2019 visitei duas localidades: Arapiranga em Concórdia do Pará e Forquilha em Tomé-Açu. Esta última, chamou-me atenção pela grande quantidade de trabalhadores migrantes assalariados no dendê, além de mudanças no lugar após a chegada da dendeicultura.

1.5.3.3 Pesquisa de campo

A terceira etapa foi a pesquisa de campo na vila Forquilha em Tomé-Açu. O período considerado para o estudo corresponde aos anos após a dendeicultura (de 2008 a 2019), mas formação e o desenvolvimento da vila anterior à dendeicultura (até 2008) estiveram no meu horizonte de pesquisa.

A pesquisa foi realizada durante 24 dias do mês de julho e oito dias em outubro de 2019, com estada na casa de uma família residente há mais de 40 anos no lugar. Tive receio de como seria minha estadia, visto que tinha pouco conhecimento sobre o lugar e as pessoas residentes ali. A maior inquietação era estar indo sozinha e não saber como seria a abordagem com as pessoas, na grande maioria, homens.

No primeiro dia de julho, cheguei em Quatro Bocas às 9h40min, na Feira da Produção Familiar, local de transportes alternativos para as vilas da zona rural. Em direção à Forquilha, saí no ônibus de 10h30min e cheguei às 11h17min. Desci na Biblioteca da vila e continuei o restante da manhã lá, conversando com as servidoras, que, de certa forma, foram porta de entrada para conhecer o lugar e iniciar a pesquisa. Depois me dirigi à casa na qual fiquei durante a pesquisa de campo.

Reservei a primeira semana no local para conhecer os lugares, as pessoas, o movimento da ida e volta dos trabalhadores das empresas. Fiz também entrevistas não diretivas para saber a história da vila e observei a morfologia do lugar. A partir da segunda semana consegui auxílio de outra pessoa a fim de visitar lugares mais distantes para a realização das entrevistas, devido alertarem-me do perigo de estar sozinha, por algumas ruas da vila ficarem distantes e o horário de disponibilidade de parte dos trabalhadores ser das 17h às 20h. Os entrevistados foram escolhidos de maneira aleatória, porém, no início, me condicionei ao contato estabelecido, previamente, com dois trabalhadores migrantes, em maio de 2019.

Assim, constatei que os entrevistados se dividem em dois grupos, os que chegam motivados pelo assalariamento (critério determinante para escolha dos trabalhadores) e os que moravam há tempos no lugar. Segundo relatos, há em torno de 500 trabalhadores assalariados na dendeicultura na Forquilha. Desta forma, não tive preocupação em alcançar um quantitativo

de pessoas, pois sabia que existiam muitas e com diferentes situações a serem observadas. Atentei-me à saturação das informações ao não agregar tantos elementos novos para discussão. No entanto, para as informações históricas, escolhi os atores-chave por meio de indicação de quem residia há mais tempo e conhecia a formação do lugar de morada.

Realizei a pesquisa por meio de entrevistas não diretiva e diretiva conforme orientadas por Michelat (1987), utilizando, respectivamente, roteiro aberto e questionários semiestruturados com perguntas focadas no antes e depois da dendeicultura e da chegada de pessoas atraídas pelo assalariamento. A entrevista não diretiva constitui-se como elemento norteador no processo de pesquisa, uma vez que há possibilidade de um ambiente aberto de diálogo, além de as perguntas abertas permitem ao entrevistado usufruir de maior liberdade para desenvolver cada situação, conferindo a direção que considera mais adequada. O entrevistado também pode se expressar livremente, usando a sua construção oral e emitindo opiniões, além de complementar os dados obtidos por meio das entrevistas diretas.

As entrevistas orientadas por questionário foram realizadas com 51 trabalhadores assalariados na dendeicultura e com 31 moradores não assalariados no dendê. Para os trabalhadores assalariados, o questionário continha 76 perguntas, com intuito de obter informações relacionadas à identificação, ao lugar de morada, ao acesso a serviços e infraestrutura, ao trabalho, a sociabilidade e a organização sindical. Para os moradores não assalariados no dendê, as perguntas abrangeram a identificação, lugar de morada, acesso a serviços e infraestrutura e a sociabilidade, perfazendo um total de 48. Com esse tipo de entrevista, obtive informações comparáveis, quantitativas em relação a alguns fenômenos, o que me permitiu julgar que, a priori, elas são importantes para elucidar o que se vinha estudando. Nesse tipo de questionário, o pesquisador é quem define o tema, enquanto nas não diretas é o entrevistado que determinará o percurso do diálogo a partir do roteiro.

As entrevistas não diretas foram realizadas com 15 pessoas não assalariadas na dendeicultura, sendo três delas para conhecer a história da vila, além de conversas informais com comerciantes e outras pessoas. A intenção foi obter informações sobre o histórico e a percepção a respeito do lugar de morada, as transformações que podem ter surgido e a sociabilidade. Aquelas pessoas que residem há mais tempo me ajudaram em relação ao histórico do lugar e o que ocorreu nos últimos anos, considerando o antes e o depois da chegada do dendê e das pessoas para trabalhar.

A observação direta foi realizada durante todo o período de campo. Levei em consideração as fases propostas por Flick (2009), destacando as observações focais

(concentração nos aspectos relevantes à questão de pesquisa), seletivas (intencionam a compreensão de aspectos centrais), e descritivas (apresentação inicial e geral do campo).

Registrei no diário de campo todas as observações sobre as pessoas e o lugar. Ao final da tarde, observava o movimento dos trabalhadores na chegada das empresas, a noite e os finais de semana também eram ótimos momentos para visualizar a movimentação das pessoas para saber como se relacionavam, quem conversava com quem e quais os lugares mais frequentados. Sobre isso, Becker (1994) relata que a observação direta, além de permitir a observação da interação, nos permite também perceber qual o conteúdo e forma dela. Além da influência mútua, observei a morfologia do lugar, a paisagem e a forma de morar.

As informações obtidas pela observação auxiliam a compreensão do problema estudado, uma vez que contribui para que os dados tenham mais expressividade quando reunidos. Flick (2009, p. 205) sugere que o pesquisador faça auto-observação ao estar no campo, mas também no retorno para análise, integrando as “impressões implícitas, incidentes aparentes e percepções na reflexão do processo e dos resultados”.

1.5.3.4 Sistematização e análise

A quarta etapa foi a sistematização e análise dos dados e informações. Os dados quantitativos foram sistematizados em planilhas eletrônicas do *Microsoft Office 2010 Excel e Word*, com gráficos, tabelas e quadros para melhor organização, visualização e interpretação. Quanto aos dados qualitativos, as entrevistas selecionadas foram transcritas partindo da análise qualitativa de seus conteúdos de forma horizontal e vertical (MICHELAT, 1987). A análise vertical diz respeito ao próprio conteúdo das entrevistas, já a horizontal refere-se à relação entre elas. Analisei informações objetivas e subjetivas e obtive as respostas para as perguntas de como o afluxo de novas pessoas para trabalhar na dendeicultura influencia na organização do lugar de morada e na sociabilidade. Mann (1975) reiterou que é nessa etapa de análise de dados que se procuram ou se encontram as respostas para preencher as lacunas detectadas inicialmente na pesquisa.

Para os dados quantitativos, apliquei estatística descritiva sobre as informações relativas aos trabalhadores e ao lugar, comparando o antes e o depois da dendeicultura e das pessoas chegarem.

Além dos dados obtidos por meio das entrevistas e da observação direta, utilizei imagens do Satélite *Landsat 08* para analisar aspectos sobre o lugar. Esse procedimento foi realizado para os anos de interesses estabelecidos a partir do ano da entrada da dendeicultura, 2008 a 2018. Para cada ano, obtive a medida de área do lugar. Com o processamento das imagens por

meio do *Quantum GIS*, um *software* livre, foi possível ter uma análise integrada e comparativa da dinâmica ambiental e socioeconômica do lugar, antes e depois da inserção da dendeicultura. Para tanto, coletei coordenadas geográficas por meio do GPS para realizar o mapeamento e saber como estão distribuídos espacialmente os trabalhadores e as casas, comparando as imagens de satélites e identificando as transformações ocorridas na paisagem e com possibilidade de comparação com dados secundários para melhor validação dos dados coletados em campo.

1.5.3.5 Produção textual da dissertação

A quinta e última etapa constou da elaboração da dissertação e de artigos. Nessa etapa, o objetivo é refletir sobre o que ocorreu nos lugares de morada dos trabalhadores assalariados na dendeicultura tecendo um diálogo com os autores que me deram suporte teórico. Na apresentação dos dados, deve-se constatar a manutenção ou rejeição das hipóteses elaboradas a partir dos questionamentos (MANN, 1975).

Em relação às etapas da pesquisa, refleti, assim como Oliveira (2000), a respeito do olhar, ouvir e escrever. Para o autor, é no olhar e no ouvir que se realiza nossa percepção e no escrever exercitamos nosso pensamento. Logo, o olhar não pode resumir-se no modo de visualização, mas alcançar o significado das relações visualizadas, e ter o ouvir como complemento, visto que é no ato de ouvir o informante que o pesquisador exerce uma capacidade respeitável, ganhando qualidade na entrevista influenciando no tipo de relação entrevistado/entrevistador, possibilitando uma interação. No escrever é que se tem a configuração final do produto do trabalho, onde a questão do conhecimento torna-se tanto ou mais crítica. Para Oliveira (2000), o olhar, o ouvir e o escrever devem ser sempre tematizados ou questionados enquanto etapas de construção do conhecimento pela pesquisa empírica, sendo esses elementos quase indissociáveis.

1.6 Posição da pesquisadora

Durante a pesquisa levei em consideração o estudo de Velho (1978, p. 36) sobre observar o familiar, no qual é necessário que haja o estranhamento do que se acredita ser familiar, mas que, às vezes, não é conhecido: “o pesquisador precisa ver com os olhos imparciais a realidade, evitando envolvimento que possam obscurecer ou deformar seus julgamentos e conclusões”.

Para mim, a questão da dendeicultura e das transformações sempre foi presente pelo fato de residir em um lugar com estas discussões e de ter na família pessoas que trabalham em

uma das empresas. Para isso, precisei relativizar ou transcender os fatos, situações, e desenvolver a possibilidade de pôr-me no lugar do outro.

Este contexto me proporcionou familiaridade com a temática e também facilitou a conversa com os trabalhadores, uma vez que se sentiam entendidos ao relatarem sobre seus trabalhos. Porém, percebi estranheza de alguns e até confundiam-me, às vezes, como funcionária de uma das empresas. A meu ver, o fato de ter familiares é como se ora estivesse do lado A ou B e ora neutra, sem partido.

No segundo dia em campo, resolvi andar pela rua principal e percebi olhares de desconfiança ao transitar. Com muita simplicidade e uma mochila nas costas me dirigi aos estabelecimentos na tentativa de conhecer mais pessoas e obter informações sobre onde encontrar trabalhadores. Ao passo que tentava conversar, era interrogada pela pergunta “você é de qual empresa?”. Com isso, refleti sobre como me apresentar de forma que não criasse desconfiança e suscitasse a ideia de ser funcionária, mas estudante. Desta feita, conheci um ex-trabalhador assalariado na dendeicultura e dono de um empreendimento, com o qual logo constituí amizade. Considero de grande valia os vínculos estabelecidos com mais pessoas, pois estes facilitaram minha estadia e o diálogo com os residentes antigos e os trabalhadores.

A partir do décimo dia, as pessoas por onde eu havia passado acenavam e até chamavam-me indicando novos lugares e situações para conhecer. O vínculo com as funcionárias da biblioteca foi marcante porque me proporcionou conversas maravilhosas e fez-me sentir acolhida. Certa vez, uma delas me chamou para conhecer os lugares por onde eu não havia passado. Pude observar as ruas mais distantes do centro da vila e as pessoas.

Ao parar para perguntar sobre a moradia de trabalhadores no dendê, rapidamente um rapaz chama a esposa e surpreende-me perguntando sobre onde fazer entrevista. Logo, a pessoa que estava apresentando-me o lugar explicou que não se tratava de entrevista para fichar⁵, mas para estudo da universidade. Fatos como esse foram recorrentes. Não demorou para que eu ficasse conhecida como “a menina da pesquisa”, confirmado ao ir em um estabelecimento comercial e antes mesmo de apresentar-me, a moça sai na frente e diz “ eu sei quem você é, é a menina da pesquisa, um trabalhador falou quando veio jantar, ‘uma menina queria falar comigo hoje’”. Enquanto uns estavam com medo de falar comigo, outros aguçaram a curiosidade em conhecer-me. Para tanto, precisei de muita cautela e esforço para demonstrar seriedade e maturidade, pois consideravam-me como uma menina, devido à aparência juvenil. Senti que isso era uma barreira em certas situações. Preocupei-me muito ao ouvir comentários

5 Termo usado pelos trabalhadores para quem trabalha de carteira assinada.

a meu respeito por parte de alguns trabalhadores e a intenção em querer ser entrevistado. Por essas situações precisei estar sempre acompanhada durante as entrevistas.

Durante a estadia, me pus em observação sobre o olhar, o ouvir e o escrever e, sobretudo, estranhar o familiar, o lugar e o que me parecia conhecido. O estado de alerta ajudou-me com a tomada de decisão e a ter cautela em todos os momentos.

Na tentativa de criar estratégias que melhor me beneficiavam na coleta de dados, o estreitamento do convívio com a família que me acolheu, as conversas informais, a participação em eventos religiosos e a aproximação de trabalhadores e suas esposas me possibilitaram reflexões e obtenção de informações crucias para o desenvolvimento da minha pesquisa. Em resumo, a realidade precisou ser vista com uma certa objetividade, mas também com caráter interpretativo e cuidadoso a fim de não deixar que as situações e incidentes no campo interferissem nos resultados.

2 LUGAR DE MORADA: A VILA FORQUILHA E A DENDEICULTURA

Eu lembro quando chegaram as empresas. Aqui demorou muito a chegar, chegou primeiro o povo, foram comprando fazenda aí por dentro, as fazendas da Agropalma, aí foram entrando as outras por influência da Agropalma e foram crescendo, teve tempo de ter onze empresas aqui, com isso começou a Forquilha crescer, que era um povinho né, tinha pouca gente. (R. S., 80 anos).

Neste capítulo, trato da história da vila Forquilha, desde a sua formação até a chegada da dendeicultura, dos moradores que a compõem, da morfologia, da organização social e das infraestruturas e serviços. Para tal, uso a literatura, os dados de pesquisa e relatos de moradores mais antigos e mais recentes.

2.1 Histórico do lugar: da formação de Canindé à vila Forquilha

Após a emancipação de Tomé-Açu do município de Acará, em 1959, e constituição do primeiro prefeito, Ney Carneiro Brasil, as estratégias econômicas tiveram impulso a fim de desenvolver o mais novo município do Pará. Esse processo, foi possível juntamente com a criação da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (Camta), fundada pelos japoneses. A Camta, por muito tempo, foi a responsável pela gestão da saúde, educação, cidadania, segurança, expedição de documentos, dentre outros serviços que caberiam a uma representatividade governamental realizar (NAGAI, 2018). Segundo o autor, mesmo após a emancipação, a Camta mantinha as estradas em boas condições para viabilizar a entrada de insumos e o escoamento dos produtos da cooperativa.

Com o desenvolvimento da cooperativa, a estrada central – que tempos depois se tornaria a PA-256 – atingiu a extensão de 22 km, partindo do trapiche de Tomé-Açu até a região do Breu (NAGAI, 2018). Pela estadia de japoneses no Breu e a existência de um dos postos da cooperativa, a região foi aos poucos despertando atenção de novos imigrantes interessados em trabalho nos pimentais e acesso às terras fronteiriças a ela. O desenvolvimento no Breu foi importante para a atração de novos moradores. Iniciava-se então a formação de Canindé e, conseqüentemente, de Forquilha.

Com base na literatura sobre a região de Canindé e suas vilas e nas informações obtidas com moradores nas entrevistas, identifiquei fases importantes na formação e expansão dessa região, quais sejam, as primeiras terras ocupadas por nordestinos, distribuição de terras por parte do governo municipal e a intensificação de compra e venda de terras com a chegada da dendeicultura. A primeira fase, compreendida como a formação da região do Canindé, perpassa pelo movimento de migração compulsória encabeçada pelos nordestinos, devido aos conflitos

e concentração de terra e às grandes secas em seus territórios nas primeiras décadas do século XX (VELHO, 2009; SILVA, 2018). Em busca de melhores condições de vida, eles chegaram em Tomé-Açu para trabalhar nos plantios de pimenta-do-reino de proprietários japoneses, na década de 1950. Esses cultivos foram o principal fator econômico de atração para a região e, conseqüentemente, para as primeiras ocupações “espontâneas” de terra no período de 1950 a 1967, as quais eram feitas sem autorização do governo municipal.

O cearense José Paulo Francisco Teixeira foi um dos primeiros a ocupar terras nas regiões fronteiriças de Canindé e Francisco Luís do Nascimento, em Forquilha, foi quem deu início à migração de famílias nordestinas com o mesmo intuito. Em pouco tempo haviam criado uma colônia de nordestinos que, em homenagem aos cearenses, passou a ser chamada de região do Canindé⁶, homônima de uma cidade no Ceará. Esses acontecimentos eram reflexos do que se configurava na Amazônia nas décadas de 1950 e início de 1960 com a implantação de infraestrutura econômica com base no transporte rodoviário e na abertura de estradas, a exemplo da BR-010 (Belém-Brasília), como um fator de impulsionamento do desenvolvimento da região e, conseqüentemente, de atração de migrantes e fazendeiros, que contribuíram para o surgimento de vilas, povoados e cidades (BECKER, 1988; MARIN, 2004; TAVARES, 2011; MEYER et al., 2013).

Devido às migrações se intensificarem, o primeiro prefeito de Tomé-Açu, Ney Carneiro Brasil, tomou a iniciativa de controlar a ocupação e distribuir áreas de terras, concedendo o direito à ocupação a partir de 1967. Essa estratégia política que caracteriza a segunda fase da história de Forquilha refletia o contexto nacional com a criação do Programa de Integração Nacional (PIN) e da base de afirmação da expansão da fronteira, o que daria acesso à terra aos pequenos produtores nordestinos (BECKER, 1988). Para Becker, a centralização de terras nas mãos do Estado e sua redistribuição controlada o fortaleceriam por meio do controle desses processos, no qual a migração desenfreada era induzida pelo governo federal.

É a partir da estratégia política de ocupação que as vilas na região do Canindé apresentam expressividade, como o caso da Forquilha que até a década de 1960 comportava poucos moradores, mas já se evidenciava como um povoamento. Segundo relatos, o primeiro morador foi o maranhense Francisco Luís do Nascimento, conhecido pelo apelido Franciné. O nome da vila se deu por conta da localização de sua casa, no centro de dois ramais⁷ interligados

6 As vilas que abrangem esta região estão localizadas ao longo da PA 256 que vai de Forquilha até a vila Água Azul. Depois da formação da vila Forquilha, a região Canindé passou a ser chamada de Forquilha por esta ser a referência de vila mais desenvolvida.

7 Ramal é uma ramificação de uma estrada, também chamado de vicinal.

por uma intercepção, caracterizando-se como uma forquilha. Quando as pessoas perguntavam a ele onde morava, a forquilha era a referência.

De acordo com a classificação de vilas rurais realizada por Ribeiro (2016), Forquilha tem sua formação inicialmente em torno de um centro, com uma única casa na década de 1960. Porém, em 1970, com a abertura de estradas nacionais, foi construída a rodovia PA-256 que interliga Tomé-Açu aos municípios de Acará e Tailândia e que passa no centro do povoamento inicial da Forquilha, tornando-se a rua principal e atrativo de novos moradores pela facilidade de deslocamento. Forquilha passa a caracterizar-se como uma vila situada ao longo de uma estrada pela dinâmica de construção das casas nas suas margens.

Relatos indicam que a partir de 1971, Franciné, maior detentor de terras na Forquilha, passou a vendê-las. Em 1973, a vila passou a se destacar como importante aglomerado com escola, com a principal igreja da região, clube de futebol e mercadinhos. Outro fator importante foi a abertura de uma serraria em Urucuré (vila próxima, mas pertencente ao município de Acará), que, por sua vez, chamava atenção de trabalhadores e novos migrantes tanto para a vila Forquilha como para as outras nas adjacências da PA-256. Tanto a construção de estradas, como a instalação de energia elétrica na década de 1980, foram fundamentais para o processo de povoamento e expansão nos anos posteriores.

Segundo relatos, as pessoas que migravam de diferentes regiões para Forquilha, mesmo em período histórico diferente, eram jovens e tinham em comum a busca por trabalho e melhores condições de vida. A única forma deles conseguirem mudar de posição na hierarquia social é mudar-se para outra cidade (WAGLEY, 1988), condição que ocorreu na Forquilha, os quais relataram situações difíceis em seus lugares de origem. No processo de migração, a relação de parentesco foi um propulsor para fixação da moradia (ALENCAR, 2010). Os primeiros moradores, após estabelecerem-se, traziam parentes. Um deles trouxe o irmão dois anos depois de sua chegada. Outra, uma senhora do Maranhão, veio com o esposo e em seguida incentivou a migração da irmã, criando uma rede de apoio entre parentes, situação também observada entre os moradores mais recentes (os “de fora”), os quais se agrupam pela similaridade da origem na vila. Embora os primeiros moradores da vila fossem em sua maioria de migrantes nordestinos, hoje, consta a segunda geração desses residentes, o que não exclui a presença e o papel de destaque dos fundadores advindos de outros estados.

Nos anos de 1990 e 2000, em Forquilha, havia pequenos e grandes produtores rurais e pessoas que alternavam o trabalho entre o próprio estabelecimento e o assalariamento temporário. Os principais cultivos eram, pimenta-do-reino (*Piper nigrum*. L.), arroz (*Oryza sativa*), mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) milho (*Zea mays* L.), feijão (*Vigna unguiculata*

(L.) Walp.), frutíferas, dentre outras. Nos anos 2000, inicia-se o processo de compra e venda de terras para empresas produtoras de dendê instalarem-se na região (NAHUM; SANTOS, 2016). A primeira foi o grupo Agropalma em 1997, a Biopalma da Amazônia em 2009 e, posteriormente a empresa Belém Bioenergia Brasil em 2011. Esse movimento caracteriza a terceira fase de expansão da vila Forquilha e intensifica-se em meados da década de 2000 com a venda de propriedade de agricultores familiares (NAHUM; SANTOS, 2016; CARVALHO, 2016).

A partir de 2010, inicia-se o plantio de dendê nos arredores da vila e em todo o município de Tomé-Açu, o que provocou um afluxo contínuo de pessoas de diferentes lugares do Estado e de outras regiões, em busca de trabalho assalariado na dendeicultura.

2.2 A vila Forquilha em 2019

A Forquilha está localizada a 228 km da capital do Estado, via PA-155 e PA-140 até a sede municipal de Tomé-Açu e por meio da PA-256 que liga Tomé-Açu à Forquilha. A população da vila Forquilha até os anos 2007, segundo relato de uma moradora, eram em torno de 300 famílias, mas, após 2010, perdeu-se o controle devido ao aumento populacional causado pela chegada de pessoas para trabalhar na dendeicultura, de modo que não se sabe mais o quantitativo exato de famílias.

Nos arredores da vila, predomina uma paisagem composta por fazendas e áreas de capoeiras finas e densas. A vila Forquilha se concentra no decurso longitudinal da PA-256, com aproximadamente 3 km de perímetro urbano. A rua principal é chamada de Francisco Luiz do Nascimento. Além desta, que é asfaltada, a vila possui ruas distribuídas de forma transversal à PA-256 e paralelas a ela. A maioria é de piçarra e areia. Algumas ruas possuem nome e mesmo as que não têm são identificadas pelo nome de algum morador antigo ou de fora, por algum nome ou apelido de morador popular, como é o caso do Beterraba, vindo do Maranhão para se assalariar no dendê. Outro exemplo é a rua da baixa, caracterizada por ser em um local com alto relevo e a rua do coqueiro, que tem um espécime desta árvore, como o próprio nome salienta.

Segundo os moradores, está sendo formado um bairro novo que se chama Palmatec, nome da antiga empresa terceirizada que produzia as mudas de dendê. É possível identificar pelas imagens do site *Google Earth*, o loteamento e as ruas bem definidos. A partir dos diferentes diálogos e observações, notei uma riqueza de denominações quanto à identificação de ruas e locais na vila. Os moradores em geral acionam diferentes designações que ora privilegiam pessoas, ora marcadores próprios. No entanto, são identificações de domínio público. O que se percebe é uma forma de facilitação para situar determinada rua,

empreendimento ou até mesmo a moradia de uma pessoa considerada popular na vila, características de uma sociedade de interconhecimento.

Desde a sua formação, este lugar de morada é uma combinação de pessoas oriundas de diferentes localidades, sejam comunidades próximas, municípios e até Estados. Ainda no momento da pesquisa havia o afluxo de pessoas, devido às empresas de dendê atraírem trabalhadores.

As principais empresas ali situadas, Biopalma, BBB e Agropalma têm suas sedes localizadas a 12 km em Tomé-Açu, 18,7 km em Tomé-Açu e 57,6 km em Tailândia, respectivamente. Vale lembrar que há cultivos dessas empresas nos arredores da vila que estão mais próximos do que as suas sedes. As fazendas de plantio, às vezes, ultrapassam os limites municipais. Este é o caso da Agropalma: “a empresa tem duas fazendas próximas da Forquilha, uma fica distante 45 km, a Roda de fogo, pertencente a Tailândia e a Lima pertencente a Tomé-Açu” (M. B., 34 anos).

A Forquilha é estratégica devido sua localização. Há muitos moradores de outras vilas de Tomé-Açu, Acará e Tailândia que a frequentam, em razão de seus muitos estabelecimentos comerciais, facilidade para locomoção e acesso aos serviços, se comparado com outras vilas. Assim, os trabalhadores que transitam entre as fazendas das empresas situadas em municípios diferentes residem na Forquilha e consomem seus produtos e serviços. Desta forma, Forquilha é influenciada tanto por vilas pertencentes a Tomé-Açu como por esses municípios e pelas empresas produtoras de dendê, embora o número de novos empregos esteja diminuindo. Forquilha funciona como um centro para diversos lugares⁸ na redondeza e, por vezes, é reconhecida como região. No entanto, neste trabalho, considero apenas o lugar onde se iniciou o povoamento – a vila – e não me refiro à região.

Há especulações por parte da população sobre um projeto de emancipação da região Forquilha para se tornar um município, por considerarem-na detentora de infraestruturas e habitantes para tal, além de almejarem mais oportunidades e crescimento econômico. As pessoas especulam que, se emancipada a Forquilha, duas localidades de Acará fariam parte do novo município (Urucuré e Calmaria), pois, até julho de 2019, 1.261 pessoas desses lugares tinham cadastro na unidade de saúde da Forquilha. Além dessas duas vilas, para os moradores, a vila Nova em Tomé-Açu também faria parte. Esta também recebe muitas pessoas para trabalhar no dendê e está em processo de instalação de uma agroindústria para processar óleo

8 A qual corresponde à várias vilas que juntos dizem respeito à Região da Forquilha, Igapó-açú, Sempre Alegre, Nova Olinda, Santa Rosa, Água Azul, Nova vida, Apuí, Curimã, Limão, Ipiranga, Mancha Negra, vila Canindé, Santo Expedito, São José, Mariquita, Travessa Santana, Santa Luzia, Pau Amarelo e Puxiu.

de dendê. Há comerciantes que acreditam no potencial que Forquilha tem para ser emancipada e, desta forma, planejam investimentos maiores em seus empreendimentos a fim de tornarem-se referência e abastecerem a região.

2.2.1 Principais atividades

O município de Tomé-Açu, desde sua constituição, tem significativa representação econômica em vista da agricultura, devido suas características edafoclimáticas favoráveis para cultivos diversos (FLOHRSCHUTZ, 1983). Além da agricultura, a pecuária foi uma das atividades econômicas pioneiras, pela formação de pastagens a partir da derrubada e queima da floresta (RODRIGUES et al., 2001) por médios e grandes produtores, declinando a produção a partir de 2008 (HOMMA et al., 2018).

A pimenta-do-reino foi precursora para o desenvolvimento socioeconômico de Tomé-Açu. A partir de 1980, sua comercialização declina, em razão da disseminação do fungo *Fusarium* sp. e a diversificação da produção é impulsionada pela Camta, ampliando seu mercado com abertura de novas oportunidades para a economia da cidade, a exemplo do cacau (*Theobroma cacao* L.), que se tornou uma das principais culturas da cooperativa com o passar dos anos, dentre outras frutíferas regionais (HOMMA, 2016b; ALMEIDA; SANTOS; LIMA, 2018). Muitos dos trabalhadores demitidos dos pimentais abriram roças próprias e fixaram-se no município após o declínio da pipericultura e utilizaram-se da experiência obtida nas propriedades japonesas para instalarem cultivos próprios (FLOHRSCHUTZ, 1983), descentralizando a produção unicamente dos japoneses, ainda que em pequena quantidade.

Além do cultivo de pimenta-do-reino, os sistemas agroflorestais (SAF)⁹ contribuíram para a promoção do desenvolvimento rural do município (HOMMA, 2004), com isso a Camta passou a promover agroflorestamento como uma alternativa às áreas utilizadas para o plantio de pimenta-do-reino (FRAZÃO et al., 2005). Em termos de adoção de SAF, os produtores de Tomé-Açu apresentam características diferenciadas: eles têm como objetivo principal a permanência no lote mediante plantio de culturas perenes e suas principais atividades produtivas estão em torno do cultivo de cacauzeiro, cupuaçuzeiro, dendezeiro, pimenteira-do-reino, açazeiro, maracujazeiro, espécies madeireiras, culturas anuais e pequenos animais (HOMMA et al., 2018).

No ano de 2017, de acordo com o censo agropecuário, existem 3.050 estabelecimentos agropecuários no município de Tomé-Açu, correspondendo a uma área de 240.377 hectares (IBGE, 2020b).

⁹ Combinação de espécies frutíferas e/ou anuais com espécies arbóreas em uma mesma área de cultivo.

Quanto à Forquilha, dentre as atividades da vila, destacam-se a agricultura, o comércio e o serviço público. Portanto, os grupos ocupacionais são de agricultores familiares, autônomos, comerciantes, assalariados no dendê e empregados no serviço público.

Na agricultura, os agricultores familiares realizam cultivos de frutíferas como açaí (*Euterpe oleracea* Mart), cacau (*Theobroma cacao* L.) e cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* (Willd. ex Spreng.) K. Schum.), culturas alimentares de ciclo curto e anuais, como feijão (*Vigna unguiculata* (L.) Walp.), mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), milho (*Zea mays* L.) e arroz (*Oryza sativa*), horticultura, sistemas agroflorestais, pimenta-do-reino, dentre outros. As culturas mais expressivas são a pimenta-do-reino que esteve presente desde a formação da vila e agrega trabalhadores “safristas”¹⁰ e o cacau que teve investimentos por meio de financiamento para cultivo a partir de 1970 (FRAZÃO et al., 2005; SILVA, 2018). Para ambos, há estabelecimentos específicos de compra da produção na vila. Quanto às culturas alimentares e às hortaliças, estas são utilizadas para o autoconsumo e venda realizada na própria vila diretamente aos moradores, nos supermercados e na feira da agricultura em Quatro Bocas.

Em relação ao comércio, este é diversificado e os maiores empreendimentos estão localizados nas margens da PA-256. São estruturados com quadro de empregados, alguns são informatizados e aceitam cartões de crédito e vale-alimentação, o que significa, quase sempre, a presença de trabalhadores do dendê como clientes. Chamou-me atenção a grande quantidade de loja de roupas, bares, mercadinhos, oficinas, salão de beleza, dentre outros.

Em se tratando do assalariamento na agricultura, concentra-se nas colheitas de pimenta-do-reino, nos SAF e nas empresas de dendê. Dentre os últimos, predominam os assalariados migrantes, tema que causa questionamentos entre os moradores da vila que indagam o porquê de as empresas não priorizarem a mão de obra local. Isto posto, o que se percebe são ares de aparente concorrência, pois os que se deslocam para trabalhar são considerados como potenciais ameaças ao trabalhador local (ELIAS; SCOTSON, 2000; HASTREITER; VILLATORE, 2012).

Quanto ao serviço público, é o mais almejado por parte da população da vila por ter estabilidade e ser na comunidade. Se dá nas escolas, biblioteca, escola de música e no posto de saúde, dentre outros serviços prestados pela prefeitura do município.

2.2.2 Os moradores da vila Forquilha: “os daqui” e os “de fora”

A classificação dos moradores em Forquilha é realizada pela designação “os daqui” para aquelas pessoas que são consideradas do lugar e residem há mais tempo, e os “de fora” para

10 Pessoas que trabalham na safra da pimenta-do-reino.

aquelas que chegaram exclusivamente para trabalhar a partir do funcionamento das atividades na dendeicultura a partir de 2006 até 2019. Dentre os noventa e sete entrevistados, 47 % representam os “daqui” e 53 % os “de fora”.

A origem é um dos fatores importantes a ser destacado na caracterização dos moradores de Forquilha. Esses eram predominantemente nordestinos (SILVA, 2018), situação semelhante em diversos lugares no NEP (MEYER et al., 2013), em que pessoas saíam de seus lugares de origem em busca de terra e trabalho no Pará. Em se tratando do perfil dos moradores entrevistados, 69% são oriundos do Estado do Pará, 29% do Maranhão, Piauí, Alagoas, Ceará, e Amazonas e 2% do Japão.

Os residentes mais antigos (os “daqui”) são majoritariamente do município de Tomé-Açu (66%), diferentemente de quando a vila começou a ser povoada quando as pessoas tinham origem no Nordeste do Brasil. No momento da pesquisa, expressiva maioria dos grupos que permaneceram são os de migrantes intermunicipais, o que não exclui a presença e o papel de destaque dos residentes fundadores advindos de outros estados que ainda permanecem na vila. Os moradores “de fora” (73%) são de diferentes municípios do NEP e de outras regiões do Pará, Maranhão e Ceará. Observa-se que, mesmo havendo uma segunda geração de residentes oriundos do Pará, ainda há uma grande parcela de moradores nordestinos, evidenciando a continuação do processo de migração interestadual para Forquilha (NAGAI, 2018; SILVA, 2018), no qual o Estado do Maranhão se destaca como segundo maior em pessoas oriundas, seja de moradores que residem há mais ou menos tempo.

Levando em consideração os indicadores sexo e idade, constatei uma variação dentre os noventa e sete entrevistados, devido ao perfil dos moradores e às escolhas que fiz. Os moradores “daqui”, têm 59% do sexo feminino e 41% do masculino, com idade entre 19 e 80 anos. Busquei descendentes dos primeiros moradores para compor o histórico da vila. No entanto, a predominância é de pessoas com idade entre 31 a 50 anos (46%), trata-se de uma geração de filhos de primeiros moradores da vila e de outros lugares de morada nas proximidades e em municípios vizinhos.

Já aqueles que residem na vila há menos tempo (os “de fora”) são majoritariamente do sexo masculino (98%) e uma pequena parcela do sexo feminino (2%). A maioria é de jovens homens com idade entre 21 a 30 anos, resultado constatado em outros estudos quando se trata de pessoas que se deslocam para trabalhar (MOTA, 2005).

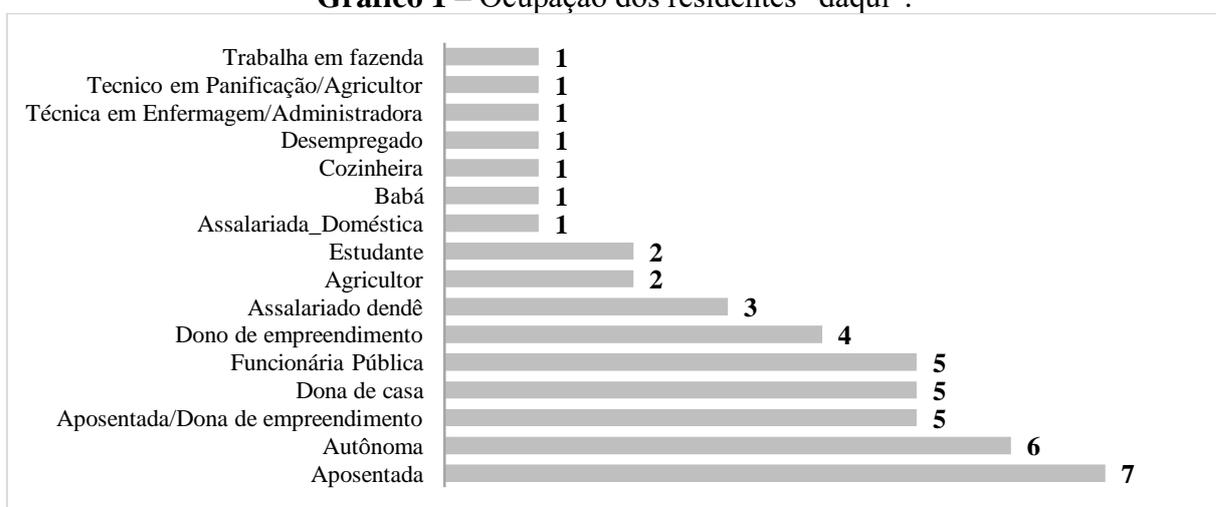
Quanto ao grau de escolaridade dos moradores de Forquilha, este não difere de outros municípios do interior do Estado e do país (IBGE, 2016a). Os que moram há mais tempo (os “daqui”), têm ensino fundamental (39%), médio (33%), ensino superior (11%) e há uma parcela

reduzida de analfabetos, majoritariamente entre os idosos acima de 60 anos. Os “de fora” possuem ensino fundamental (51%), médio (43%) e um número reduzido não é alfabetizado. Na maioria dos casos são homens oriundos da zona rural e começaram a trabalhar cedo, deixando os estudos em segundo plano, situação também identificada por Gemaque (2015) em Moju. Alguns deles relacionam a situação atual à pouca escolarização que tiveram, na qual o trabalho assalariado geralmente está atrelado a um contexto de baixa escolaridade (RESQUE, 2017). Ferrero (1987 apud MOLL, 2014) enfatiza que o analfabetismo e os baixos níveis de escolaridade podem ser entendidos como expressões estruturais de exclusão social e de marginalização econômica.

Os baixos níveis de escolaridade em Forquilha, se comparados com a situação nacional, são semelhantes, pois a maioria (51%) da população brasileira de 25 anos ou mais está concentrada nos níveis de instrução até o ensino fundamental e a região Norte apresenta um dos maiores percentuais (IBGE, 2016a). Em relação à cor, também apresenta semelhança, uma vez que as pessoas pretas ou pardas são os que têm menor escolaridade (IBGE, 2016a), fato constatado em Forquilha entre os moradores. Embora os “daqui” sejam mais pessoas da cor branca, o menor grau de escolaridade está entre os que são pardos e negros (50%) e boa parte (53%) dos que são “de fora” está nessa classificação.

A ocupação dos moradores está inserida em vários segmentos da economia. Os mais antigos (os “daqui”) trabalham em diversos setores (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Ocupação dos residentes “daqui”.



Fonte: Pesquisa de campo da autora (2020).

Entre os moradores mais antigos, além da aposentadoria, ser dono de empreendimento e autônomo são as principais ocupações. No entanto, o funcionalismo público é bem presente

e, apesar de não aparecer no gráfico, identifiquei também a existência de safristas¹¹ de pimenta-do-reino nas propriedades dos japoneses e aposentados que continuam a desenvolver atividades na agricultura. Já 100% dos moradores mais recentes (os “de fora”) trabalham nas empresas de dendê, Biopalma, Agropalma e Belém Bioenergia Brasil.

A forma de morar¹², em Forquilha, tem características específicas para cada tipo de residente. Este tema também foi abordado por Wagley (1988), que identificou diferenças quanto à localização de moradia dos grupos. Os que eram reconhecidos como de primeira classe residiam na rua de referência, a primeira e mais antiga.

A maioria dos residentes considerados do lugar (os “daqui”) mora em casa própria (89%), de alvenaria (96%) e residem (59%) na rua principal e adjacentes a ela. Essa característica é identificada devido ser o local pelo qual a vila iniciou sua formação, abrigando os primeiros habitantes, considerados os de melhor posição social, haja vista que parte deles é de empreendedores. Já aqueles que chegaram recentemente (os “de fora”), residem em casa alugada (78%) de alvenaria (100%), em ruas adjacentes à principal (57%). Apesar do número de moradores “de fora” apresentar maioria nesta classificação da localização da moradia, observei maior quantidade deles residindo em ruas mais afastadas da principal, o que não exclui também sua presença na rua principal, mas em menor proporção. Para Mota (2005) a ocupação do espaço permite distinguir econômica e socialmente os moradores pela localização das residências, aferindo a ideia da chegada destes e/ou dos seus descendentes, uma vez que as casas mais antigas estão no centro das aglomerações e as recentes nos arredores. A autora acredita que seja sugestivo de como acontecem as relações, de quem se relaciona com quem e qual a intensidade, o que de fato pode ser observado na Forquilha.

Na vila Forquilha, as Unidades Domésticas (UD), em geral são compostas por duas ou três pessoas, valores abaixo do número identificado por Mota (2014) no Nordeste Paraense que é 4,4. Entre os moradores “daqui”, é comum UD compostas por três pessoas, em média, em que a maioria (70%) tem o estado civil casado, caracterizando o tipo de grupo familiar nuclear, no qual os pais e os filhos são os componentes ou somente os cônjuges, não diferindo das grandes regiões do Brasil (IBGE, 2016b). Os residentes “de fora” têm UD com duas pessoas, em média, com estado civil casado (51%). Embora esses moradores apresentem, em sua maioria, essa

11 Pessoas que trabalham na safra da pimenta-do-reino.

12A forma de morar das pessoas está relacionada a como estão situados na vila, se próximos a rua principal ou distante dela, e se é casa própria ou não.

condição, o tipo de grupo familiar solteiro é maior entre eles (49%), haja vista que grande parte reside separado dos demais membros da UD.

Dentre as UD dos noventa e sete entrevistados, há, ao menos, um membro (responsável, um dos cônjuges, ou qualquer outro membro da unidade) acessando algum tipo de benefício assistencial do Estado. Os moradores mais antigos (os “daqui”) têm uma minoria (38%) participando de algum programa socioassistencial. Dentre os benefícios acessados, estão o programa Luz para todos e o financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar (Pronaf) para o plantio de pimenta-do-reino, mandioca e dendê. Por sua vez, os moradores mais recentes (os “de fora”) são os que mais têm acesso (65%) aos programas socioassistenciais e o Programa Bolsa Família (PBF) está entre os que mais tem participantes. Tal situação contrasta com os “daqui” que têm menor número de pessoas acessando algum tipo de benefício. A diferença pode ser explicada pelo fato de existirem muitos idosos compondo as UD, profissionais no serviço público, por não terem filhos pequenos ou por outros motivos, enquanto nas UD dos “de fora” são membros familiares mais novos e com filhos.

Na vila Forquilha, os que se designam como moradores mais antigos (os “daqui”), residem há mais tempo e os que estão há mais de 30 anos fazem parte dos primeiros habitantes da vila. Em se tratando dos “de fora”, em sua maioria estão há menos tempo e aqueles que residem entre 10 e 14 anos, uma minoria, são os que vieram quando as empresas de dendê ainda se preparavam para instalarem-se na região. No entanto, observa-se tanto em um caso como em outro que existem pessoas residindo há tempos parecidos e acontece de ter “de fora” morando há mais tempo do que os “daqui”. Posto isto, ser considerado “daqui” não leva em consideração unicamente o período em que se fixou residência, mas pertencer a uma família que é considerada do lugar e possuir imóvel rural.

O período de estadia influencia no gostar de residir no lugar. Aqueles com maior tempo justificam o apego à casa, à vida construída, às relações, e à família. Porém, quando comparamos os tipos de moradores, ainda que os “de fora” também apresentem o apego ao lugar, a condição, quase sempre, está atrelada ao trabalho.

2.3 Organização social e infraestruturas: antes e depois da dendeicultura

As mudanças ocasionadas na organização social da vila Forquilha foram apontadas em diversos aspectos pelos moradores.

Desde a chegada da dendeicultura, houve uma mudança radical, há dez anos aqui era um lugar muito pacato, essa área aqui de traz era tudo capim, essa área aqui era tudo fazenda, as casas eram mais no centro. Então houve uma grande mudança, ela desenvolveu tanto na parte econômica como na população como nos estabelecimentos

[...], a violência também cresceu, infelizmente tem crescido, antes eu conseguia dormir com uma moto aqui na frente de casa, hoje eu não consigo mais, cresceram as coisas boas, mas cresceram também as ruins. (M. R., 42 anos).

A fim de verificar as mudanças quanto à organização social e infraestruturas e serviços decorrentes do início da dendeicultura na vila Forquilha, reuni informações de moradores “daqui” e “de fora”. Em relação a apresentação dos locais, infraestruturas e das pessoas, resolvi dividir a vila¹³ com base em sua morfologia determinada pela PA-256. No sentido de Tomé-Açu a Tailândia, adjacente à direita denomino de “parte menor”, onde tem número de casas e estabelecimentos comerciais reduzidos e, à esquerda, “parte maior”, formada após a chegada de novas pessoas, concentra a maior área da vila e a maior quantidade de habitantes e infraestruturas.

2.3.1 Infraestruturas e serviços

Em estudos sobre dendeicultura no NEP, Simas e Penteado (2019) identificaram mudanças significativas na infraestrutura e serviços nos lugares de morada influenciados pela atividade. Não é diferente em Forquilha. Entrevistados afirmam que, desde que as empresas se instalaram nas proximidades da vila e pessoas chegaram para trabalhar, houve mudanças tanto positivas quanto negativas em se tratando de infraestruturas e serviços.

A forma de morar¹⁴ das pessoas é uma característica importante a ser analisada, haja vista que há maior diversificação dos tipos de moradia e a ocupação de novos espaços. Não se trata de uma mudança específica da forma morar, mas, com o aumento da população, a vila se expandiu e os novos moradores, em sua maioria, passaram a se instalar em ruas distantes da principal ou adjacentes a ela, conferindo uma nova configuração espacial. Situação semelhante foi identificada pelo Instituto Peabiru (2016) na vila dos Palmares em Tailândia, a qual teve rápida expansão ocasionada pela dendeicultura.

O tipo de moradia na vila Forquilha antes do dendê era, em sua maioria, de madeira e concentradas nas proximidades da rua principal. As casas com melhor estrutura estão localizadas na PA-256, ao redor da praça e da igreja católica. São de alvenaria e madeira,

13 No retorno ao campo, uma moradora antiga no lugar confirmou a divisão, sem que eu tenha comentado a ela. “Passando essa rua [principal, lado menor] para o outro lado, parece que o pessoal gosta, é muita bandidagem. Tem pessoal que vem do PI, MA, Bragança, que já matou, estuprou. Eu prefiro não me envolver, não me envolver! O pessoal daqui não, tudo a gente conhece. Quem mata não é daqui. Tem maconheiro demais. Vem tudo de fora.” (V. N., 49 anos). O relato desta moradora talvez não tenha ligação direta com a divisão espacial feita por mim, porém está incutida a mensagem de que há distinção de quem mora nesses espaços. Apresento melhor esta discussão no capítulo 4.

14 A forma de morar das pessoas está relacionada a como estão situados na vila, se próximos a rua principal ou distante dela, e se é casa própria ou não.

cobertas com telhas de barro, com antena parabólica e para canal fechado, algumas têm ar-condicionado e portões com grade e garagem. Em sua maioria, essas casas pertencem aos moradores mais antigos (os “daqui”), constatado também por Ribeiro (2016) em que os moradores da primeira rua geralmente são pessoas antigas e alguns são casais novos da própria vila e possuem as casas mais estruturadas. Além dessas, existem 31 quitinetes, oito estão localizadas próximas a rodovia e 22 ficam nas ruas adjacentes à principal, na parte maior da vila. Apenas uma é de madeira e as demais são de alvenaria, as quais são habitadas por moradores mais recentes (“de fora”).

Ao nos distanciarmos da rua principal, há pequenas ruas com casas recém-construídas de alvenaria e de madeira, umas com melhores condições do que as outras, como constatado na vila Água Azul, onde as casas menos estruturadas estão situadas no bairro novo (RIBEIRO, 2016). A maioria tem quintais com pomar com plantas de pequeno, médio e grande porte de espécies frutíferas, perenes, anuais, ornamentais, medicinais e até florestais. Em áreas de bairro em formação existem poucos quintais diversificados devido a maioria das residências serem recentes.

A energia elétrica chegou na vila Forquilha na década de 1980, por meio da organização de uma associação dos próprios moradores da vila, porém esta era limitada. Somente a partir de 1990 o serviço melhorou, de acordo com um residente antigo. Para Neri, Melo e Monte (2012), a energia elétrica faz parte dos serviços básicos para a população e melhoria da vida no campo. O fornecimento de energia elétrica, em Forquilha, é disponibilizado pela empresa Centrais Elétricas do Pará S/A (Celpa) e pelo programa Luz para Todos¹⁵. Este último passou a vigorar em 2008 (PARÁ, 2008). No entanto, os moradores referiram-se unicamente à Celpa.

Na rua principal, as instalações são estruturadas com iluminação pública enquanto nas ruas distantes os postes ainda são improvisados pelos próprios moradores, o que os deixa sem iluminação adequada durante a noite, sendo este um dos motivos para reclamação por parte dos que vivem ali. A Prefeitura de Tomé-Açu (2017) confirma que a iluminação pública é um serviço com objetivo exclusivo de prover claridade de forma periódica, contínua ou eventual, relacionando-se diretamente à segurança pública e ao tráfego, prevenindo a criminalidade,

15 O Programa Luz para Todos foi lançado em novembro de 2003, por meio do Decreto 4.873 de 11/11/2003 com o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país e com a meta de levar o acesso à energia elétrica, gratuitamente, para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2008. Em novembro de 2016 o Programa Luz para todos chegou para 3.184.946 famílias, cerca de 15,3 milhões de moradores rurais de todo o país (HOMMA et al., 2018).

embelezando os perímetros urbanos, bem como aproveitando melhor as áreas de lazer. Entretanto, a população questiona a falta de manutenção quanto a esse serviço.

Os entrevistados, em geral, consideram regular as condições de fornecimento de energia, devido à qualidade, os altos preços e a luminosidade nos logradouros da vila. Os moradores “daqui” dão ênfase ao elevado valor da fatura enquanto os “de fora” questionam as falhas constantes e a escuridão nas ruas, principalmente por residirem em quitinetes. Os entrevistados, em sua maioria, acreditam que o serviço é influenciado pelas questões políticas, sendo esta responsável pela expansão e facilidade ao acesso, segundo F. D. (70 anos), morador antigo.

O acesso à internet é relativamente recente na vila e tem auxiliado na comunicação dos moradores e nos diversos segmentos do mercado, bem como no envolvimento das pessoas nas redes sociais. Sobre este tema, Castro (2018) constatou, em uma vila com influência da dendeicultura no Alto Moju, que não há inclusão digital e a internet cumpre apenas com um aspecto de sua função, que é conectar os jovens às redes sociais e facilitar a comunicação. Em Forquilha, a maioria dos entrevistados tem acesso à internet por meio de aparelhos celulares, além de *tablets* e computadores. Há internet residencial instalada por meio de roteador *wi-fi*, distribuída pela empresa *GBSNet*, de pacote de dados de operadoras telefônicas e em uma *lan house* existente na vila. Para os entrevistados, em geral, é de extrema importância ter a disponibilidade de internet. Os que residem há mais tempo (os “daqui”) estão satisfeitos, pois acreditam no avanço que a vila teve em relação ao acesso, haja vista não existia *wi-fi* e, a partir de 2019, os roteadores com fibra ótica tornaram-se uma realidade. Já os que moram há menos tempo (os “de fora”) na vila estão insatisfeitos devido a enorme dificuldade com a cobertura das operadoras telefônicas e consideram ruim essa limitação, uma vez que a minoria tem internet residencial, e, quando acontece de possuírem, é de forma compartilhada, o que reduz a qualidade de conexão.

Os serviços bancários estão entre os problemas vividos pelos moradores da vila Forquilha, o que não é diferente de outros lugares influenciados pela dendeicultura. Na vila Palmares, em Tailândia, o Instituto Peabiru (2016) também identificou esta situação, a qual acrescia gastos financeiros para a população que precisava se deslocar até a cidade para ter acesso a esse serviço. Atualmente, em Forquilha, há um correspondente do banco Bradesco e uma casa lotérica. Os serviços são concernentes à benefícios sociais, jogos e apostas, e pequenos pagamentos. Se comparado com antes da dendeicultura, houve significativa mudança, pois a presença das empresas e atração de pessoas para trabalhar influenciaram à abertura do empreendimento. No entanto, os moradores, em geral, avaliam como regular, argumentando a

precariedade no atendimento e restrição de serviços na vila. De acordo com os moradores “daqui”, antes era mais difícil para resolver as pendências, pois só existia agência na cidade e a prestação de serviços era limitada, por tal motivo eles reconhecem o quanto a vila avançou em ter empreendimento desta natureza. Já os moradores “de fora”, em especial, precisam se deslocar até a cidade, pois o banco no qual recebem o salário não tem correspondente na vila e a casa lotérica não resolve os problemas necessários.

A violência é um dos principais problemas enfrentados pelos moradores da vila Forquilha. O tema foi também apontado por outros autores que realizaram estudos de caso em vilas que têm a dendeicultura como uma das suas atividades produtivas (SAMPAIO, 2014; FERREIRA, 2016; CARVALHO, 2016), mas também em outros contextos nos quais conflitos ocorrem por disputas agrárias, como é o caso dos conflitos de terras que ocorreram em municípios do NEP (BECKER, 2010).

Na vila Forquilha, o posto policial localiza-se em uma casa sem identificação e funciona apenas para descanso dos policiais que, na maior parte do dia, realizam rondas na própria vila. Esta rotina causa insatisfação nos moradores porque a consideram insuficiente, quer seja pelo número reduzido de policiais e viaturas, quer seja pelo extenso perímetro que devem cobrir para atender toda a região circunvizinha. Ademais, os boletins de ocorrências são registrados na unidade policial de Quatro Bocas, localidade que se situa a 30 km.

Com tal situação, todos os entrevistados consideram difícil registrar queixas, o que termina por inibir atos de violência, mas também dificulta o registro da situação real quanto à segurança nos lugares de morada. Moradores mais antigos afirmam que a vila Forquilha era relativamente tranquila no passado pela reduzida quantidade de roubos, assaltos e uso de drogas. Já aqueles que ali residem há pouco tempo afirmam sentirem-se mais vulneráveis por não serem do lugar e, não raro, terem as suas presenças veiculadas como causa do aumento da violência decorrente do uso de drogas, prostituição, roubos e assaltos. Tal sentimento contrasta com os “daqui” que se dizem sentir mais seguros porque são mais conhecidos uns dos outros e estão estabelecidos na vila há muitos anos.

Moradores de vila Forquilha, com diferentes idades, assim se referiram a violência que acomete a vila após a chegada de tantas pessoas para morar:

Depois desse movimento todo, deu um baque danado aqui, esse lugar aqui todo cheio de gente, tudo alugado por aí, por tudo que era canto não cabia gente. Aí vem a bagaceira, droga, briga, matam gente. Porque o sossego que a gente tinha naqueles anos que todo mundo era conhecido, era diferente. Hoje estão matando. Ah, escutei não sei quantos, mataram um ali, já mataram muita gente de um tempo desse para cá, ficou ruim por isso. Porque muita gente vem de fora, aí gente que a gente não conhece. Entrou uma violência tão grande nessa vila aqui. Alguém pode não falar por aí, mas eu falo [...], para quem conheceu aqui, como eu que conheceu a Forquilha com bem

pouquinha gente, era difícil a gente achar pelo menos uma briga, mudou demais, porque o desenvolvimento vem, mas vem um bocado de coisa ruim também. (F. D., 71 anos).

[...] Vem muita gente boa e muita gente ruim no meio das pessoas, enquanto uns estão trabalhando outros estão roubando, todo dia é um caso de que alguém invadiu uma casa e roubou alguma coisa, antes não tinha tanto problema de drogas agora é só boca de fumo. (P. G., 28 anos).

Esta situação também foi constatada em outros estudos em Concórdia do Pará e Moju (GUEDES, 2014; FERREIRA, 2016), cujos índices de violência aumentaram nos últimos anos, devido às inúmeras denúncias de roubo, latrocínio, estupro, homicídio, uso de drogas e até suicídio nas comunidades. No município de Tomé-Açu o número de crimes cometidos vem aumentando a cada ano (PREFEITURA DE TOMÉ-AÇU, 2017). Dos mais de 5,5 mil municípios brasileiros, a cidade de Tomé-Açu, em 2013, estava em 16º no ranking estadual e 210º nacional quanto à taxa de homicídios e assassinatos, a média era maior que a do Brasil (DEEPASK, 2020).

2.3.1.1 Estradas e transporte

É comum que a trafegabilidade nos espaços rurais se configure como problema para quem neles vive, como é o caso da vila Forquilha. Durante anos os moradores tiveram dificuldades para locomoção até a cidade devido à PA-256 não ser asfaltada e ter péssima condição para tráfego. Somente após a chegada das empresas e a expansão da vila é que ocorreu o asfaltamento, melhorando a trafegabilidade e aumentando o número de ruas e de transportes, o que também aconteceu na vila Água Azul em Tomé-Açu (RIBEIRO, 2016).

Quanto à trafegabilidade das vias, houve modificações entre o antes e o depois da dendeicultura. A rua principal é asfaltada, tem faixas de pedestres e placas de sinalização. Já as demais ruas são de piçarra, areia, e asfalto, não têm sinalização e a condição é considerada regular pela falta de manutenção. Há diversos ramais que ligam Forquilha à outras vilas, propriedades da agricultura familiar e aos extensos plantios de dendê. Os moradores, em geral, atribuem o estado ruim aos ônibus das empresas que passam constantemente com os trabalhadores e à falta de manutenção por parte da prefeitura, situação semelhante constatada em Concórdia do Pará (SOUSA; MACEDO, 2019).

Há quem atribua a melhoria na trafegabilidade à prefeitura, no entanto, há uma parcela de moradores mais antigos (os “daqui”) que afirma ser influência positiva da instalação das empresas na região. Contudo, ainda há insatisfação pela ausência de educação no trânsito. O tráfego por vezes é intenso, principalmente de carretas carregadas de dendê, e a população tem receio que ocorram acidentes. Já os que chegaram recentemente acreditam que seja de inteira

responsabilidade da gestão pública, “as pessoas da parte mais distante da principal chegaram a fazer greve para serem atendidas, a parte de baixo alaga toda vez que chove muito, as pessoas se reuniram e fizeram greve e abriram valas grandes” (L. M., 23 anos). Para Monteiro (2013), a ausência do poder público na manutenção dos serviços básicos como boas condições de trafegabilidade fazem com que as empresas assumam, às vezes, o papel da recuperação de estradas vicinais etc., mas não é o que acontece na Forquilha.

Os meios de transportes eram um dos principais problemas enfrentados pela população de Forquilha, mas, desde a chegada das empresas de dendê e do asfaltamento da PA-256, o número de veículos aumentou consideravelmente, tanto particulares coletivos como individuais. Em Moju também foi constatado o aumento na aquisição desses meios de transportes por parte dos que se integraram a cadeia produtiva do dendê (SANTOS, 2015).

Na Forquilha não há transporte público que trafegue nas ruas. Para chegar à vila são utilizadas vans, ônibus, mototáxi e condução própria (carro ou moto). Nas ruas as pessoas andam a pé, de bicicleta, moto e carro. A quantidade e o tipo de transporte alternativo cresceram consideravelmente, com disponibilidade em vários horários durante o dia. Há ônibus da empresa Boa Esperança com linha de Castanhal à Forquilha, e da empresa Caliman, de Tomé-Açu à Tailândia, todos em horários específicos. Todos os moradores acreditam ser positiva a grande quantidade de vans disponíveis para transportar as pessoas até o centro da cidade. Os “daqui” foram os que mais adquiriram o próprio transporte, para eles a mudança foi atribuída aos recursos obtidos com o emprego nas empresas e à renda vinda da pimenta-do-reino, possibilitando que moradores possuíssem automóveis e motocicletas, resultado observado também em Garrafão do Norte (GOMES, 2018). Já os “de fora”, com raras exceções, possuem automóvel e motocicleta, mas, em geral, para eles é péssimo o fato de não ter condições suficientes para possuir o próprio transporte.

2.3.1.2 Educação e saúde

A educação na vila Forquilha, até meados dos anos 2008, era um problema enfrentado pela população, pois existia apenas uma escola com níveis infantil, fundamental e médio. No entanto, os moradores relataram significativa mudança. Na concepção deles, a chegada das empresas produtoras de dendê que se instalaram na região influenciaram a chegada de mais pessoas e, conseqüentemente, pressionou a gestão municipal a construir mais escolas. Não é diferente de outros lugares de morada no NEP, nos quais também foram constatadas melhorias na educação após a entrada da dendeicultura (GOMES, 2018; SIMAS; PENTEADO, 2019), mas há quem demonstre resultados diferentes, em que a educação formal tem se caracterizado

como excludente e de acesso restrito, mesmo para os integrados à dendeicultura (CASTRO, 2018).

Na vila, houve significativa melhoria com a construção de outras três escolas de ensino fundamental, mas a escola Francisco Portilho permanece como referência por ser a única com o ensino médio e funciona no sistema modular de aulas, além de funcionar como polo de uma faculdade particular, o Instituto Superior de Educação Programus (Isepro), que oferta o curso de pedagogia desde 2016. Com objetivo de incentivar educação e cultura, em 2015 foi inaugurada a Biblioteca Pública Municipal Prof. Elielson Cabral Aguiar. É uma das cinco existentes em Tomé-Açu e há diversos livros, com foco em literatura infantil. O funcionamento é diário, de segunda a sexta e apresenta fluxo contínuo de estudantes para pesquisas e empréstimos de livros. Outro estabelecimento de grande importância é a Escola Municipal de Música Elio Sátiro. Inaugurada em 2019, as aulas são gratuitas e semanais, com diferentes instrumentos e momentos teórico-práticos.

A melhoria na educação foi relatada pelos moradores que vivem ali há mais tempo (os “daqui”) e se referiam ao aumento de prédios e qualidade do ensino, além da oportunidade para cursar nível superior, e vinda de novas pessoas para trabalhar na dendeicultura, aumentando a população, o que tornou necessária a construção de novas escolas. Já os moradores “de fora” consideram péssima a educação, pois, em sua concepção, fazem-se necessárias maiores e melhores mudanças, uma vez que consideram a qualidade nos estudos inferior se comparado aos seus lugares de origem. Tal situação pode ser entendida como reflexo da realidade das centenas de vilas rurais existentes no Pará e no Brasil, nas quais, historicamente, os investimentos em educação nunca foram suficientes para garantir a universalização com qualidade de todos os níveis e modalidades de ensino (MOLL, 2014), ou ainda a falta de escolas capazes de atender a demanda destas comunidades rurais e da ausência de políticas públicas direcionadas à população na área rural, principalmente dos municípios produtores de dendê (MONTEIRO, 2013).

A saúde é um dos principais problemas enfrentados na Forquilha. Esta realidade não difere de outros lugares de morada, é o que demonstra Castro (2018) ao estudar uma vila onde há uma limitação de estruturas capazes de suprir algumas das privações das pessoas, como a saúde, ou ainda, em outro contexto, assegurar o funcionamento de hospitais locais dos quais assumiram responsabilidade (KAMARA; WIJNBERGEN, 2019).

Na vila Forquilha há uma unidade de saúde¹⁶ que atende pessoas da vila e de duas localidades, Urucuré e Calmaria, ambas pertencentes ao município de Acará. A unidade, que é relativamente recente, antes funcionava em um espaço pequeno no centro da vila e, em 2016, foi reinaugurada em novo prédio. A motivação da transferência se deu pela impossibilidade de expansão. No novo local, a estrutura é melhor, há estacionamento e várias salas, o que permite maior organização e atendimento. Em relação aos casos graves, são encaminhados para outra unidade, uma vez que a Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) não tem estrutura adequada. Há também três farmácias com disponibilidade de diversos medicamentos e um laboratório particular que auxilia na realização de exames simples.

Os moradores, em geral, acreditam que os serviços não acompanharam o crescimento da população, pois há ausência de profissionais qualificados, atendimento de qualidade e especialidades disponíveis. Para os moradores “daqui”, o acesso ao posto de saúde continua ruim, pois, apesar de ter melhor estrutura, o atendimento continua difícil. Para consultas clínicas, é necessário chegar às 04h da manhã. Os “de fora” também avaliam ruim o acesso e alguns deles nunca frequentaram o posto, devido ao horário para garantir consulta ser estritamente pela madrugada, e pela avaliação negativa feita por parte dos colegas que frequentam. Quanto às farmácias, todos os entrevistados as consideram boas, uma vez que têm facilidade ao acesso a medicamentos. Quanto a isso, os “daqui” afirmaram que o avanço se deu após a vinda das empresas de dendê.

2.3.1.3 Mercado e renda

O comércio está entre os setores que passou por grandes mudanças na vila Forquilha, desde que iniciaram as atividades em torno do dendê, impactando a economia do mercado local com maior circulação de dinheiro. Esta temática também foi abordada por outros autores que analisaram lugares de morada influenciados pela dendeicultura (BRITO; DIAS, 2011; CALDAS, 2013; SAMPAIO, 2014; VIEIRA, 2016; GOMES, 2018), os quais passaram por reconfiguração em sua estrutura comercial com o surgimento de novos empreendimentos.

Os serviços particulares existentes no mercado na vila Forquilha (Tabela 1) são de diversos segmentos e tem aumentado cada vez mais.

16 Existem dois tipos de cadastros, os inscritos no Processo de Cadastro Familiar (PCF), alcançados pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), abrangendo apenas 335 famílias e os registros individuais, sendo 1.261 de Urucuré e Calmaria, e 17.011 prontuários pertencentes a Tomé-Açu.

Tabela 1 – Relação de estabelecimentos comerciais.

Tipo de serviço	Quant	Tipo de serviço	Quant.
Academia	2	Lava jato	3
Açougue	1	Livraria	1
Assistência técnica de celular	1	Loja de películas de carro	1
Assistência técnica de motores	1	Loja de roupas	11
Ateliê	3	Loja de variedades	7
Auto elétrica	3	Mercadinho	13
Bar	11	Metalúrgica	1
Barbearia	2	Odontologia	1
Casa de festa	2	Oficina	16
Casa de pimenta	5	Ótica	1
Churrascaria	4	Posto de gasolina	2
Distribuidor de Gás	3	Panificadora	6
Distribuidora de bebidas	4	Peixaria	5
Escritório de advocacia	1	Placas de Venda	36
Espaços para alugar	8	Pontos de açaí	4
Farmácia	3	Produtos agro	2
Hamburgueria	1	Publicidade	1
Horta	7	Quitinetes e dormitório	31
Informática-Lan house	1	Rádio	1
Jogo da sorte (pimentinha da sorte)	1	Restaurante	4
Laboratório ServMed	1	Sorveteria	2
Loja de cosmético	5	Supermercado	5
Loja de material de construção	4	Venda de produtos naturais	1
Loja de móveis e eletrodomésticos	2	Vende-se Chopp	21
Lanchonete	8	Salão de beleza	14

Fonte: Pesquisa de campo da autora (2019).

Como mostra a tabela acima, há em torno de 274 empreendimentos ligados aos mais variados seguimentos no mercado. Os moradores “daqui” argumentaram o quanto melhorou o comércio, dado o aumento na quantidade de estabelecimentos e seguimentos, o que barateou os serviços devido à concorrência. Os entrevistados ainda relataram que antes era ruim, sendo possível comprar produtos em grande quantidade apenas na cidade. Pela facilidade atual, eles consideram ótimo o serviço. Já os “de fora” argumentaram os altos preços dos alimentos e as taxas excedentes cobradas com o uso do vale alimentação, por isso o consideram como regular.

Acredito que os serviços pelos quais a população mais apresentou satisfação, foram quanto à oferta e venda de alimentos. Atualmente, a vila conta com cinco supermercados, além dos 13 mercadinhos e panificadoras, que aumentaram de uma para seis. São todos abastecidos com variedade de produtos e facilidades de acesso à população.

Além desses, há diversas lojas de roupas e salões de beleza, os quais apresentaram elevada demanda e expansão dos serviços. Assim como em Forquilha, existem outros lugares de morada que tiveram o setor de comércio e serviço particulares fortemente influenciados pela dendeicultura, como é o caso do município de Moju, em que a instalação das empresas de dendê representou uma expressiva mudança no cenário da dinâmica econômica, aumentando em 900% o número de estabelecimento do setor comércio, serviços, etc. (CALDAS, 2013) e vila

Palmares cresceu consideravelmente, atingindo 252 estabelecimentos comerciais (BRITO; DIAS, 2011).

A renda das pessoas, em Forquilha, é indicada como uma das influências positivas da dendeicultura. Resultados semelhantes foram identificados em estudos realizados em lugares que têm a dendeicultura como uma de suas atividades produtivas (NAHUM; MALCHER, 2012b; JEZEER et al., 2019; CÓRDOBA et al., 2019; MOTA et al., 2019), nos quais tiveram contribuição na geração de emprego local, desenvolvimento de infraestruturas e consequente melhoria na renda das pessoas, mas, às vezes, não é suficiente para o atendimento das condições necessárias para ter qualidade de vida (GEMAQUE, 2015).

Os moradores, em geral, avaliam como boa a renda na vila. Antes eram apenas os japoneses com seus plantios de pimenta-do-reino que movimentavam a economia, após a chegada da dendeicultura o crescimento do comércio acompanhou o desenvolvimento da vila, que passou a ter maior número de pessoas assalariadas. Todavia, existem visões diferentes, há pessoas que atribuem melhoria na renda à safra de pimenta-do-reino, e outros ao emprego gerado pelas empresas de dendê. Na opinião dos moradores, se deixar de existir alguma dessas empresas, Biopalma ou BBB, o comércio e conseqüentemente, a circulação de dinheiro sofrerão grande impacto, diminuindo a renda das pessoas. Há quem não consiga imaginar a Forquilha no futuro caso não existisse o dendê. Para estes, a vila ficaria falida. Também existem especulações por parte de moradores “daqui” e donos de empreendimentos de que a renda obtida na dendeicultura, pouco fica na vila, pois esta seria gasta no município de origem da maioria das pessoas que vêm para trabalhar e em Quatro Bocas, nos dias de pagamento.

2.3.2 Religião e lazer

Na Forquilha existem diversas igrejas, e há predominância de duas religiões, a católica e a evangélica. No início da formação da vila não existiam igrejas, e somente em 1971 é que anunciaram a católica e em 1973 uma Assembleia de Deus. Na década de 1970, era difícil realizar casamentos e cerimoniais funerários, haja vista que a estrada era de chão e não havia transportes para levar até a cidade. Com isso os moradores se reuniram a fim de construir uma capela.

O pessoal daqui achou por bem se reunir e fazer uma capelinha, o Chico Calu deu um pedacinho de terra para fazer uma igreja católica e um cemitério, porque era muita dificuldade ir daqui à Quatro Bocas, as vezes levava no ombro ou em cima de um trator, tudo era para lá. (R. S., 80 anos).

As igrejas, até 1970 não tinha, mas em 1971 foi anunciado a igreja católica. Quando eu casei, foi na casa da minha testemunha, por causa que não tinha igreja, estava só começado a parede, até um metro e pouco. (M. S., 71 anos).

Os congregados das duas religiões se uniam para realizar os eventos, os quais aconteciam na escola Francisco Portilho. Com o aumento do povoamento na vila, a partir de 2010, foram construídos novos templos de outras religiões.

Atualmente são 15 igrejas, umas mais estruturadas que as outras. As Testemunhas de Jeová, por exemplo, fazem as reuniões em um salão de uma escola e ainda não dispõem de prédio próprio. As três maiores igrejas são Nossa Senhora da Conceição, a Assembleia de Deus e a Igreja do Evangelho Quadrangular, com maior número de fiéis e localizadas na PA-256, com exceção da igreja católica, que fica de frente para a praça central da vila. As de outras denominações estão situadas nas ruas mais distantes da principal.

Mesmo com o grande número de denominações e igrejas, há críticas e visões diferentes por parte da população. Por um lado, moradores relatam que a presença da religião deveria trazer melhorias para a vila: “igreja tem em quantidade, uma de frente pra outra, mas igreja pra defender os direitos do cidadão, não tem nenhuma” (R. S., 80 anos), as reclamações são em torno da atuação dessas instituições, “era mais tranquilo, a vila cresceu, mas as igrejas não acompanham esse crescimento, poderiam fazer mais” (M. R., 30 anos).

Por outro lado, a satisfação está atrelada à quantidade de instituições, pois, se comparado com antes (duas igrejas), o número de templos cresceu consideravelmente. “Depois que aumentaram as igrejas, mudou muito, tinha muita cachaçada e depois da igreja diminuiu” (A. S., 73 anos). Relatos como esse são presentes na fala de moradores mais antigos (os “daqui”), os quais acompanharam o processo desde o início e avaliam como positivo o aumento do número de igrejas. Já os moradores “de fora”, embora não tenham o hábito de ir com frequência à igreja, acreditam que a quantidade de templos na vila é boa, uma vez que “[...] ajudou muito a conhecer as pessoas que já moravam aqui” (E. S., 34 anos). A meu ver, a diferença entre a avaliação pelos moradores se dá pelo sentimento de pertencer ou não ao lugar, ideia que é clarificada quando se investiga os espaços frequentados por ambos e como eles se auto identificam em relação à igreja, a partir da ideia de que os moradores mais antigos são mais religiosos que os recém-chegados.

A igreja católica realiza anualmente a festa da padroeira, Nossa Senhora da Conceição, em dezembro. Muita gente participa, inclusive de outras vilas e municípios. É um festejo esperado pelos fiéis e o maior realizado por esta igreja. Toda semana tem celebração aos domingos, e missas duas vezes ao mês com a presença do padre vindo da cidade. Na igreja não tem um pároco, mas ficam irmãs (freiras) em uma casa próxima para dar suporte no que precisarem. Como em todas as igrejas católicas, em Forquilha há encontros de catequese. A crisma é o momento final da formação, as pessoas estudam durante um longo tempo, baseado

nos ensinamentos da Bíblia e na tradição da igreja, e, no término, realizam a missa para crismar os participantes.

A igreja Assembleia de Deus tem suas reuniões às quartas, sextas e aos domingos. A Forquilha é considerada um campo¹⁷ com o templo sede e outras oito congregações localizadas nas demais vilas. Quando acontecem os grandes eventos, todas se reúnem no templo sede. Acontecem uma vez ao ano festas comemorativas com os departamentos de mulheres, obreiros (homens), jovens e adolescentes. A Escola Bíblica de Férias (EBF) é um evento que acontece no mês de julho, destinado às crianças, com brincadeiras, louvores e ensinamento da palavra de Deus, as crianças são atraídas e passam uma semana frequentando a igreja.

Em Forquilha, há poucos espaços para lazer¹⁸, questionamento apresentado pela população. Desta forma, os grandes eventos organizados por essas instituições têm caráter lúdico religioso, visto também em espaços rurais paulistas (QUEIROZ, 1973; CANDIDO, 2017), em Minas Gerais (SANTOS; KINN, 2009) e em povoados no Médio Solimões (ALENCAR, 2010). Além de objetivo comum para angariar recursos, independente da denominação, tais eventos sempre atraem muitas pessoas, pois também se trata de momentos de lazer.

No mês de julho de 2019, deu-se a primeira edição do Festival de Pizzas, na feira da agricultura familiar, organizado pela Assembleia de Deus. Muitas famílias compareceram para prestigiar o evento, com música ao vivo. Estão na terceira edição do Almoço Paraense, amplamente divulgado, com venda de comidas típicas e atrações locais. Outro evento é o Abala Forquilha, sob coordenação da Igreja Quadrangular e participação das demais igrejas, autoridades do município, pessoas das vilas adjacentes e da cidade. Em sua segunda edição, bandas musicais se apresentam e o diferencial é o convidado ilustre de outro estado. Este evento aglomera centenas de pessoas. Além das programações religiosas, as festas juninas também reúnem a população, como observado por Silva, D. (2011) no sudeste do Pará. Esses eventos fazem parte da reprodução social da vida dos indivíduos e da formação dos laços de sociabilidade.

O lazer é um dos elementos que causam questionamentos por parte da população na vila Forquilha. Os recursos oriundos da dendeicultura não foram capazes de expandir os espaços

17 Uma área sob coordenação de um pastor, que preside uma igreja sede com CNPJ e estatuto e tem igrejas (congregações) menores como filiais.

18 Representa um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar; seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 1973, p.34 apud GOMES, 2008).

para diversão ou proporcionar melhorias aos que já existiam. Esta realidade também foi apontada em estudos de caso na vila Palmares e em Água Preta (BRITO; DIAS, 2011; CASTRO, 2018), haja vista à falta de espaços públicos e equipamentos para lazer.

Atualmente, há cinco campos de futebol, dos quais apenas um tem gramado, onde acontece a maioria dos jogos. Esses espaços sempre estiveram como um dos principais frequentados para divertimento – é o que demonstra Wagley (1988) analisando uma comunidade amazônica, Alencar (2010) no estudo em povoados no Médio Solimões, Silva, D. (2011) em vilas rurais no Sudeste paraense e Ribeiro (2016) e Caetano, (2017) no NEP. O ginásio de esporte da escola Ana Reis também é frequentado, porém o acesso é limitado. Com exceção do ginásio, os demais campos ficam afastados do centro da vila. A praça central também é utilizada para lazer, bem como em outros lugares de morada (SILVA, M., 2011; RIBEIRO; MOTA; ALVES, 2017). Esta é localizada em frente à igreja católica Nossa Senhora da Conceição e apresenta área de 6.103 m² com calçamento, bancos de concreto e quiosques. Os igarapés, ainda que não estejam localizados na vila e desponhem opiniões diferentes entre os moradores de Forquilha, representam lugar de lazer e de interação aos finais de semana, constatado também em outros municípios do NEP (MEYER; MOTA; CORRÊA, 2011; RIBEIRO, 2016; CAETANO, 2017).

Sobre os espaços para lazer, todos os entrevistados argumentam limitação de espaços adequados. Na concepção dos que moram há mais tempo, a mudança que ocorreu na vila está relacionada ao quanto se sentem seguros em frequentar esses lugares. Antes só havia a praça e poucos campos de futebol e o cenário continua da mesma forma. Concernente aos campos, os moradores “daqui” sempre utilizaram esse espaço como forma de diversão e avaliam como bom, tal concepção contrasta com os “de fora”, que têm receio de frequentarem por não pertencerem à vila, mas afirmaram ser mais assíduos e consideram bom ter esse espaço para lazer.

Quanto à praça, os moradores, em geral, relataram que é mais frequentada aos finais de semana, por pessoas com prática de caminhadas matinais. De acordo com os “daqui”, em sua inauguração, a praça era muito frequentada, porém eles relataram que com a chegada de novas pessoas o movimento ficou intenso, com uso de bebida alcoólica e som automotivo, além de iluminação reduzida. Tais condições que criaram desconfiança por parte da maioria da população em frequentá-la por receio de envolvimento em problemas ou confusão. Já quanto aos igarapés, em geral, os entrevistados acreditam ser bom ir ao igarapé para divertirem-se, apesar de ambos questionarem o número reduzido de locais e a distância percorrida até eles.

Além das infraestruturas e serviços apresentados, a tranquilidade e a relação social entre os moradores foram apontadas como os que mais sofreram influência da dendeicultura. “A tranquilidade é o ponto que sinto falta, hoje não tem, o desenvolvimento dá esse trabalho para gente, até 2012 tinha mais tranquilidade, as pessoas saíam, conversavam e se divertiam” (H. N., 48 anos). Em diálogo com os moradores “daqui”, relatos como esse eram sempre presentes e enfatizavam que essa mudança é resultado do afluxo de pessoas de outros lugares atraídos pela dendeicultura, os quais serão analisados no próximo capítulo.

3 EM BUSCA DE TRABALHO: MIGRAÇÕES E TRABALHO NA DENDEICULTURA

Não tem outra opção, é o jeito procurar emprego e sair para outro lugar. (M. S., 57 anos).

Eu nem sabia o que era dendê, precisava comprar as minhas coisas (L. M., 23 anos).

Neste capítulo, privilegio e analiso os processos vivenciados por trabalhadores assalariados na dendeicultura, quais sejam, o assalariamento e a motivação para mudança do lugar de morada, bem como as suas afiliações sindicais.

O afluxo de novos residentes na vila Forquilha é fruto do cenário altamente auspicioso que a dendeicultura desfrutava com os incentivos políticos, fiscais, econômicos e sociais proporcionados pelo governo federal. O migrante passa a ser mais uma vez (já que são de uma vila fundada na migração) parte integrante do cotidiano da Forquilha, com intensa movimentação de pessoas nos anos de 2012 a 2014. Com a redução do quadro geral da produção de dendê, em 2015, em um contexto nacional de diminuição de incentivos governamentais (BRANDÃO; SCHONEVELD; PACHECO, 2018), constata-se o arrefecimento da chegada de mão de obra temporária em busca de trabalho nas agroindústrias, fato este comprovado pelos entrevistados chegaram em Forquilha no início da expansão do dendê.

3.1 A dendeicultura no lugar de morada

No município de Tomé-Açu, a partir de 2010, tem-se um novo cenário econômico, marcado pela vinda do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva para a implementação do PSPO no Brasil, com previsão de 350 mil hectares, lançado no Município de Tomé-Açu, em 2010 (HOMMA, 2016a).

Em relato, uma moradora da vila comentou sobre a vinda de Lula e que realmente aconteceu como ele havia dito em seu discurso, “quando o Lula falou, ele falou que ia aumentar, disse para gente se preparar, porque teríamos que colocar mais comércios” (J. M., 60 anos). Lula teria afirmado que o município de Tomé-Açu não seria mais o mesmo, pois passaria a ser marcado pela implementação de monocultivos de dendê para produção de óleo vegetal e que sofreria influência do mercado internacional.

A vila Forquilha, até meados de 2007, apresentava um fluxo de migração concernente aos trabalhos na agricultura, sobretudo nos pimentais, porém de maneira mais reduzida quanto aos dendezais. A empresa Agropalma já tinha plantios nos arredores do município, porém a

expansão ocorreu com a chegada da Biopalma sob incentivos¹⁹ para aumentar a produção de óleo de palma, assim como para as demais empresas. A partir de 2008 a Biopalma inicia o processo de produção de mudas para realização dos plantios e provoca um grande afluxo de pessoas, interlocal, intermunicipal e até interestadual para o assalariamento. Um morador saiu de Santa Maria do Pará atraído pelo trabalho no dendê e relatou como foi o processo de instalação da empresa Biopalma e das terceirizadas que contribuíram para a expansão da dendeicultura na região, bem como para o desenvolvimento da vila.

Outubro de 2008, quando nós chegamos aqui na Forquilha havia esse projeto, as empresas estavam se instalando aqui, uma já estava que é a Agropalma que é a empresa mais antiga aqui dessa região que abrange Tomé-Açu, Tailândia e Acará. Quando a gente chegou aqui, 2008 para 2009, estavam já trazendo para cá essa implantação nova, da Biopalma, que é uma empresa que abrange também quatro polos que são Tomé-Açu, Acará, Concórdia e Moju e, posteriormente Abaetetuba. São esses polos que elas estão hoje e dá sustentabilidade para todos os nossos municípios daqui da região. [...] Eu vim para cá em busca de trabalho, não demorou muito e aproximadamente um mês, as empresas terceirizadas ganharam um contrato com a Biopalma porque a empresa em si ela não estava trabalhando como matriz ela estava só trabalhando com terceirizados na época, então muitos aqui se formaram, abriram suas empresas e pegaram os contratos dela, e elas contrataram os funcionários para prestarem serviço para Biopalma. (M. R., 42 anos).

Eram muitas empresas terceirizadas, cada uma tinha um trabalho exato para realizar. A Palmatec cuidava da parte de pré-viveiro e viveiro, a Paulo Leite contratava os trabalhadores, na época eles eram chamados para fazer viveiro, encher sacola e o plantio da semente e a demarcação da área com piquetes onde eles iriam organizar as mudas. Havia também a Palma Service, responsável pela entrega das refeições.

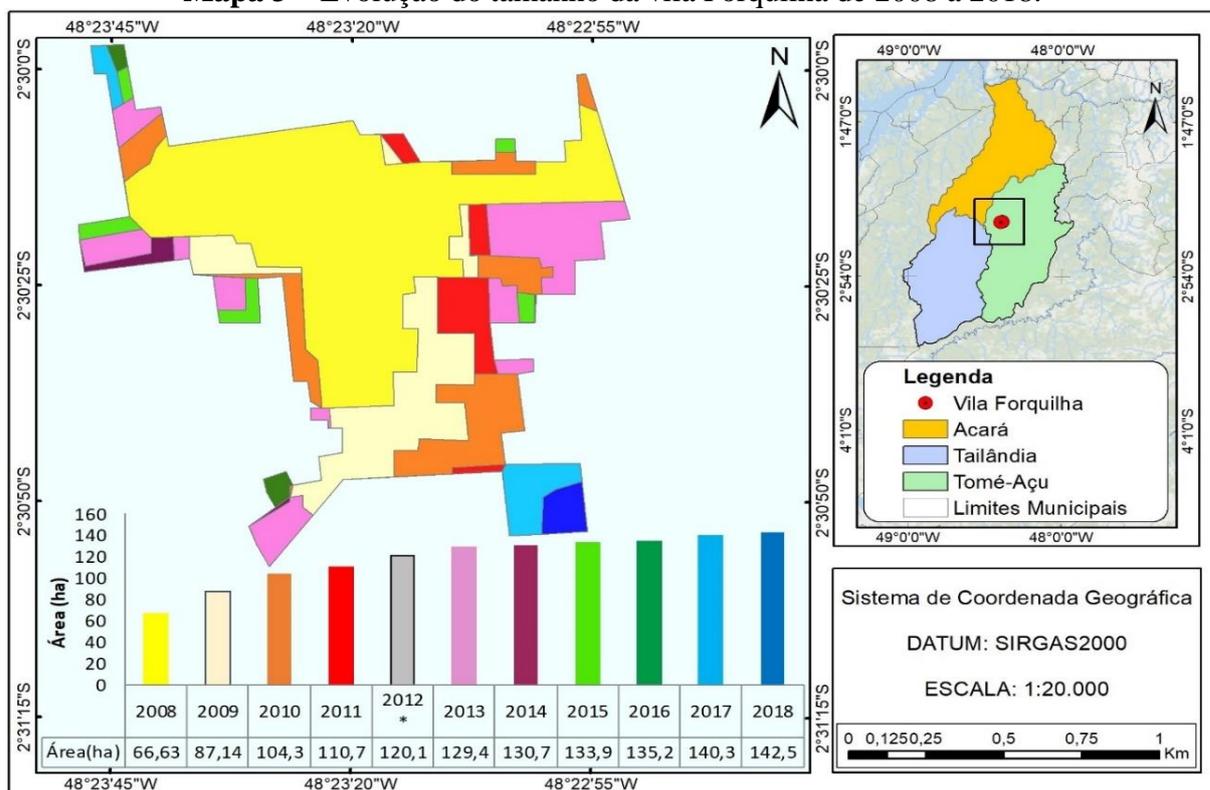
Cada uma ficava responsável por um setor de trabalho [...] a demanda era grande de plantação, eles dividiam as áreas, Paulo Leite ficava com uma, a Moreira de Souza ficava com a outra e a Irismar ficava com a outra para eles trabalharem em determinada hora para não ter aquela divergência para ninguém entrar na área um do outro. Então foi assim que começou todo trabalho da Biopalma até chegar na implantação, depois ela entrou com a parte de adubação, herbicida e coroamento. (M. R., 42 anos).

No Mapa 3, mostro a reconfiguração da área da vila em hectares, de 2008 a 2018. Para o ano de 2012 foi feita uma média entre 2011 e 2013 por falta de imagem de satélite. Cada ano

19 Plano Nacional de Bioenergia, contemplando, sempre que possível, o desenvolvimento socioeconômico de pequenos agricultores; O zoneamento agroecológico para a plantação de palma (e outras culturas); O incentivo à utilização de terras degradadas, a proibição de desmatamento para expansão agrícola e os incentivos fiscais para os pequenos agricultores, tais como empréstimos a juros baixos; A criação de programas de certificação pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) que pretende criar um diferencial para o biodiesel de palma do Brasil e evitar os problemas enfrentados pela Malásia e Indonésia no que diz respeito a questões ambientais; O desenvolvimento de variedades de plantas adequadas e da tecnologia de propagação e de cultivo pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). (BIOPALMA, 2015, p.22). Redução e adiamento de impostos de renda e Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS).

é representado por uma cor diferente a fim de dispor de melhor visualização da distribuição do espaço ao longo dos anos.

Mapa 3 – Evolução do tamanho da vila Forquilha de 2008 a 2018.



Fonte: Siqueira (2020).

No período de onze anos explícito no mapa, percebemos que a expansão da área em hectares teve maior expressão nos primeiros anos quando a dendeicultura estava em destaque na região. De 2008 para 2009 foram 20 ha e 17 ha de 2009 para 2010, com acréscimo considerável até 2013. Este momento em Forquilha trata-se da terceira fase, apresentada no capítulo dois, em que houve o aumento na venda e compra de terras, refletindo no crescimento da vila em tamanho de área e, conseqüentemente, acrescendo o número de casas. Segundo os moradores, foi necessário que mais residências se instalassem para que houvesse suporte suficiente à quantidade de pessoas que chegavam na vila para trabalhar. Em vista dos primeiros anos de cultivo do dendê em Tomé-Açu, Forquilha se tornou alvo de pessoas vindas de muitos lugares. Em diálogo com um morador, ele confirma o exposto anteriormente: “em 2009 iniciou a dendeicultura, e desse ano até 2012 chegaram muitas pessoas atraídas pelas empresas” (H. N., 48 anos). As moradias disponíveis foram rapidamente alugadas, qualquer cômodo ocioso das residências era utilizado: “tinha muita gente trabalhando, até para achar um lugar para ficar era ruim” (R. N., 53 anos).

A expansão da vila em hectares nos anos de 2017 e 2018 está relacionada ao novo bairro, o Palmatec, ainda com poucas moradias, mas já loteado. Após as empresas constituírem os plantios, o afluxo diminuiu e por esse motivo havia muitas quitinetes vazias e até abandonadas quando realizei a pesquisa.

Quando criaram esse projeto do dendê, as pessoas achavam que esse movimento ia ficar direto, passaram uns cinco anos plantando dendê, aí depois que plantaram tudo por aí, os homens sumiram, aí foi gente indo embora. Porque as pessoas pensavam assim, e eu também, vai ter vários plantios e depois vai ter muito trabalho e vai precisar de mão de obra, mas foi o contrário. (F. D., 70 anos).

Logo quando chegaram as empresas, aumentou muita gente, acho que aqui chegou a rodar de madrugada aproximadamente 20 ônibus [com trabalhadores assalariados das empresas de dendê]. Diminuiu muito, agora deve ter uns 10 ônibus, porque eu caminho cedo na praça, só na estrada ali sai uns 8 ônibus ele vai e vem. (M. S., 71 anos).

O processo de expansão em área que ocorreu na Forquilha estimulou o aumento populacional, constatado também por Sampaio (2014) e Carvalho e Nahum (2019). Segundo informações do posto de saúde, a população corresponde a aproximadamente 8000 pessoas, acréscimo considerável nos últimos anos, o qual desencadeou outras consequências, como a precariedade no acesso aos serviços públicos. Isso ficou evidente quando os moradores fizeram menção ao atendimento nos órgãos públicos no local, os quais antes suportavam determinada quantidade de pessoas e cujo acesso tornou-se mais difícil depois do aumento do contingente populacional decorrente da dendeicultura. Conforme observado em vila do Palmares por Brandão e Schoneveld (2015), e em Forquilha não é diferente, o afluxo de trabalhadores que se deslocam de outras regiões aumentou a pressão sobre os já problemáticos serviços locais como educação e saúde.

3.2 Migrações para trabalhar

A literatura mostra que o assalariamento pode ser ou não um evento localizado porque alguém pode se assalariar onde mora ou em lugares aos quais precisa chegar, como é o caso dos migrantes. Este tema tem sido estudado em tempos diferentes, Lara Flores (2006) destaca que a mobilidade territorial do trabalho é caracterizada por uma migração permanente campo-cidade, mas também por movimentos não definitivos que abrangem os trabalhadores rurais e camponeses que vendem força de trabalho para empregadores do agronegócio. Lizarazo (2017) afirma que este fenômeno tem se intensificado juntamente com as migrações tanto campo-cidade, como campo-campo ou cidade-campo para as áreas do agronegócio que demandam força de trabalho e Félix (2018) analisa que se trata de uma complexidade caracterizada pela mobilidade espacial da força de trabalho.

Estima-se que 40% da força de trabalho total ocupada na produção de dendê seja de outras regiões do Pará e de estados como Piauí e Maranhão (BRANDAO; SCHONEVELD, 2015), resultado comprovado também por Mota, Balsadi e Mourão Júnior (2019). De acordo com informações da Biopalma, Agropalma, sindicatos e trabalhadores, mais de 60% dos assalariados são da região e/ou municípios onde as empresas estão instaladas (VILMAR et al., 2014).

Os que migraram para trabalhar no dendê em Forquilha são majoritariamente homens (98%) que migraram mais de uma vez para desenvolver a mesma atividade em cultivos de dendê. Trata-se da masculinização da força de trabalho, processo observado por Mota (2005) e por Mota, Ribeiro e Schmitz (2019) em outros contextos. Ademais, os mais jovens com boa condição física são preferidos para as atividades nos plantios. Já as mulheres tinham empregos informais, com minoria no assalariamento. Isso nos leva a constatar que a força de trabalho jovem, do sexo masculino, é privilegiada pelas empresas do agronegócio, como historicamente registrado nas indústrias de cana-de-açúcar (NOVAES, 2009; SILVA, M., 2011) e nos dendezais no NEP (MONTEIRO, 2015; RESQUE, 2017; CAETANO, 2017; MOTA; BALSADI; MOURÃO JÚNIOR, 2019).

O fato de serem mais jovens e solteiros facilita na mudança em busca de trabalho, assim como constatado por Mota (2005). Todos os entrevistados chegaram de outros lugares de morada para residir na Forquilha. Destes, 67% vieram sozinhos, 17% trouxeram a família e 16% deslocaram-se com amigos. Diferindo, Lara Flores (2010) constata que é comum as pessoas se moverem em grupos e não individualmente, e que sua chegada ao destino não significa que ele deve permanecer, mesmo que lá estabeleça sua residência. No caso de Forquilha, a maioria veio só, muitas vezes impulsionada por comentários e convites de parentes e conhecidos, os quais influenciaram para obtenção do emprego para 79% deles. Para Guanais (2012), as pessoas migram para lugares onde têm conterrâneos, amigos ou parentes, ou para locais que lhes foram indicados por outros.

Alguns trabalhadores constituíram famílias após chegar na Forquilha, poucos deles vieram casados e há também aqueles que têm suas famílias em seus lugares de origem. Guanais (2012) observou que, na maioria das vezes, os homens migram com intuito de guardar dinheiro para aplicar em seus lugares de origem quando retornar. Observei que aqueles que deixaram a família enviam recursos ou reservam para levar quando forem visitá-la. Os recursos destinam-se, na maioria das vezes, ao investimento em suas casas e a criação dos filhos.

Em geral, a família não se desloca junto, somente parte dela, isso se dá pelas dificuldades e os custos com moradia, transporte e manutenção no local (GUANAIS, 2012). Constatei

resultado semelhante na Forquilha, alguns trabalhadores reclamam das condições das casas alugadas, porque têm poucos cômodos e preços elevados, o que não compensaria o desconforto dos filhos. Esses preferem morar sozinhos e enviar o recurso. Porém, há os que argumentaram não conseguir permanecer longe da família e vivem com as limitações de moradia. Os que constituíram família na Forquilha têm como alternativa alugar quitinetes com preços mais acessíveis. Dentre os solteiros, alguns ajudam os pais, e a maioria prioriza os gastos com lazer. Quanto às moradias, os trabalhadores faziam menção de como era nos seus lugares de origem, 98% moravam em casa própria. Já na Forquilha, 78% deles residem em casas alugadas, em quitinetes, umas com melhores condições que as outras, 6% estão de favor na casa de outras pessoas e tem aumentado a quantidade de quem mora em casa própria (16%), desde que chegaram na vila.

Ao serem indagados se migraram outras vezes, 65% dos trabalhadores assalariados entrevistados afirmaram que migraram entre duas e sete vezes. Os demais 35% saíram de seus lugares de origem pela primeira vez com destino a Tomé-Açu para o assalariamento. Os primeiros têm mais de 30 anos e os demais entre 18 a 28 anos. Mota, Balsadi e Mourão Júnior (2019) identificaram que 60% de trabalhadores assalariados em três municípios do NEP já haviam migrado entre três e oito vezes para trabalhar antes de se assalariarem na dendeicultura. Dentre os destinos constam o Maranhão, São Paulo, Ceará e Pará. No entanto, o Pará é destaque em todas, apresentando sempre o maior percentual. Os lugares de residência, majoritariamente, eram na zona rural, o que comprova a procura por atividades agrícolas.

Conforme explicitado pelos entrevistados, o deslocamento é consequência da falta de oportunidade e causa de uma série de transformações, pois não é unicamente a vida desses trabalhadores que tem mudanças, mas os lugares de morada dos quais eles partem e nos quais eles chegam sofrem interferência, bem como a economia e as relações sociais dentre outros. Observando a partir de Menezes (2012b), sobre a ideia de fixação de trabalhadores assalariados nos locais de destino, atesta-se que o migrante, embora esteja em mobilidade, tem um lugar de referência, de laços e de pertencimento. O deslocamento não expressa desenraizamento, mas uma permanente recomposição e ressignificação das redes de relações sociais

Expressões como “não é bom ficar de cara para cima”, “no meu lugar só era aposentadoria e pescaria”, “lá não tinha emprego e tinha que sair”, “o emprego que era bom para cá”, eram comumente repetidas, pois o trabalho foi a principal justificativa para o deslocamento. Guanais (2012) confirma que a migração no sentido de única alternativa, está associada à expectativa positiva de mudança de vida.

Os motivos para o assalariamento se justificam pela necessidade vivenciada por essas pessoas, pela procura por melhores condições de vida e por garantia de direitos e benefícios. A maior vantagem por eles relatada é ter o salário fixo com carteira assinada e, ao serem demitidos das empresas, poderem investir em algo com o recurso do seguro-desemprego. Alguns já se assalariam com este objetivo, ter tempo de serviço para ter direitos assegurados ao sair. Mota (2005) chegou a esta conclusão: no discurso a valorização do trabalho tinha relação com os benefícios legais, ter o salário por um período maior, o que permite se programar financeiramente.

Antes de se deslocarem pela primeira vez de seus lugares de origem, 43% desenvolviam atividades relacionadas à agricultura, apenas 4% trabalhavam no dendê e os demais estavam inseridos em diversas ocupações. Em sua maioria eram agricultores que passaram a se assalariar temporariamente. Tal iniciativa sustenta a ideia de que a migração se trata de estratégia de reprodução social. Deslocar-se para trabalhar seria visto assim como uma estratégia para as pessoas maximizarem o seu acesso às oportunidades desigualmente compartilhadas no espaço e irregularmente disponíveis no tempo (MENEZES, 2000). Não se trata exclusivamente da inviabilidade das condições de existência, mas complementação das próprias práticas de reprodução (WOORTMANN, 1990). Dentre os que avaliaram o trabalho anterior, há os que argumentaram não estar satisfeitos devido às condições financeiras, a insuficiência do salário e aos contratos informais sem carteira assinada, realidade observada em outros estudos. Já antes de vir para Forquilha, os trabalhadores desenvolviam diferentes atividades, em que 39% estavam inseridos na agricultura, 16% no assalariamento do dendê e os demais em variadas funções.

Em se tratando da Forquilha como escolha, os entrevistados avaliam que o lugar é bom para emprego, alguns deles tinham familiares residentes na vila, e poder morar próximo ao trabalho é mais barato para viajar para visitar a família que reside em seu lugar de origem. Para os homens jovens, permanecer no Estado do Pará se explica segundo Mota (2005, p. 156):

Permanecer no próprio Estado indica uma necessidade de ficar próximo ao contexto social de origem e à própria família, se ausentando parcialmente de uma situação, mas não por completo. Significa uma preferência por uma permanência próxima ao que já se conhece, ao que dá segurança.

No entanto, a maioria (53%) não tem planos para permanência na Forquilha por não terem nenhuma perspectiva além do atual trabalho. Todavia, quem constituiu família é mais propenso à permanência (18%), assim como quem pretende investir (47%). Como visto, a maioria afirmou ter vontade de morar em outro lugar ou de voltar para seus lugares de origem.

A família é um elemento considerável nas decisões dos trabalhadores, assim como pontua Santos Júnior (2018, p. 396) quanto aos cortadores de cana-de-açúcar, em que “se transforma em eixo que orienta e ampara a trajetória [...]. Aliás, o mais das vezes, as ações decorrem de uma conjunção com as estratégias familiares”. Com os trabalhadores de Forquilha, também pude constatar, assim como o referido autor pontua, que se o trabalhador for solteiro ou tiver deixado família em seu lugar de morada de origem, a perspectiva de retorno aumenta.

3.3 Inserção no trabalho

No momento da pesquisa, em torno de 200 homens estavam em processo de recrutamento para trabalharem como temporários na Agropalma. A empresa anuncia quando quer contratar trabalhadores e um de seus representantes vai até a escola e pede para que professores ou gestores comuniquem a oportunidade ao maior número de pais e responsáveis das crianças por meio de bilhetes, além de divulgar na rádio. A triagem dos currículos e entrevistas são realizadas em uma das escolas de ensino fundamental. A estes postos de trabalho, candidatam-se tanto pessoas residentes na Forquilha como de outros lugares de morada. Essa é uma das formas de recrutamento de mão de obra, que também acontece por meio de indicações, como já explicitado.

Dos 51 entrevistados, 90% estão contratados com carteira assinada e o restante como temporários por experiência, o que influencia para que a permanência dos trabalhadores nas empresas seja cada vez menor, devido às contratações temporárias serem preferidas pelas empresas pelo menor custo, realidade vivida após a reforma trabalhista pela Lei n. 13.429/2017 que libera a terceirização e amplia o contrato temporário (KREIN, 2018). Dentre esses, 43% estão na empresa até um ano, 45% de dois a cinco e 12% de seis a oito anos. Em estudos no NEP, Mota, Balsadi e Mourão Júnior (2019) ponderam que, apesar de não ter registro estatístico correspondente, as culturas de oleaginosas têm grande importância, especialmente em se tratando de relações de trabalho formalizadas mais duradouras, porém que estas tendem a se transformarem em vínculos curtos devido à reforma trabalhista de 2017, em que se principia por meio de evidências de demissão de trabalhadores para readmissão por períodos menores.

Os entrevistados são assalariados em três empresas, a Biopalma da Amazônia (41%) a BBB (39%) e a Agropalma (20%). Dentre os entrevistados, 41% já trabalharam em mais de uma empresa do ramo de dendê ou foram contratados por ela mais de uma vez e os demais vieram de atividades na agricultura, comércio, construção civil, dentre outras. Os trabalhadores, em sua maioria, disseram não ter dificuldades para enfrentar as pesadas atividades nos campos de dendê por terem histórico de muito esforço nos trabalhos da roça. Sobre isso, Mota (2005,

p. 82).) afirma que “contratar trabalhadores originários da agricultura familiar significa dispor de uma força de trabalho que tem qualificações para o trabalho agrícola, diferentemente de trabalhadores que têm histórias de trabalho em outros setores da economia”. No entanto, trabalhadores que têm outras origens também afirmam ter bom desempenho, mesmo que em alguns momentos haja dificuldades pelo cansaço, mas que acostumaram e já não se lamentam como no início.

Quando questionados sobre a decisão em trabalhar na dendeicultura, 71% afirmaram não ter alternativa, pois era a oportunidade de emprego disponível ao quem tem instrução até o ensino fundamental, realidade observada em outros estudos (VIEIRA 2015; FERREIRA, 2016; NASCIMENTO, 2017; CAETANO, 2017; GOMES, 2018), 8% queriam ter conhecimento sobre as atividades com dendê e outros 21% apresentaram diferentes justificativas, como, por exemplo, a influência dos amigos e objetivos de galgar melhor posição dentro da empresa.

A maioria se sente satisfeita com o trabalho. A função desempenhada por eles é denominada rural palmar na Biopalma, serviços gerais e auxiliar de apoio agrícola na BBB e Agropalma. Este cargo diz respeito às atividades que exigem maior força de trabalho, como roçagem, carreamento, poda, colheita. Além destas, há outras funções mais restritas como auxiliar agrônomo, líder de equipe, operador de máquinas e motorista. Registrei em meu diário de campo uma conversa com um jovem agricultor que almejava assalariar-se como “safrista”²⁰ na Agropalma, a fim de ganhar recursos para seu casamento.

A empresa estava precisando de 70 homens para trabalhar na safra, na ‘geba’, este é um termo utilizado para quem trabalha como rural palmar, no corte, na safra, no pesado, na roçagem, no corte do coco. Foram os próprios peões que inventaram o termo, porque segundo eles, geba é mato, capoeira baixa, juquirá. (N. S., 27 anos).

A jornada de trabalho dos assalariados é diferente nas empresas. Na Biopalma é o sistema quatro por quatro, no qual trabalham quatro dias, das 6h às 18h, e folgam outros quatro dias. Na BBB e na Agropalma é das 6 às 15h30min. O tempo de deslocamento de casa até a empresa varia de quinze minutos a três horas, com 60% dos trabalhadores, gastando em média de 1 a 1h30min. As jornadas são decididas por meio da negociação com os sindicatos.

Das três empresas, a jornada de trabalho da Biopalma foi avaliada como a melhor, devido os quatro dias seguidos de folga. O tempo para ficar em casa com a família, sair com os amigos, descansar e resolver os problemas foram os pontos positivos mais citados. Dois trabalhadores disseram que “é ótimo, mais tempo para outras coisas, estudar, viajar, resolver problemas” (T. S., 22 anos) e “estou muito satisfeito, quatro dias de folga é bom, antes ia direto

²⁰ Na empresa Agropalma são contratados trabalhadores, chamados de safristas, temporariamente no período de safra do dendê.

até sábado, agora a gente pode resolver os problemas” (R. P., 53 anos). Todavia, há quem considere este sistema desvantajoso porque são muitas horas seguidas de trabalho pesado e eles chegam mais cansados e mais tarde em casa. Os operadores de máquina relataram sentir mais dores devido ao período maior em serviço, e o rural palmar por andar mais durante o dia, como afirmou o R. P. (53 anos), “quem está no trator é bom, mas quem vai atrás andando é muito ruim”.

Aqui o serviço é puxado, aqui até cãibra eu já senti. Tem dia que a gente anda até 22, 23km, e carregando peso, não pode parar, o trator vai e nós temos que ir atrás. O serviço é muito pesado, é tão pesado que se fichar²¹ 10 para nossa área se ficar 1 os outros não aguentam, o fiscal faz é dizer ‘para ficar nesse serviço só fica o cara que for bom, filhinho de papai, mimado nesse trabalho é que não fica’ porque não aguenta. (C. S., 31 anos).

Esses relatos são comuns para quem trabalha de 6h às 18h, principalmente para quem estiver realizando o carreamento²², uma das atividades que mais exige esforço físico. Embora boa parte tenha experiência em trabalhos pesados, estes trabalhadores sofrem com as dores devido à força demandada para depositar o cacho de dendê em cima do trator e pela distância percorrida durante o dia. Aqueles que se inserem pela primeira vez passam por mais dificuldades até que se adaptem. Muitos dos trabalhadores iniciam as atividades ainda no período da manhã e o fato de ter muita umidade facilita a ocorrência de cãibras, recorrentes no período de inverno. Além disso, em alguns plantios a área apresenta relevo e o trabalho se torna mais pesaroso e cansativo.

Quanto à satisfação com o trabalho, 69% dos entrevistados o entendem como satisfatório, bem como o salário. Porém 55% não consideram o salário adequado ao tipo de atividade desenvolvida, em razão do esforço e do desgaste físico. Sobre os ganhos salariais, os trabalhadores rurais relataram que são melhores quando a empresa paga por produção, mas somente a Agropalma e a Biopalma disponibilizam essa opção. É comum trabalharem muito para alcançar uma meta diária e até mesmo superá-la, pois quanto maior a colheita, maior o salário. Devido a isso, há trabalhadores que almejam sair de uma empresa para outra que tem essa opção.

Paralelo a admissão coletiva, ocorrem pedidos de demissão. No entanto, não ocorre como mostra o relato de E. S. (34 anos), “eu acho que a empresa está segurando os trabalhadores devido a multa que eles levaram com a queda da ponte e o problema da balsa”. Um dos trabalhadores que pediu demissão, argumentou sobre a situação e como se sentia.

21 Termo utilizado pelos trabalhadores para quem se assalaria com carteira assinada.

22 Um trabalhador acompanha o trator nas entrelinhas do plantio, depositando os cachos de dendê na caçamba que o acompanha.

Tem uns 80 [homens] que tem vontade de sair e a empresa não manda. Na maioria esses são os que moram só e querem ir embora. [...] Não querem mandar, eu acho até errado eles [a empresa] fazerem isso com a pessoa, porque eles ficam prendendo a gente e para mim eu acho errado isso de uma empresa. Eu trabalhei lá três anos tudo certinho nunca faltei e fiz tudo que eles queriam para chegar no dia e eu querer ir embora e era para eles pensarem... ele fez tudo certinho vou mandar ele ir ficar um tempo com a família dele e um dia se ele quiser ele volta... eu acho isso muito errado da empresa e não é só eu não, porque tem uns e outros pedindo para sair, tem gente que está parado já faz quatro cinco meses parado sem trabalhar sem fazer nada, eles preferem tá pagando, mas não manda. Eu acho errado isso, eu não sei se nas outras empresas tem isso, quando eu for embora daqui se eles continuarem como estão fazendo, eu vou procurar um advogado e perguntar se eles podem fazer isso que eles estão fazendo, eu acho que nem uma empresa tem o direito de fazer isso, tem 80 pessoas que querem ir embora e eles não deixam, alguns estão até seis meses sem trabalhar e elas estão paradas porque querem ir embora é gente do Maranhão, Castanhal, Belém. (C. S., 31 anos).

Uma das possíveis explicações, segundo os trabalhadores, era o tempo específico que a empresa tinha para demitir em massa que seria no início do ano. Questões relacionadas ao governo também foram apresentadas, “tinha muita gente fichado na empresa, depois que entrou a presidência do Michael Temer cortou benefícios da gente aí a maioria das pessoas pediram para sair, todo mundo foi embora para suas cidades, só da minha equipe mesmo que eu trabalhava saíram dez” (L. S., 27 anos), há quem acredite que, “depois do presidente Bolsonaro muitos saíram, perderam muitos benefícios” (R. P., 53 anos). Tal situação provavelmente está relacionada com a reforma trabalhista. Embora a decisão de sair do emprego seja realizada individualmente, “há alguma evidência de que esta tem sido uma estratégia praticada por um número significativo de trabalhadores, que pode ser tanto pedindo demissão ou simplesmente deixar de comparecer ao local de trabalho” (MENEZES; COVER, 2018, p. 83). Entretanto, no caso dos trabalhadores da Forquilha, não há o abandono do emprego, principalmente por não querer correr o risco de perder o direito ao seguro-desemprego. Devido a este motivo, eles preferem esperar a decisão da empresa.

Os trabalhadores (20%) que relataram não querer continuar na empresa apresentaram diversos motivos, dentre eles: estar cansado da atividade e ir para outro trabalho ou retornar ao seu lugar de origem. “Quero sair, já pedi faz um tempo, vou voltar para o meu lugar, já tenho um trabalho certo lá e melhor” (E. D., 23 anos), “quero que a empresa me mande embora, porque não aguento mais trabalhar de operador” (R. P., 53 anos). Pelos relatos pude perceber uma objeção da empresa em demitir, o que pode se assemelhar com a análise feita por Pochmann (2008), em que as demissões geradas pelos trabalhadores se mostram insignificantes no conjunto das rescisões contratuais, ou ainda que sob condições insatisfatórias no trabalho, a trajetória de saúde do trabalhador termina prejudicando-o, situação observada em Forquilha. Esses depoimentos estão ligados a desgaste físico, a busca por outro trabalho e o desejo de

voltar para perto da família. A oportunidade de trabalho nas proximidades de seus lugares de origem é levada em consideração pelos entrevistados que querem a demissão e voltar para casa (SANTOS JÚNIOR, 2018).

Ao mesmo tempo em que há os que desejam sair, há os que são demitidos. Quando isso acontece, essas pessoas, em sua maioria, são discriminadas, principalmente os que vieram de mais distantes, de outros Estados. Essa situação se assemelha em termos de avaliação, com que Mota (2005, p. 182) concluiu quanto aos que nunca trabalham, os quais “estão condenados à discriminação, principalmente porque a noção de trabalho está também pensada em oposição ao roubo, se apropriar do que não é seu”, palavras como essas foram pronunciadas por moradores antigos, referindo-se àqueles que vão à Forquilha e não permanecem no trabalho. Na opinião deles, estas são pessoas de má índole, e, dado o fato de não permanecerem no trabalho, eram vistos como preguiçosos. Um elemento que minimiza tal argumento é o estado civil: se for casado e tiver filhos, consideram ser pessoas melhores.

3.4 Afiliação sindical

Antes de assalariarem-se no dendê, uma pequena parcela (16%) dos trabalhadores entrevistados participavam de Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR)²³ e os 84% restantes não integravam nenhuma organização sindical. Isso leva a considerar um histórico de restrita participação sindical. O que possivelmente possa confirmar a aparente contradição, além do que os delegados²⁴ foram os que mais demonstraram ter conhecimento da organização sindical. Os próprios trabalhadores rurais questionam a respeito de si e da representação, ficando evidente o desconhecimento das bandeiras de luta do sindicato, bem como os benefícios adquiridos por meio dos acordos coletivos. Atualmente 78% estão afiliados aos Sindicatos de Empregados(as) Rurais (Sindter²⁵), distribuídos entre os Sindter de Tailândia e Tomé-Açu e 22% por algum motivo se desligaram ou nunca participaram do Sindter.

23 Historicamente os trabalhadores rurais estiveram organizados nos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) para ter seus direitos trabalhistas assegurados. Em suas dependências havia uma secretaria específica para os assalariados rurais. Desta forma os STTR tentavam atender todos os trabalhadores com carteira assinada ou mediante acordos informais variados, porém era insuficiente. e impulsionaram a necessidade de desmembramento da categoria, a partir de 2014, com a formação do Sindicato de Empregado (a) Rural (Sindter) com ares de novidade reveladas inclusive pela denominação que substitui a categoria “trabalhador” pela de “empregado”. O surgimento de mudanças na formação desses sindicatos no Pará é devido ao aumento dos recursos de mão de obra nas áreas agrícolas, as quais ocasionaram acréscimo no número de assalariados rurais (MONTEIRO, 2015).

24 Representante dos trabalhadores no sindicato.

25 Até o ano de 2018, havia registro de 14 sindicatos fundados, os quais abrangem 56 municípios, no estado do Pará. No âmbito da análise, está a expansão da dendeicultura, motivo pelo qual materializou-se a discussão do desmembramento e conseqüente criação da representação específica para os assalariados.

A apreciação por parte dos trabalhadores quanto aos Sindter é diferente, porque este depende do sindicato e da empresa nos quais estão inseridos. Com isso, os argumentos apresentam-se ora a favor, ora contra. Sobre a atuação dos sindicatos, há opiniões diferentes: 20% consideram de péssima a ruim, 55% relativamente boa e 25% acreditam ser excelente. Em geral, a satisfação em participar do sindicato é relativamente boa e 68% dos entrevistados afirmaram sentirem-se representados, por terem delegados sindicais dentro da empresa e podem reportar-se a eles quando necessário. No entanto, não veem que as ações do sindicato sejam eficientes, embora reconheçam que não têm muito conhecimento sobre a organização, exceto os trabalhadores eleitos delegados. Essas informações nos levam à identificação de contradição no discurso dos trabalhadores, porque não acreditam no sindicato, mas confirmam a atuação da representação na defesa dos direitos.

Não é novidade que os trabalhadores, em sua maioria, sempre tiveram receio quanto ao engajamento em organizações sindicais, como demonstrado também por Costa (2016), em que confirma que o receio do assalariado rural é forte quando se tem de reivindicar por melhores condições de trabalho, pois este teme a demissão ou persiste uma visão de dependência pelo assalariamento, no qual o empregado não pode se voltar contra o seu patrão. Como afirmam Rosa e Aquino (2019), esta, na verdade, trata-se de uma questão histórica de submissão do trabalhador ao mercado de trabalho.

Existe há tempos o conflito de o patrão não querer que o trabalhador se organize e o trabalhador não querer se organizar por medo do patrão, fruto do debate histórico de luta de classes. Na verdade, é visível o medo como limitação, o empregado receia em ir ao sindicato por pensar que, se a empresa descobrir, ele será perseguido e demitido, “[...] não participa do sindicato por medo de ser colocado para fora, quando um trabalhador se destaca falando muito e questionando, a empresa trata logo de intimidar e ele acaba saindo” (L. M., 23 anos).

Era perceptível esta situação quando solicitado ao trabalhador para comentá-la.

Porque tem muitas coisas erradas, nós trabalhamos no meio das palhas, é cortado e deixado no chão, nós passamos e pode acontecer um acidente, os espinhos são grandes, o sindicato era para falar sobre isso e eles não falam nada, porque se eu for falar eles vão me mandar, aí eu não quero perder meu emprego e tenho que ficar calado e fazer o que eles querem né. (G. M., 45 anos).

Depoimentos como esse, foram recorrentes, porque os trabalhadores achavam que o sindicato acatava mais aos pedidos das empresas do que os da categoria de representação, assim preferiam não se submeter à exposição. Porém, há os que têm conhecimento sobre a organização e defendem a atuação dela.

A empresa dava comida, mas era ruim. Eles tiraram a comida para aumentar o visa, e o sindicato conseguiu o aumento do visa. (J. O., 41 anos).

Eles brigam por produção, nos defende, faz convênio, união. Quando a empresa quer tirar benefícios do trabalhador, eles brigam. (A. S., 23 anos).

Eles estão em cima da empresa, mas ela tem muito advogado e nem sempre eles conseguem tudo. Se não fosse o sindicato muita coisa seria ruim para nós. (E. S., 29 anos).

Eles falam de um jeito que dá para entender. (L. M., 23 anos).

Eles representam a gente. Só o fato de te ajudarem a tirar a habilitação, já é uma coisa boa. O sindicato está ajudando muito os trabalhadores. (R. P., 53 anos).

Eles estão do nosso lado, fizeram muitas coisas por nós, inclusive conseguiram aumento no ticket de alimentação. (E. S., 34 anos).

Eles nos representam, porque a gente paga, qualquer coisa eles conversam pela gente. (F. P., 48 anos).

Se acontecer alguma coisa, sei que vão me ajudar. (M. G., 25 anos).

O sindicato tem diálogo com empresa, eles conseguem conversar bem com a empresa. A gente os pressiona e eles conseguem pressionar a empresa. A gente os sustenta e eles ajudam a empresa a sustentar a gente. (H. O., 20 anos).

As avaliações positivas e negativas eram equivalentes aos dois Sindter, porém o de Tailândia foi o que mais apresentou problemas, por conseguinte, a empresa na qual mais os trabalhadores questionam o quanto a organização é a Agropalma. “Os trabalhadores da Agropalma querem trazer o sindicato para empresa, mas a empresa não quer, os trabalhadores que são do sindicato que querem” (C. A., 23 anos). O esforço maior é da parte de quem tem conhecimento e reconhece a importância da representação sindical, porém há um número maior de quem não tem engajamento e sempre tem justificativas negativas para isso.

Um dos argumentos de insatisfação é a distância do Sindter, pois há muitos trabalhadores que moram na Forquilha, mas o sindicato localiza-se em Tailândia, e as fazendas em que esses trabalhadores desenvolvem suas atividades, em sua maioria, recebem poucas visitas dos integrantes do sindicato. Além disso, a empresa não mede esforços para desestruturar o sindicato, é o que explica um trabalhador:

A firma mandou para cada um, um papel para quem queria pagar o sindicato ou não e sem a presença deles [do sindicato]. Porque sem o sindicato o pouco que eles fazem, não vamos receber nem a metade do que devíamos receber. O sindicato se esforça muito, a empresa dificulta, mas eles estão lá em cima, o pouco que eles [sindicato] fazem se torna muito. (F. S., 33 anos).

Percebe-se que o momento tem sido difícil para essas organizações, em especial, a credibilidade da representação frente aos afiliados e as estratégias de enfraquecimento frente a empresa, que podem se acentuar através da reforma trabalhista (lei 13.467/17)²⁶, com a cláusula de não obrigatoriedade de pagamento do sindicato, e ao aumento de trabalhadores com contrato que não conseguem ser representados pelo Sindter. Apesar dos entraves ocasionados pelo distanciamento entre trabalhadores rurais e os sindicatos, das dificuldades impostas pelas agroindústrias de dendê, pelo desconhecimento da ação dos sindicatos pelos trabalhadores rurais e pela aprovação da nova reforma trabalhista, percebe-se que a filiação aos sindicatos ainda é alta, provavelmente por ser um dos poucos meios que o trabalhador rural tem para alcançar algum tipo de segurança no trabalho e os demais direitos.

26 A lei n. 13.467/2017 altera 201 pontos da CLT (ROSA; AQUINO, 2019), incluindo a não obrigatoriedade do pagamento de uma taxa mensal para o sindicato.

4 “UM CONHECIDO ESTRANHO”: RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE NA VILA FORQUILHA

De primeiro a gente se sentava aqui na calçada para bater papo, contar história, hoje não tem mais. Quando não estão na televisão, estão no celular, ninguém dá mais confiança a ninguém, não conversa mais com ninguém, está uma coisa totalmente esquisita. A gente conhece as pessoas, mas não sabe o ideal delas, não sabe da maneira que elas vivem porque não participa da convivência da gente, é um conhecido estranho. (R. S., 80 anos).

Neste capítulo, analiso as relações de sociabilidade entre os moradores da Forquilha. Para este fim, apresento uma tipologia sobre a interação com a percepção de cada um em relação ao outro, os lugares de convivência, os pontos de encontro das pessoas e os lugares considerados de preferência para cada um.

Os estudos sobre sociabilidade no Pará não trazem claramente as formas de interação entre diferentes tipos de residentes nos lugares de morada. Há pesquisas na área urbana, mas no meio rural – relacionado a trabalhadores assalariados – este tema é tratado pontualmente. Nas vilas rurais a sociabilidade é vivida de diferentes formas, sinalizada pelas relações de parentesco, vizinhança e de amizade, pela história e ocupação da terra, dos quais expressam relações materiais e simbólicas. Concernente às interações entre as pessoas que têm relação com a dendeicultura, destacam-se os estudos de Ribeiro (2016), Ribeiro, Mota e Alves (2017), Caetano (2017), Aquino Júnior (2019) e Sousa (2019), os quais indicam momentos vividos entre diferentes grupos que influem à sociabilidade.

Na Forquilha, as interações foram se modificando ao longo dos anos. No início de formação da vila, os primeiros habitantes (os “daqui”) tinham origem em comum e os vínculos sociais foram baseados nos laços familiares. O espaço considerado estranho, em primeiro momento, tornou-se em lugar de morada ao passo que esses moradores atribuíram valor a ele, porque “é cheio de significados e complexamente produzido” (MELO, 2010, p.34). Apropriados do lugar, os moradores se estabeleceram e intensificaram os vínculos sociais por meio dos laços, os quais são relações comuns entre as pessoas, seja em grupo ou individual, construindo redes, que é o laço estabelecido, exclusivo e sólido ou não.

Com a chegada da dendeicultura e de novos moradores, as relações sociais reconfiguram-se, pois os considerados “de fora”, que antes eram em menor proporção, agora ganham destaque com a chegada dos trabalhadores rurais migrantes de outros municípios do Pará e mesmo de outros estados do Brasil. Como consequência, têm-se interações marcadas pelas diferenças e laços com diversas intensidades. Assim, uso a afirmação de Wagley (1988, p. 121) para analisar “não se pode dizer que toda gente [...] tenha plena consciência de cada

uma dessas categorias”, ou seja, a distinção não é vista de igual modo entre as pessoas, mas fica evidente ao conversar com os mais antigos no lugar, por fazer comparação dos tempos passados da vila, e com alguns que residem há menos tempo (“de fora”) que se auto incluem nesta distinção.

4.1 Tipologia de interação

Como visto nos capítulos anteriores, para me referir aos moradores, recorri as denominações “daqui” e “de fora”. Para qualificá-los, recorri a Elias e Scotson (2000) e a Candido (2017). Na Tabela 2 demonstro os estabelecidos e *outsiders*, dois grupos, que estão unidos e separados por laços de tensão desiguais de interdependência (ELIAS; SCOTSON, 2000). Os estabelecidos têm uma identidade comum que a mobilizam para fundamentar o seu poder na pretensão de serem um modelo moral para os outros, eles se autopercebem como uma boa sociedade. Enquanto os *outsiders* são os que não fazem parte dela, ou seja, estão fora, apresentam laços menos intensos que os demais e não são vistos como constituintes daquele grupo social (NEIBURG, 2000).

As nomenclaturas atribuídas por Candido (2017) aos caipiras fazem referência ao morador transitório e ao permanente, os quais têm a vida e trabalho familiar determinados em função da natureza da ocupação da terra. O transitório era aquele que tinha uma relação consentida com a terra enquanto o permanente era o proprietário dela.

Tabela 2 – Tipos de moradores.

Tipos de morador	Nomeação de moradia	Permanência	Variável de agrupamento
“daqui” Estabelecidos	Casa própria	Estável	Tempo de residência
“de fora” <i>Outsiders</i>	Aluguel	Instável	Trabalho temporário/ município de origem

Fonte: Pesquisa de campo da autora (2019). Nota: elaborado a partir da nomenclatura de Candido (2017, p. 73) e Elias e Scotson (2000).

Na tipologia que delinee, defini três tipos de interação entre os moradores na vila Forquilha. Cada um possui grau maior ou menor de interatividade, no qual exercem influência mútua e podem ser estímulo um do outro por meio da cooperação, colaboração ou assimilação (no caso dos “de fora”), direta ou indiretamente.

Os lugares de interação são onde os moradores socializam-se. Seja uma simples conversa, um jogo no campo de futebol da vila ou apenas tomar um café no final do dia, em que não há exclusividade de um e outro, mas preferência para determinados lugares públicos e no trabalho. A participação em eventos diz respeito ao comparecimento em festas, aniversários, reuniões, missas/cultos, comércio de produtos e mutirões.

A sociabilidade, frutos dessas interações, tem influência de características pessoais, ligados à personalidade e às experiências de cada indivíduo ao longo de sua vida, assim como de elementos externos atribuídos à realidade da vida em sociedade. Esta, como ato de associar-se (CETRULO NETO, 1999), e de estar com o outro, exerce influência em cada indivíduo a partir das relações estabelecidas. A sociabilidade está diretamente relacionada a isso, e como veremos nas características de cada tipo de interação, há diferenças determinantes para que ela aconteça em menor ou maior proporção. Simmel (1983) afirma que a sociabilidade se torna mais difícil ao passo que os indivíduos apresentam maior dessemelhança.

4.1.1 Interação entre os moradores “daqui”

A partir da consolidação da vila, a interação predominante era entre os “daqui”, que inicialmente eram transitórios, mas que se fixaram quando passaram a ser proprietários. Ainda que chegassem pessoas novas, os laços continuavam fortes, uma vez que eram parentes, amigos e tinham origem comum. Assim, havia confiança entre essas pessoas que se solidarizam umas com as outras pela reciprocidade. “Os membros do grupo das ‘famílias antigas’ ligavam-se entre si por laços de intimidade emocional, que incluíam antigas amizades e velhas aversões” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 39). O sentimento de satisfação dessa convivência é guardado na memória e aflorava quase sempre no diálogo com os mais antigos.

[Sobre o que sentia falta de antes]. É o que eu falei, essa amizade que todo mundo conhecia todo mundo, se encontrava, conversava, hoje não, já não é todo mundo, a maioria é daqueles mais antigos, que alguns já morreram, os filhos não são os mesmos, já são outras pessoas, outras ideias. [...] As amizades que a gente criou juntos, agora com essa evolução a gente se afasta uns sai para Belém outros para Tomé-Açu... sentimos falta daquela pessoa. Esses dias mesmo estava conversando com um amigo que mora lá no Ipitinga, e começamos a relembrar nossa infância e chegou a correr lágrimas nos olhos, foram bons momentos né. (M. S., 71 anos).

Em diálogo com outros moradores “daqui” foi possível identificar similaridades no discurso, eles guardam a lembrança das antigas pessoas e da convivência boa com elas, esses fragmentos de memórias (ALENCAR, 2010) trazem uma idealização do passado e auxiliam na compreensão do momento atual, uma vez que há um ponto de partida para comparação do antes e depois. Esses moradores, viviam em grupos sociais menores e os caracterizavam como comunidade, e nela “existem relações mais próximas e completas” (CETRULO NETO, 1999, p.22). Viviam em proximidade física e existia a cooperação, como alguns deles relataram, a qual tinha função de unir as pessoas nos mutirões e nos eventos lúdico religiosos, demonstrado por Candido (2017) na sociedade caipira e por Lima e Alencar (2001) nos povoados do Médio Solimões. Era a sociabilidade vinculada ao sentimento de pertencer a localidade, como afirma Candido (2017).

Os moradores entrevistados, apesar de relatarem mudanças no espaço, no tempo e no comportamento das pessoas, ainda têm boa convivência, mas reconhecem que as formas de se relacionar também sofreram mudanças ao longo dos anos. A conversa na rua, por exemplo, praticada por 16 % dos moradores, foi uma das mais frequentes formas de interação vividas em outro tempo que já não é tão exercitada hoje, pelo medo de sair de casa, pela violência, pelos amigos mais antigos que faleceram e devido ao perfil dos novos moradores: “ antes a gente conhecia todo mundo, hoje não sabemos quem é quem”.

Antigamente conhecia todo mundo, hoje não conheço mais por conta do desenvolvimento, pessoas que vêm de muitos lugares. A convivência é mais com as pessoas que já eram daqui. As pessoas daqui são conhecidas, as de fora nem tanto. (H. N., 48 anos).

As pessoas se distanciaram, como chegou mais pessoas, as amizades foram sendo modificadas, hoje temos desconfianças. (M. O., 38 anos).

Os motivos pelos quais os “daqui” justificam essa mudança é o desenvolvimento econômico na vila com a chegada de grandes empreendimentos do agronegócio e a conseqüente alteração na quantidade de pessoas “de fora”. Relatou-se desconfiança por desconhecer quem seriam essas pessoas novas no lugar de morada.

Entrevistados dizem que a expansão da dendeicultura exerceu influência nas formas de sociabilidade pela redução da prática de mutirões e aumento do assalariamento. Brandenburg (2010) afirma que quando há uma modernização da sociedade e ela impõe seu ritmo e seu padrão de vida ao campo, as condições de vida das pessoas desse lugar se redefinem. Para o autor, essa mudança causa uma reorganização da vida social no campo, assim como constatado por Candido (2017) e Queiroz (1973). As antigas formas de sociabilidade, festas tradicionais e relações de vizinhança tendem a perder espaço devido à desintegração da vida comunitária (BRANDEMBURG, 2010), mas persistem em Forquilha.

Historicamente, as festas de padroeiras têm reunido as pessoas das vilas rurais, seja em menor ou maior proporção. Em Forquilha, o festejo de Nossa Senhora da Conceição é realizado no mês de dezembro e é um momento esperado pelos moradores “daqui” para rever as pessoas de outras vilas e confraternizarem-se. Segundo eles, o ponto de encontro é na igreja e é um dos momentos de maior interação entre eles, dos quais 97% afirmaram ser assíduos em missas/cultos. Os eventos das escolas, a exemplo do desfile e participação na banda de percussão são exclusivos para esses moradores. Já em aniversários, 74% participam ou realizam as festas, mas limitadas às pessoas de seu convívio e mesma condição, “daqui”.

Nos finais de semana, os moradores que estão há mais tempo se reúnem em suas casas (45%) e nas de amigos também “daqui”. Quando têm sítios, o destino são os igarapés (26%),

de preferência os mais reservados e particulares. Para eles, com a chegada de novos moradores, os espaços de lazer não são mais os mesmos e eles optam por não os frequentar devido ao aumento de uso de bebida alcoólica e sons automotivos. No entanto, esse argumento é dos idosos e daqueles que possuem família. Esses, por sua vez, relacionam-se em suas casas e ao se verem na rua, por meio da conversa e nas igrejas. Já os mais jovens se encontram nos espaços públicos, na igreja, e aos fins de semana se encontram na casa de amigos e na rua principal, quase sempre em motocicletas.

4.1.2 Interação entre os moradores “de fora”

O segundo tipo de interação é entre os moradores “de fora”, os quais, em sua maioria, têm uma trajetória de migração e busca por condições melhores de vida em diversos lugares de morada. É um evento novo para alguns e repetitivo para outros. Porém uma característica é comum entre eles, os lugares de morada são provisórios para a maioria e a permanência é transitória. Sobre isso, Menezes e Cover (2018) afirmam que apesar desses aspectos, é necessário levar em consideração o tempo para que as pessoas conheçam os códigos que guiam os comportamentos e as expressões de linguagem. Essa é uma das dificuldades enfrentadas por moradores “de fora” para relacionarem-se com os “daqui”, e talvez seja uma das causas que contribui para serem vistos como diferentes no lugar de morada como registrou Elias e Scotson (2000) no seu estudo em outro contexto. Por eles passarem por muitos lugares durante suas vidas, há dificuldade de assimilação²⁷ e acabam em relações dependentes do trabalho.

A interação é condicionada porque os laços são diferenciados. Há grupos mais fechados e com estreita relação, mas também há os que apresentam receio de relacionarem-se até mesmo com outros que estão na sua própria condição. O que influencia na interação dos trabalhadores são as relações preexistentes e aquelas tecidas no trabalho.

Identifiquei núcleos familiares e de amigos conforme a origem, como é o caso dos trabalhadores oriundos de Bragança, Bujarú e Mãe do Rio. Por ter essas relações de proximidade, tentam morar juntos, há solidariedade e ajuda mútua entre eles. Não obstante, têm diferentes compreensões sobre as formas de ver a convivência.

Quando se referiam à sociabilidade na Forquilha, faziam menção a seus lugares de origem, pois lá as relações eram, quase sempre, familiares e fortes. Para aqueles de lugares diferentes, a condição em comum cria, ao mesmo tempo, uma confiança e solidariedades por

27 Processo social de ajustamento pelo qual indivíduo ou grupos diferentes tornam-se semelhantes (OLIVEIRA, 2001),

compartilharem da mesma situação de vida em lugar estranho ao seu. Desta forma a reciprocidade é correspondida entre eles.

O trabalho na mesma empresa é uma forma de agrupamento, mesmo quando não há origem comum. A convivência estende-se até as suas quitinetes e ambientes comuns frequentados por eles. Observações em outras áreas de cultivo de dendê indicam semelhanças com os entrevistados “de fora”:

Alguns trabalhadores contratados formaram laços sociais com trabalhadores permanentes, geralmente baseados em locais de origem compartilhados, mas outros eram bastante isolados. Seu principal contato social fora do grupo de trabalho era nas lojas informais administradas pelos moradores das plantações, onde compravam comida e carregavam seus telefones celulares. (LI, 2014, p. 6, tradução minha).

Na Forquilha não é muito diferente do que Li (2014) demonstra. Há os trabalhadores que preferem ficar isolados e pouco socializam com outras pessoas, sendo o trabalho o momento de maior convivência para alguns. Em algumas quitinetes há união entre os trabalhadores, uns são mais desinibidos que os outros e facilitam a convivência com os demais.

Um dos lugares mais citados de convivência para esses moradores são os bares e botecos (75%), as quitinetes (82%) e o próprio local de trabalho, nos quais a conversa é um dos meios para que haja interação. A maior parte do dia é no serviço e quando chegam descansam com os colegas. Eles se reúnem nas folgas e durante a noite quando chegam do trabalho, e gostam de confraternizarem-se aos finais de semana com churrasco e bebida alcoólica ao som de músicas de suas preferências, ou vão ao bar. Tal prática, porém, é mais perceptível entre os solteiros.

Em alguns casos, a amizade é intensa e eles se organizam para lanchar e, às vezes, até almoçar juntos na empresa quando cada um leva um alimento e lá compartilham. Para alguns deles a amizade é que torna o trabalho na dendeicultura mais agradável e até ameniza a fadiga. Dezesesseis por cento deles se conheceram antes daquele emprego, 65 % foram indicados por quem se empregou primeiro ou são amigos deles, assim as redes de sociabilidade tendem a aumentar e ganhar proporção. Este fato tem a ver com as redes de interconhecimento, no qual Mota (2005, p. 242) afirma que elas “têm um papel fundamental porque facilita a escolha dos colegas com os quais o sentido lúdico da interação vai ser vivenciado no dia a dia do trabalho”. A cooperação entre eles, antes e durante as atividades na empresa torna possível a sociabilidade e o estreitamento dos laços, esses momentos são prazerosos e facilitam o desempenho no trabalho.

Com os trabalhos no Platô de Neópolis, Mota (2005) confirmou que, na realização do trabalho, as motivações para que as atividades sejam bem executadas se cruzam com o desejo de satisfação das pessoas em fazerem coisas juntas, anseio entusiasmado pelos tipos de

interação que são mais ou menos desejáveis. Ela observou que “nem sempre uma profunda relação de amizade implica desejo de realizar tarefas conjuntamente, como pode ser observado em situações de campo em que grandes amigos nos finais de semana preferiam trabalhar separado para evitar possíveis discordâncias” (MOTA, 2005, p. 212). Porém, em minha pesquisa na Forquilha, pude constatar que acontece o contrário, pois os trabalhadores mais amigos no trabalho são os que mais se encontram para o lazer.

Quando se trata da sociabilidade nos espaços de morada, as quitinetes, as principais formas são jogos clássicos como baralho, dominó e dama, paralelos aos momentos de brincadeiras, citada por 39% dos entrevistados. A conversa aparece como conteúdo importante, seja no trabalho, em casa, ou em qualquer outro lugar de interação. Baechler (1995) sugeriu que talvez o fenômeno mais típico da sociabilidade fosse a conversação, no qual estaria presente o fato de sentir-se satisfeito com a interação.

Em algumas quitinetes é comum os moradores “de fora” prepararem um local para os encontros. Em duas delas trata-se de uma árvore sob a qual são improvisados alguns assentos, este ponto serve para prosearem, contarem histórias, tomarem uma bebida, escutarem músicas e disputarem seus jogos clássicos, com horário fixo todos os dias. Eles têm a prática de fazer comida, em especial pipoca e café, para celebrar o momento.

Outro fator importante para a sociabilidade é o estado civil. Quarenta e um por cento dos entrevistados afirmam que os solteiros tendem a se agrupar mais com os solteiros e, os casados, em sua maioria, ficam em casa quando chegam do trabalho, principalmente quando têm filhos pequenos. Os homens vão trabalhar e as mulheres ficam em casa com as crianças, algumas se relacionam, mas um trabalhador afirmou que há casos de conflitos entre elas, por discussões relacionadas à privacidade e ciúmes, como ocorreu na quitinete em que ele reside.

Nas quitinetes, os trabalhadores solteiros também recebem visitas de outras pessoas em seus quartos, na grande maioria são trabalhadores também “de fora”, mas há a presença de mulheres “daqui”. Já onde predominam trabalhadores casados, a convivência é mais restrita. Silva, M. (2011) constatou com os trabalhadores de cana-de-açúcar que o quarto não era apenas o local de dormir, mas também de convívio.

Identifiquei essa situação marcante em uma das quitinetes. Ali, dos 16 quartos, apenas um não era de trabalhador assalariado no dendê e cinco não tinham companheiras e filhos. Nesse lugar, a interação era restrita entre aquelas pessoas com seus vínculos, seus espaços de convivência, os quais eram em frente das casas, e havia uma barraca construída por eles para os jogos clássicos e almoço nos finais de semana. As regras eram estabelecidas principalmente para o cuidado dos filhos, os jogos eram livres, mas quando se reuniam para conversar e beber,

havia limite de tempo e barulho, por se tratar de um local com predominância de casados. A localização da quitinete, afastada de outras casas, facilitou certo isolamento pois esta era a 150 metros da rua principal e no fundo de uma fazenda. Além disso, na entrada havia um portão grande que poderia ser fechado, tornando o lugar mais reservado.

A condição financeira das famílias parecia não ser muito favorável e havia um fogão a carvão usado comunitariamente. As crianças brincavam em frente a suas casas todos os dias, mas não se afastavam porque seus pais consideravam o lugar perigoso, sendo a interação restrita àquele espaço.

Há pouca participação (37%) dos “de fora” nos eventos particulares, com destaque às festas e aos aniversários que só eventualmente ocorrem pelo limitado contato que têm. A explicação para isso é a ausência de redes familiares que promovam as festas. As interações no novo lugar de morada não são irrestritas, além disso, a prática de realização de aniversários é mais percebida em relação aos moradores “daqui”, que, ao confraternizarem-se, encontram-se em ambientes reservados e limitados aos antigos moradores, e aos familiares.

Somente 29% dos “de fora” vão à igreja nos dias de programação fixas de acordo com cada instituição. Para o campo de futebol, 55 % frequentam todos os dias e 65% vão à casa de amigos. Sobre o jogo de futebol, eles acreditam ter diferença entre os campos, há o principal com gramado, e nele já houve situações constrangedoras, como relatam os moradores.

As pessoas deveriam tratar melhor as outras e ter direitos iguais para quem é de fora e daqui, no futebol os outros tratam mal os que vem de longe e fazem brincadeira, principalmente com os maranhenses. (M. S., 25 anos).

Eu não me sinto muito bem em frequentar campo lá atrás, eu fui lá um dia e tinha muita gente jogando e uns na beira do campo, ficaram todos me olhando estranho, como se eu fosse um ladrão, eu pensei, eu vou embora. Não conheço ninguém. Eu sou novato e não fico me sentindo muito bem. (J. R., 25 anos).

Esses relatos refletem o sentimento de não ser incluído em um espaço por suas condições de ser “de fora”. Vale ressaltar que frequentar esses lugares comuns de moradores “daqui” é um processo contínuo de insistência para fazer parte daquele grupo, o que se percebe é que tanto os “de fora” que frequentam o espaço há mais tempo como os que chegaram recentemente se sentem constrangidos e utilizam do agrupamento de amigos na mesma condição para visitar os campos de futebol que mais se adéquam às suas limitações.

Os trabalhadores “de fora” que moram em quitinetes não têm o sentimento de serem bem tratados em Forquilha, assim como aqueles que fixaram residência há mais tempo por não conseguirem estabelecer relações fortes para se sentirem confortáveis.

Nas ruas mais afastadas da vila, em diálogo com a esposa de um trabalhador, ela relatou que apesar de ter casa própria, os filhos nascidos ali e morar há mais de dez anos, eles não se sentem parte da Forquilha e a convivência é com pessoas “de fora”.

Portanto, as relações são mais intensas entre os que pertencem a um mesmo grupo:

Eu conheço mais o pessoal que trabalha comigo, convivem mais comigo, vivemos mais tempo juntos. (C. C., 20 anos).

Conheço mais pessoas da empresa, mas convivo com estas pessoas dentro da empresa, não possuo uma relação de amizade fora do local de trabalho, a única pessoa com quem tenho proximidade é meu parente que mora na Forquilha, mas se resume a alguns poucos almoços nos fins de semana. (J. S., 41 anos).

Aqui é legal, eu me entroso mais com o pessoal da empresa, é tipo uma família e com os meus sogros e cunhados que são do Maranhão também. (E. S., 27 anos).

A ideia exposta pelos depoimentos pode ter relação com o que Elias e Scotson (2000) observaram com os estabelecidos e *outsiders*. Os autores apontam que o desenvolvimento de um grupo determina as suas características e estrutura. No caso dos “de fora” também há diferença na coesão de seu grupo, o que pode explicar a dificuldade de integrarem-se aos “daqui”, pois aqueles ligam-se por laços ora fracos ora fortes e estes são ligados entre si por uma rede de interação e laços mais fortes, características intrínsecas ao tempo de convívio.

4.1.3 Interação entre os moradores “daqui” e “os de fora”

O terceiro tipo de interação é entre os moradores “daqui” e os “de fora”, marcada pela desconfiança, pouco entrosamento e aproximação limitada e, por conseguinte, reciprocidade não correspondida o que dificulta a interação. Quando acontece de não haver ação recíproca, o estranhamento aparece e influi a resistência ou desconfiança no ato de associarem-se. Há moradores “daqui” convictos da ideia de que os moradores “de fora” são concorrentes de emprego, e questionam o motivo das empresas os contratarem. Neste caso, há semelhança com a situação analisada por Elias e Scotson (2000, p. 167), em outro contexto, no qual os autores afirmam que: “não se pode excluir a possibilidade de que, no começo, quando se construíram novas casas na vizinhança, os trabalhadores estabelecidos também tenham achado que os recém-chegados seriam concorrentes potencial pelo o emprego e que por isso não tenham gostado deles”

É importante frisar que, nas entrevistas, os “de fora” sempre faziam menção à sua posição no seu lugar de origem, colocando-se na condição de morador mais antigo lá. Ou seja, ao sair em busca de trabalho migram não só de espaço físico, mas também da posição social ocupada no lugar de morada.

O discurso sobre conhecer ou não as pessoas na Forquilha, por vezes, se assemelha entre os dois tipos de moradores, em que mais de 80% deles afirmaram que se conheciam. No entanto, quando se aprofunda a questão, há grandes diferenças. As pessoas se conhecem no seu próprio grupo e o conhecimento entre os dois tipos é superficial.

Por vezes, acontecia o que Elias e Scotson (2000) relataram sobre os *outsiders*, os quais não eram estranhos somente em relação aos mais antigos, mas entre eles, os recém-chegados.

Antes todo mundo se conhecia, hoje não sabe quem é. Hoje tem mais desconhecido do que aqueles que a gente conhece. (P. G., 28 anos).

A convivência é boa, mas entre os que já moravam aqui na Forquilha. As pessoas de fora pouco sabemos quem são elas. (C., 39 anos).

Conheço de vista, aqui não tem muito disso de se avizinhar com outro. (G. M., 45 anos).

Normalmente convivo com estas pessoas dentro da empresa, não possuo uma relação de amizade (J. S., 41 anos).

Há pouca interação entre os “daqui” e os “de fora”. O argumento dos moradores “daqui” para que essa convivência não ocorra, além de outras já citadas, é o fato de os trabalhadores não serem vistos com frequência por passarem a maior parte do dia nas empresas e, em suas folgas, ficarem em casa e pouco saírem para o lazer. Quando uma pessoa demonstrava ter conhecimento de todos os moradores, na maioria das vezes, era dono de empreendimento, um jovem que visita diversos lugares na vila ou um “de fora” que reside há mais de cinco anos na Forquilha.

Para 32% dos entrevistados, os “de fora” são vistos como não merecedores de confiança, “as pessoas antigas a gente confia, os novos não são confiáveis” (J. E., 43 anos), porque são avaliados como desordeiros e indisciplinados, como pessoas que cometeram ou cometem algum tipo de irregularidade. Elias e Scotson (2000, p. 22) relataram algo semelhante, “o grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo *outsider* as características ‘ruins’ de sua porção ‘pior’”. Um morador antigo fez comparação com a parábola do trigo e do joio, da Bíblia Sagrada, em que o trigo era representativo dos moradores “daqui”, e o joio os “de fora”:

até aí todo mundo conhecia todo mundo, não tinha joio só era trigo, aí começou a aglomerar, veio gente de outras regiões, depois apareceu as empresas, apareceu gente de todo canto, aí o joio veio mais que o trigo, não só chocou totalmente porque já tinha trigo plantado aqui. (M. S., 71 anos).

A partir da observação do morador “daqui” é possível compreender que a interação é propensa a ser mais difícil se existirem ideias preconcebidas a respeito de determinado grupo, assim a sociabilidade entre eles não apresenta qualidade, ainda que ocorra minimamente em

algum momento. A relação não se dá de forma plena, também observado em outro contexto por Fernandes (2018).

Na concepção dos “daqui”, os “de fora” trouxeram o desenvolvimento, melhoria no movimento do comércio, mas junto vieram os problemas sociais e de infraestrutura. Há quem avalie (68%) os “de fora” como pessoas corajosas e batalhadoras por saírem em busca de sustento: “Saem de lá porque não têm nada, são pessoas corajosas” (J. E., 43 anos), mas ponderam que também vieram pessoas “ruins”. Por vezes, as observações positivas a respeito dos “de fora” ameniza o problema no distanciamento entre os moradores, ainda que estes sejam vistos como potenciais clientes para comerciantes, é uma forma de demonstrar minimamente uma aproximação para interagir com eles.

Para os “de fora” (54%), os que moram há mais tempo são vistos como pessoas tranquilas e boas. “Acho que são gente boa, tratam a gente bem, são hospitaleiros, não é tão ruim como os boatos das pessoas” (E. S., 29 anos). É possível observar moradores “de fora” que vivem há mais tempo na vila, apresentando argumentos positivos em relação aos “daqui”, considerando-os pessoas de confiança, humildes e que os tratam bem. No entanto, há quem diga que esses moradores não demonstram interesse em conhecer os “de fora”. Esta parcela que avalia dessa forma são trabalhadores que chegaram recentemente na vila e ainda não estabeleceram contato mínimo com os que ali já residiam.

Outro ponto é sobre a condição financeira das pessoas. Como 39% dos entrevistados descreveram, estes saíram de seus lugares por necessidade. Os moradores mais antigos comentaram que os mais recentes são pessoas muito necessitadas e se veem em melhor posição social do que eles. Wagley (1988) afirma que os fatores econômicos e sociais definem a posição social e a designação de classe, mas é importante ressaltar que dentro de uma mesma classe social pode haver posições sociais diferentes, com pessoas mais e menos necessitadas. Cumpre frisar, entretanto, que essa condição não é somente vista entre os “de fora”, os “daqui” também, por vezes se enquadram nela. Tal fato, deste modo, não pode ser visto como impeditivo para interação.

A partir desse ângulo é possível observar o que Elias e Scotson (2000) constataram, que os *outsiders* não compreendiam muito bem o porquê de serem vistos de forma diferente pelos estabelecidos, uma vez que os viam como pessoas iguais a eles, ora semelhante, em Forquilha. Outro ponto é o fato de os antigos (“daqui”) só conseguirem explicar com sentimentos imediatos da sensação de ser integrante da parte superior da vizinhança.

Sobre eles se sentirem bem ou não em relação ao outro, a resposta varia entre os tipos de moradores. A maioria (57%) dos “daqui” sente-se bem quanto aos “de fora”, mas também relatavam justificativas que demonstravam desconfianças.

Me sinto relativamente satisfeito, tem muitas pessoas bacanas, mas tem muita gente ruim. As pessoas bacanas são as que vem com a família. (J. F., 44 anos).
Eu me sinto mais ou menos porque não conheço, me sinto com medo dos homens, tem muito homem enxerido mexendo com a gente. (T. S., 15 anos).

Mais ou menos, vem muito homem, não me traz segurança. Uns são solteiros, já ouvi relatos deles invadirem as casas. Eles andam na rua e fazem psi, chamando nomes pejorativos e não são legais. (C. E., 21 anos).

Já os “de fora”, apresentavam variadas opiniões sobre se sentir bem em relação aos moradores que já residiam no lugar. A maioria (54%) sentia-se bem quanto aos “daqui” e avaliavam como pessoas boas, e em algumas vezes apresentavam justificativas parciais.

Me sinto bem, mas meus amigos são da empresa. (A. R., 25 anos).

Me sinto bem, mas conheço poucas pessoas que não sejam da empresa e de fora. (M. S., 22 anos).

Há também os que se sentiam estranhos, desconfiados, aqueles que eram tranquilos e os que se sentiam sozinhos, adaptando-se ao novo lugar de morada. Há quem não sabia dizer o porquê de não conviverem com os mais antigos e, em raras exceções, os que se sentiam como moradores mais antigos (6%). Estes últimos são os que têm maior tempo de serviço e de estadia na Forquilha e fixaram residência com suas famílias.

Não me sinto bem, porque não tenho ninguém, não tenho contato com essas pessoas que moram aqui. (C. S., 31 anos).

São pessoas boas, mas me sinto estranho. (A. S., 23 anos).

Não sei, porque não conheço eles, não sou de sair de casa. Falo mais com as pessoas da vila [quitinete] e não da rua. (L. B., 29 anos).

Estranho, porque não levo ideia com ninguém daqui, porque conheço e convivo mais com o pessoal do serviço. (G. C., 22 anos).

Estranho também, assim que a gente chega, olham estranho, eles falam ‘nossa mais estranhos, mais gente nova’. (M. A., 38 anos).

O sentimento de estar bem ou não com o outro, como mostro nos depoimentos, é uma forma de perceber que, de ambas as partes, há motivos para que a interação seja influenciada negativamente. A sociabilidade torna-se superficial se em ambos os moradores existir algum tipo de resistência, seja por uma ideia de que um é melhor do que outro, seja pela condição de ser mais antigo ou recém-chegado ou ainda por sentimentos, o que dificulta laços mais fortes ligados intimamente entre si.

A interação entre ambos os moradores acontece de forma diferenciada a depender do quanto estão próximos um do outro. Há lugares nos quais é possível minimamente que eles interajam: os supermercados, onde todos frequentam sem nenhuma restrição ou sentimento de exclusão; os grandes eventos das igrejas, apesar de ser preferível dos moradores “daqui” para encontrar as pessoas, é um dos lugares em que mais ocorre a sociabilidade, por meio das missas e celebrações aos finais de semana e os evangélicos nos cultos diários e eventos mensais. Os mais jovens “daqui” gostam dos campos de futebol, mas não frequentam como os “de fora” e preferem a quadra de esporte da escola, já “os de fora” frequentam diariamente os campos improvisados e o de gramado. No entanto, a interação entre eles acontece, mesmo que em menor intensidade, somente em termos de participação no jogo.

Em parte, o convívio é condicionado às situações impeditivas, como por exemplo, os “daqui” acreditarem que, se os seus jovens frequentarem os mesmos lugares, serão influenciados negativamente por quem é “de fora”, em vista das opiniões críticas sobre eles. Depoimentos sobre essas atribuições ruins eram frequentes. Elias e Scotson (2000) narraram situação parecida quando os estabelecidos argumentavam ser os jovens influenciados, “contaminados” por quem chegava de fora.

A satisfação que cada um extrai da participação no carisma do grupo compensa o sacrifício da satisfação pessoal decorrente da submissão às normas grupais. Costumeiramente, os membros dos grupos *outsiders* são tidos como não observantes dessas normas e restrições. O contato mais íntimo com eles, portanto, é sentido como desagradável. Evitar qualquer contato social mais estreito com os membros do grupo *outsider* tem todas as características emocionais do que, num outro contexto, aprendeu-se a chamar de ‘medo de poluição’. Como os *outsiders* são tidos como anômicos, o contato íntimo com eles faz pairar sobre os membros do grupo estabelecido a ameaça de uma ‘infecção anômica’: esses membros podem ficar sob a suspeita de estarem rompendo as normas e tabus de seu grupo; a rigor, estariam rompendo essas normas pela simples associação com membros do grupo *outsider*. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 26).

Isto posto, as explicações do que consideram ser um e outro servem como justificativas para a rejeição ao convívio pleno. As amizades e as redes de sociabilidade são mais fortes entre cada tipo de morador específico, mas são frágeis entre os dois. Assim, a sociabilidade é maior e os laços estreitados entre os “de fora”, não se estabelecendo solidamente entre ambos os moradores.

Diferente de outros estudos, a sociabilidade na rua não acontece com frequência e só é percebida em lugares em que há um núcleo maior de pessoas que se conhecem. Ao contrário do que identificou Mota (2005), na Forquilha, a rua não é um lugar de convivência e sociabilidade. Pouco se vê pessoas nas ruas conversando. À tarde há movimentação de motocicletas na rua principal e os “daqui” e os “de fora” conversam em frente às casas, porém

cada um em seu círculo específico de conhecidos. Ao visitar os espaços na vila, observei crianças brincando em uma rua, mas, geralmente, o movimento é reduzido e as casas estão fechadas no final da tarde. Os “daqui” (26%) entrevistados que mais interagem com os “de fora” são donos de empreendimentos, principalmente quitinetes, vizinhos próximos, ou familiares e amigos deles, mas a interação acontece pontualmente. Com os “de fora” não é diferente, apenas 12% afirmaram ter bom convívio e interagir sempre, isso porque são trabalhadores residentes na vila há mais de sete anos.

A interação no lazer quase sempre estava atrelada aos igarapés e aos momentos em bares e botecos. Apesar de ambos os moradores afirmarem ser um programa de maior preferência pelos “de fora”, há 51% dos “daqui” que também confirmaram ser este um possível local para interação.

Estudos nos espaços rurais identificaram que as relações de sociabilidade podem ser facilmente estabelecidas nos espaços de lazer, porém é necessário que os moradores estejam em convívio e participando de atividades conjuntamente, conforme afirma Almeida (2011). A partir dos estudos é possível observar também que o lazer sempre foi um instrumento válido para que a sociabilidade fosse fluída e recíproca, mas como Fernandes (2018) afere, a vida social fica afetada quando não há esses instrumentos lúdicos, como é o caso de Forquilha.

4.2 Semelhanças e diferenças entre as interações dos tipos de moradores

Na maioria das vezes, os moradores entrevistados apresentam alguma semelhança, como origem de famílias agricultoras e residência em comunidades. No entanto, essa semelhança pesa pouco quando comparada à condição de ter vindo de outro lugar para residir onde há moradores mais antigos estabelecidos e com relações estreitadas por laços fortes. As diferenças, por sua vez, são muitas e influenciam nos laços de interação. Cetrulo Neto (1999) alerta sobre essas diferenças, ao pontuar que, quanto mais profundas elas forem entre as pessoas, menor chance haverá para a sociabilidade entre elas acontecer.

O padrão de interações entre os três tipos nos mostra que os moradores apresentam características intrínsecas no ato da sociação, no qual, quanto mais semelhanças os moradores apresentarem, maior sociabilidade haverá e mais fortes e estreitados os laços serão.

Em se tratando dos tipos de interação, o que os diferencia é a forma de participação dos entrevistados de cada tipo na vida social. Moraes Filho (1983, p. 23-24) enfatiza que "tanto mais rica é a participação do indivíduo na vida social, tanto maior o número de círculos sociais a que pertença, quanto mais forte é a sua independência, quanto mais nítida se destaca a sua personalidade", e quanto mais sociável ele se torna. Como argumenta Baechler (1995, p. 78),

“se já é difícil reunir dados empíricos sobre as relações de um único indivíduo, mais difícil o será no imenso emaranhado de vínculos criados entre um conjunto de indivíduos”.

A relação entre os dois tipos de moradores é fragilizada devido às inúmeras limitações ocasionadas pelo distanciamento social, pouca participação de um na vida do outro, da ideia preconcebida de que as pessoas “de fora” são difíceis para se socializarem e que os “daqui” os vêm com superioridade. Tanto os “daqui” como os “de fora” sugerem seguir o afastamento para evitar problemas. Há estranhamento de ambas as partes.

Os moradores “daqui” exercitam a sociabilidade pelo grau de conhecimento que um tem do outro, confiança, similaridade na origem e tempo de moradia. Já os “de fora”, se identificam pela condição de migrantes e de residências próximas, pela identificação no trabalho e pelo reconhecimento de estarem na mesma condição em que tendem a viver situações semelhantes em um novo lugar de morada.

Os lugares de encontro mais frequentados pelos dois tipos de moradores são os igarapés, campo de futebol, bares e botecos, os quais mais de 70% dos participantes afirmaram frequentar. O lugar menos frequentado é a praça e, apesar de a periodicidade ser considerada regular para ambos os moradores, a prática foi observada com menos frequência para os “de fora” (47%).

Para ambos os moradores, a convivência está associada aos lugares de lazer e há limitação quanto a isso na Forquilha. No entanto, é preciso levar em consideração o fato de que tanto um quanto o outro frequentam esses espaços, porém interagem mais com aqueles que já conhecem ou estão em condições semelhantes, ser ou não da vila.

Outro ponto é que os “de fora”, em sua maioria (69%), visitam os campos de futebol, e os “daqui”, ainda que frequentem, apresentam preferências e, por vezes, não se trata do mesmo local. A ida aos igarapés se assemelha entre eles, porém a visita aos amigos é maior entre os “de fora”, o que pode ser explicado pelas relações tecidas no trabalho e estendem-se para além da empresa.

Na concepção de um morador mais antigo, os “daqui” convivem mais em “ambiente fechado, já as pessoas que chegaram são mais livres e andam e se encontram mais. Os de fora ficam à vontade” (J. F., 44 anos). Já a opinião de um morador “de fora” sobre a situação é contrária: “devido ao momento atual, é difícil sair para prostrar, os antigos é que fazem ainda” (M. B., 34 anos). Em qualquer um desses espaços, a conversa é o ingrediente central.

Ficar em casa com a família não se restringe aos “daqui”. Os moradores mais recentes que têm filhos também optam por isso, exceto quando recebem o salário e aproveitam para levar a família ao restaurante e à praça para lanchar e tomar sorvete.

Do mesmo modo que Mota (2005), também observei a diferença na preferência de lugares e de comum acesso. Dois espaços foram citados como preferenciais dos moradores “de fora”: o campo de futebol e os bares, nos quais o movimento se dá todo fim de semana. Segundo eles e os donos desses estabelecimentos, no fim do mês a quantidade é bem maior devido ao pagamento.

É consenso entre os dois tipos de moradores que a igreja é lugar de maior interação entre os “daqui”. No entanto, os “de fora” que frequentam a igreja, argumentaram ter melhor convívio após a participação nas reuniões religiosas, pois esta organização permite conhecer melhor as pessoas. Os que não têm hábito de ir às programações (71%), justificam pelo fato de não se sentirem bem, porque acham que os antigos são “esnobes e metidos a rico”.

Como vimos, é perceptível a fluidez da interação entre um mesmo tipo de morador, mas entre os diferentes tipos, é mais difícil. Essas diferenças são causa da impraticabilidade da sociabilidade, de acordo com Cetrulo Neto (1999). O autor pontua que, justamente por se tratar de grupos diferentes em que a coesão não é forte, cada tipo de morador corresponde a uma comunidade, as quais estão mais ligadas entre si. Quando se trata de ambos, se torna o que ele chama de um grupo mais amplo, uma sociedade. Portanto, entre grupos diferentes é mais difícil que ocorra uma relação recíproca sem que haja diferenças intrínsecas à relação superficial, principalmente se ambos os moradores deixam as dessemelhanças se sobressaírem.

5 CONCLUSÕES

Nesta dissertação identifiquei e analisei as transformações no lugar de morada e nas relações de sociabilidade sob a condição do afluxo de novas pessoas para trabalhar como assalariadas na dendeicultura na vila Forquilha em Tomé-Açu, PA.

Para tanto, caracterizei o lugar de morada e os moradores, levando em consideração o antes e o depois do cultivo de dendê e da chegada de pessoas para trabalhar como assalariadas; as suas inserções no trabalho; e as relações de sociabilidade entre antigos e novos residentes.

Para alcançar o meu objetivo geral, entrevistei 46 moradores antigos e 51 recentes. Identifiquei que trabalhadores com diferentes origens ocupacionais (rurais e urbanos) se inseriram no assalariamento na dendeicultura. Independentemente do tipo de relação que tenham com a atividade dendeicultora, todos foram influenciados em diferentes proporções pelas transformações.

A vila Forquilha teve sua formação marcada pela migração de pessoas em busca de trabalho e terra, em sua maioria, nordestinos, mas também de outros municípios do Pará. Até 2008, os fluxos migratórios eram para trabalhos na agricultura, principalmente nos cultivos de pimenta-do-reino. A partir de 2010, migrantes chegam para trabalhar na dendeicultura. As transformações incidem na expansão territorial da vila e de cultivos nos seus arredores. Assim, o número de casas aumentou para abrigar os recém chegados e a vila passou a ter mais ruas, apresentando nova configuração na morfologia.

As formas de morar das pessoas apresentaram variações, ou seja, maior diversificação dos tipos de moradia e a ocupação de novos espaços, com muitas casas novas e bem estruturadas, resultante da estreita relação com a renda, a qual apresentou melhorias. Os ramais, pontes e as ruas tiveram uma pequena mudança, enquanto a rodovia foi asfaltada.

Levando em conta os depoimentos, o aumento da renda foi um dos pontos mais destacados, pela dinamização do mercado e circulação de dinheiro. As pessoas passaram a ter melhores condições financeiras, não apenas pelo assalariamento no dendê, mas devido ao aumento de estabelecimentos comerciais. As transformações entre o antes e o depois da dendeicultura também foram significativas nas infraestruturas. São prestados serviços públicos e privados, quais sejam, escolas, igrejas, fornecimento de energia elétrica, supermercado, internet e farmácia.

Grosso modo, coexistem classificações para denominar os antigos residentes como os “daqui” e os recentes residentes como “de fora”. Os primeiros, associados ao povoamento inicial da vila e os segundos decorrentes do fluxo migratório sob atração da dendeicultura.

Dentre os moradores “daqui” e “de fora” entrevistados, constatei diferenças na faixa etária e no estado civil, com estes últimos sendo mais jovens e predominantemente solteiros. Constatei diferenças na localização das suas residências. Os moradores mais antigos estão situados na rua principal e adjacentes a ela, já os moradores recentes estão nas ruas mais distantes, lugares em que a maioria das quitinetes está localizada. Quanto à essas diferenças, concluí que são vistas como demarcadoras das diferenças entre os diferentes tipos de morador. Ademais, a maioria dos trabalhadores “de fora” não consideram a Forquilha como local de morada permanente e afirmam estar na vila de passagem. Permanecer é uma condição relacionada ao emprego, ou seja, em caso de demissão, eles retornariam aos seus lugares de origem ou migrariam para outros em busca de trabalho.

Concernente às pessoas que chegam para trabalhar, são homens jovens que, em sua maioria, migraram mais de uma vez na vida, chegando a deslocarem-se até sete vezes em busca de trabalho. Grande parte ingressou no assalariamento pela primeira vez por meio da dendeicultura. As empresas que os assalariam são Biopalma da Amazônia, BBB e Agropalma, tendo na indicação de amigos e parentes os principais meios para entrar nas empresas.

O elevado número de trabalhadores assalariados na dendeicultura contribuiu para o surgimento de uma representação sindical específica para a categoria, os Sindter que, até 2018 somavam 14 instituições com abrangência em 56 municípios no Pará. Esta representação contribuiu na conquista e na garantia de direitos. Apesar de haver questionamentos quanto à atuação da instituição, a maioria dos trabalhadores está afiliada e distribuída entre os Sindter de Tailândia e de Tomé-Açu.

Em Forquilha, a sociabilidade sofreu mudanças com a chegada de novos residentes. Em decorrência disso, há diferentes tipos de interação influenciadas, grosso modo, pela inserção das pessoas na vila. Identifiquei três tipos de interação, demarcadas pelos lugares de residências, trabalho e espaços frequentados que influenciam para o estabelecimento de semelhanças e diferenças. Mediante tal constatação, é possível concluir que a sociabilidade se torna difícil pelas diferenças (SIMMEL, 1983).

O primeiro tipo de interação é a que se dá entre moradores mais antigos, marcada pela condição de serem do lugar e apresentarem passado comum. A sociabilidade evidencia-se no maior convívio vinculado ao sentimento de pertencer à Forquilha. Esses moradores sempre traziam a idealização do passado como tempo da boa sociabilidade pelas conversas na rua.

Apesar da conversa ter sido um dos elementos da sociabilidade que mais sofreu influência, ainda é utilizada, seja na igreja, seja em sua própria casa ou na de amigos, principais pontos de encontro deles.

O segundo tipo dá-se entre os moradores mais recentes, marcada pela condição de serem migrantes, pelo trabalho em comum e pelas residências próximas. A identificação é mútua no que tange à condição de pessoas saídas dos seus lugares de origem em busca de trabalho e inseridas em uma vida, de certo modo, “separada”. Era perceptível entre eles a lembrança da sociabilidade em seus lugares de origem em contraste com a interação na Forquilha que, além de restrita, é tolhida pelo sentimento de discriminação. Estes residentes são influenciados pelas relações tecidas no trabalho ou estabelecidas previamente entre aqueles com origem comum. Constatei que o trabalho é fundamental para o agrupamento e a convivência. Por vezes, a convivência inicia-se no trabalho e estende-se aos lugares comuns como quitinetes, bares, campo de futebol e a casas de amigos. Em todos eles, a conversa é elemento fundamental para a interação.

O terceiro tipo é a interação entre os moradores “daqui” e os “de fora”, marcada pelo raro convívio, fragilidade causada pelas diferenças, desconfiança e pouca reciprocidade na interação. Identifiquei que tanto um como o outro afirmava conhecer as pessoas, porém concluí que o reconhecimento era somente entre cada tipo específico e que entre eles havia muitas diferenças entendidas como impeditivas ao convívio. Por conseguinte, há pouca interação e muitos estranhamentos. Assim, são em locais públicos que ambos os moradores frequentam como supermercado, igrejas, bares e campos de futebol. Percebi que a sociabilidade é mais fácil de acontecer entre diferentes tipos de moradores quando “os de fora” são os que estão há mais tempo na vila.

Constatei, nas três interações, características específicas ao se relacionarem e quanto mais semelhanças houver mais estreitados serão os laços. Pude inferir que o distanciamento social ocasiona estranhamento de ambas as partes e limitação na interação.

A instabilidade da permanência exerce influência nas relações de sociabilidade entre os “daqui” e os “de fora” e os estimula a construir imagens do outro para justificar as suas recusas em se relacionar.

Considerei difícil estudar as transformações e relações de sociabilidade na vila Forquilha a partir do afluxo de pessoas para trabalhar na dendeicultura, dado que a compreensão dos elementos que dão sentido à interação requer atenção à dinâmica de sociabilidade de cada tipo de morador e entre eles. Do mesmo modo que Elias e Scotson (2000) identificaram, concluí que em Forquilha há dois grupos presos na armadilha de uma configuração que eles não

criaram, mas que os direcionou para as tensões e situações específicas. Desta forma, avalio que o que acontece em Forquilha não se trata apenas de um processo de problemas sociais e de infraestruturas locais por consequência da instalação de empresas produtoras de *commodities*, mas um problema sociológico presente na mobilidade social e nas relações de sociabilidade fragilizadas.

Constatei que a vila Forquilha não sofreu influência apenas da proximidade de plantios de dendê e das sedes das empresas, mas também do afluxo de pessoas para se assalariar. Desta forma, respondi à pergunta de pesquisa e confirmei a hipótese, em que a dendeicultura provoca alterações nos lugares de morada, seja pelo assalariamento da mão de obra local, seja pela atração de trabalhadores de outros lugares. Tais eventos causaram transformações não apenas nas relações de trabalho, mas na estrutura da vila e no estabelecimento de novas interações.

Por fim, espero que estas análises ajudem na compreensão das transformações nos lugares de morada sob influência da dendeicultura e que incentivem novos estudos quanto às interações entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo de modernização no campo.

REFERÊNCIAS

- ABRAPALMA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE ÓLEO DE PALMA. **Retrospecto e projeções da palma de óleo no Brasil 2018 – 2019**. 2. ed. Abrapalma: Belém, dez, 2018, 15 p. Disponível em: http://www.abrapalma.org/pt/wp-content/uploads/2018/12/Resumo_Relatorio_2018-2.pdf. Acesso em: 14 fev. 2019.
- ALENCAR, A. L. H. **Estilo de vida e sociabilidade**: relações entre espaço, percepções e práticas de lazer na sociedade contemporânea. Um estudo de caso em Gravatá, Pernambuco. 2007. 221 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2007.
- ALENCAR, E. F. **Memórias de Mamirauá**. Belém: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2010. 278p.
- ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro?. **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p.87- 112, 2000.
- ALMEIDA, A. P. Uma análise sobre sociabilidade, cotidiano e vizinhança em um bairro popular de João Pessoa-PB. Ponto Urbe [Online]. **Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 9, 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/287>. Acesso em: 28 ago. 2019.
- ALMEIDA, F. C.; SANTOS, D. J. R.; LIMA, J. J. F. A formação da imagem e da paisagem urbana do município de Tomé-Açu: uma análise do núcleo urbano de Quatro Bocas. **Paisagens Híbridas**, v. 1, n. 2, p. 54-73. 2018.
- ALVES, K. S.; MOTA, D. M. Trabalho familiar ou assalariamento? Dilema de jovens em comunidades rurais. **Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n. 1, p. 163-180, jun. 2013.
- ANDRADE, E. T.; CARVALHO, S. R. G.; SOUZA, L. F. Programa do Proálcool e o etanol no Brasil. **Engevista**, v. 11, n. 2, p. 127-136, 2009.
- APPOLINÁRIO, F. As dimensões da pesquisa. In: APPOLINÁRIO, F (Ed.). **Metodologia da Ciência**: Filosofia e prática da pesquisa. 2.ed.-São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006, p.59-71.
- AQUINO JÚNIOR, P. O. C. **Campesinato e agronegócio do dendê no ramal do cravo (Acará/Pa)**: disputas em torno da terra e futuro. 2019. 213 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido, Belém, 2019.
- AUGÉ, M. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas SP: Papyrus, 1994.
- BACKHOUSE, M. **A desapropriação sustentável da Amazônia**. O caso de investimentos em dendê no Pará, Fair Fuels? Working Paper 6, Berlin, p. 32, 2013.

- BACKHOUSE, M.; LEHMANN, R. New 'renewable' frontiers: contested palm oil plantations and wind energy projects in Brazil and Mexico. **Journal of Land Use Science**, 15: 2-3, p. 1-16, 2019.
- BAECHLER, J. Grupos e sociabilidade. In: BOUDON, R (Dir.). **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995, p. 65-106.
- BARRAL, S. Palm Oil Plantations and Deproletarianization in Indonesia. **Etudes rurales**, v. 190, n. 2, p. 63-75, julho. 2012.
- BASTOS, T. X.; MULLER, A. A.; PACHECO, N. A.; SAMPAIO, S. M. N.; ASSAD, E. D.; MARQUES, A. F. S. Zoneamento de riscos climáticos para a cultura do dendezeiro no estado do Pará. **Revista Brasileira de Agrometeorologia**, v. 9, n. 3, p. 564-570, 2001.
- BECKER, B. K. Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da palma de óleo (Dendê)? Confins [online]. **Revue franco-brésilienne de géographie**, n. 10, p. 2-17, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/6609>. Acesso em: 28 jan. 2019.
- BECKER, B. K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, C (Org). **Fronteiras**. Brasília/Paris: UNB, Orstom, 1988. p. 60-90.
- BECKER, H. S. **Observação social e estudos de caso sociais**. Métodos de Pesquisa em ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1994. p.117-135.
- BENDINI, M.; STEIMBREGER, N. Trabajo predial y extrapredial en áreas de vulnerabilidad social y ambiental de Argentina. In: RIELLA, A.; MASCHERONI, P (Comp.). **Asalariados rurales en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2015. p. 147-163.
- BIOPALMA. **Relatório de Sustentabilidade 2015**. 52p. Disponível em: <https://www.biopalma.com.br/pdf/relatorio-sustentabilidade-2015.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2020.
- BOURDIEU, P. A Casa Kabyle ou o mundo às avessas. **Cadernos de Campo (São Paulo, 1991)**, v. 8, n. 8, p. 147-159, 1999.
- BOURDIEU, P. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, P (Ed). **O poder simbólico**. Rio de Janeiro/Lisboa: Diefel, 1989. p. 107-132.
- BRANDÃO, F.; SCHONEVELD, G. **The state of oil palm development in the Brazilian Amazon**: Trends, value chain dynamics, and business models. Bogor, Indonesia: CIFOR, 2015. 54p. (Working Paper, 198).
- BRANDÃO, F.; SCHONEVELD, G.; PACHECO, P. Integração da agricultura familiar à cadeia da palma de óleo na Amazônia Brasileira: análise e recomendações. **Infobrief**, Bogor, n. 207, p. 1-6, mar. 2018.
- BRANDEMBURG, A. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente & Sociedade**, v. 13, n. 2, 2010, p. 417-428.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado**. Nº 110, de 2005. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/73113>. Acesso em: 07 mai. 2020.

BRITO, A. E. A.; DIAS, I. E. G. **Impactos socioambientais presentes nas comunidades ao entorno de uma agroindústria de óleo de palma**: estudo de caso na comunidade vila dos Palmares no município de Tailândia-PA (2005-2010). 29 f. Especialização (MBA em gestão empresarial, pública e com pessoas) -Instituto de Estudos Superiores da Amazônia, Belém, 2011.

BRUMER, A.; ROSENFELD, C. L.; HOLZMANN, L.; SANTOS, T. S. dos. A elaboração do projeto de pesquisa em Ciências Sociais. In: GUAZZELLI, C. A.; PINTO, C. R. J. B. (Org.). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 125-147.

BUTLER, R. A; LAURANCE, W. F. Is oil palm the next emerging threat to the Amazon? **Tropical Conservation Science**, v. 2, n. 1, p. 1–10, 2009.

CAETANO, M. C. **A organização do trabalho familiar sob a influência do cultivo do dendê na comunidade Santa Maria / Tomé-Açu – Pará**.2017. 127 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2017.

CALDAS, B. B. **A relação entre a produção familiar e a grande empresa capitalista na produção de dendê na região do Baixo Tocantins**. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Ciências Sociais Aplicada, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida. 12. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul; São Paulo: Edusp, 2017. 336p.

CÁNOVAS, A. P. Trabajadores y agriculturas mediterráneas en la globalización. In: **Regiones, Suplemento de Antropología**. Mexico: [s.n.]. p. 16–20. 2012.

CARDOSO, A. A.; MACHADO, C. de M. D.; PEREIRA, E. A. Biocombustível, o mito do combustível limpo. **Química nova na escola**, v. 28, [s.n]. p. 9-14, maio. 2008.

CARVALHO, A. C. A.; NAHUM, J. S. Dendeicultura e migração em Tomé-Açu (Pará): o caso da vila Forquilha. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 5, n. 16, p. 1-23, 2019.

CARVALHO, A.C. A. de. **As metamorfoses do trabalho e no espaço a partir da dendeicultura em Tomé-Açu (PA)**: estudo de caso na vila Forquilha. 2016. 117f. Dissertação (Mestrado em geografia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2016.

CASTRO, M. A. C. **Inclusão social: realidade ou discurso?** agricultores familiares integrados à agroindústria do dendê no Alto Moju, Nordeste Paraense. 2018. 187 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém.2018.

CAVALCANTI, J. B.; MORAES, A. D. de.; FEITOSA, R. S. Trabalhadores rurais e as novas condições de trabalho no Vale do São Francisco, Nordeste do Brasil. In: RIELLA, A.; MASCHERONI, P (Comp.). **Asalariados rurales en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2015. p. 41-79.

CAVALCANTI, J. S. B.; BENDINI, M. I. Globalization and change in labor relations in fruit regions of Brazil and Argentina. In: BONANNO, A.; CAVALCANTI, J. S. B. (Org.). **Research in Rural Sociology and Development**. Ed. Bingley - UK: Emerald Group Publishing Limited, v. 1, n. 20, 2014. p. 3-32.

CAVALCANTI, J. S. B.; BENDINI, M. I.; MOTA, D. M.; STEIMBREGER, N. G. Regiões agrícolas, mercado de trabalho e migrações: novas áreas produtivas de frutas, casos do Brasil e da Argentina. In: CONGRESO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. [Ponencias completas]. Buenos Aires: ALASRU, 2006.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: ed. 3ª. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998. 176p.

CETRULO NETO, F. Simmel: sociabilidade e sociedade moderna. In: D'INCAO, M. A (Org). **Sociabilidade**: espaço e sociedade. São Paulo: Grupo Editores, 1999. p. 15-33.

CHAVES, G. P. **Camponeses, agrotóxicos e agroindústria de dendê no Estado do Pará**: um estudo a partir de São Vicente. 2016. 103 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém. 2016.

CORDEIRO, I. M. C. C.; ARBAGE, M. J. C.; SCHWARTZ, G. Nordeste do Pará: configuração atual e aspectos identitários. In: CORDEIRO, I. M. C. C.; RANGEL-VASCONCELOS, L. G.T.; SCHWARTZ, G.; OLIVEIRA, F. A. **Nordeste Paraense**: panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias. Belém: EDUFRA, 2017. p. 19-58.

CÓRDOBA, D.; JUEN, L.; SELFA, T.; PEREDO, A. M.; MONTAG, L. A.; SOMBRA, D.; PÉRSIO, M. P. D. “Understanding local perceptions of the impacts of large-scale oil palm plantations on ecosystem services in the Brazilian Amazon”. **Forest Policy and Economics**, Amsterdã, v. 109, 2019, p. 1-11.

COSTA, S. S. de S. **“Sindicato é pra quem entende” (des)igualdade de gênero no sindicalismo dos empregados rurais de Moju– Pará**. 2016. 108 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2016.

DEEPASK.2020. **O mundo e as cidades através de gráficos e mapas**. 2020. Disponível em :<http://www.deepask.com/goes?page=tome-acu/PA-Confira-a-taxa-de-homicidios-no-seu-municipio>. Acesso em: 26 ago. 2020.

DOMÍNGUEZ, A. Trabajo, capital y campesinado en américa latina. In: WIZNIEWSKY, C. R. F.; MOURAD, L. A. de F. A (Orgs). **Educação, memória e resistência popular na formação social da América Latina**. Porto Alegre: Evangraf, 2016. p. 66-77.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. 224p.

ERTZOGUE, M.; BUSQUETS, M. «El agua es de la gente, no de Belo Monte». Represas y pérdida de redes de sociabilidad entre las poblaciones afectadas, representadas en arpilleras amazónicas. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 30, p. 109-131, June, 2019.

ESCOBAR, A. **Territorios de diferencia**: lugar, movimientos, vida, redes. RESTREPO, E. (tradução). Popayán: Enviñon Editores, 2010. 47p.

FAOSTAT – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION CORPORATE STATISTICAL DATABASE. **Países líderes na produção de dendê no mundo**. 2020. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/en/#data/QC/visualize>. Acesso em: 05 mai. 2020.

FAPESPA – FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS. **Boletim Agropecuário do estado do Pará 2017**. Belém, PA. 2017. 92p.

FAPESPA – FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS. **Estatísticas Municipais Paraenses**: Tomé-Açu. Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. – Belém, 2016.58p.

FÉLIX, G. Circulación y superexplotación del Trabajo. **Sociología del trabajo**, n. 92, p. 87-105, 2018.

FERNANDES, P. H. C. A vida social e a sociabilidade na pequena cidade de Nova Tebas (PR). **Geografia em Questão**, v. 11, n. 01. p. 131-146, 2018.

FERREIRA, V. A. **As influências socioeconômicas e ambientais da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local do Baixo Tocantins**. 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2016.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3.ed.-Porto Alegre: Artmed, 2009. 405p.

FLOHRSCUTZ, G. **Análise econômica de estabelecimentos rurais no município de Tomé Açu, Pará**: um estudo de caso. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1983.60p. (Documento,19).

FRAZÃO, D. A. C.; HOMMA, A. K.O.; ISHISUKA, Y.; MENEZES, A. J. E. A.; MATOS, G. B.; ROCHA, A. C. P. N. Indicadores tecnológicos, econômicos e sociais em comunidades de pequenos agricultores de Tomé-Açu, PA. **Embrapa Amazônia Oriental-Documentos (INFOTECA-E)**, 2005. 80 p.

FROES, L. T. M. Tecendo caminhos, ocupações e percepções. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 37, n. 1, p. 39-53, 2017.

GEMAQUE, A. M. S. **Análise dos fatores socioeconômicos de uma comunidade rural produtora de dendê em Moju, Pará, Brasil**. 2015. 75 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Universidade do Estado do Pará, Belém, 2015.

GERMAN, L.; SCHONEVELD, G. C.; PACHECO, P. The social and environmental impacts of biofuel feedstock cultivation: evidence from multi-site research in the forest frontier. **Ecology and Society**, v. 16, n. 3, 2011.

GOMES, C. L. **Lazer, trabalho e educação-relações históricas, questões contemporâneas.** – 2.ed. ver. e ampl. -Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 151p.

GOMES, D. L. **Os limites da inclusão social: agricultores integrados às agroindústrias de dendê no Pará. 2018.** 135 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2018.

GONÇALVES, I. L. M. P. **“A gente tem uma vida lá fora...”:** relações entre gestão de recursos humanos e sociabilidade das pessoas empregadas nos supermercados da Região Metropolitana de Belém. 2009. 432f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2009.

GUANAIS, J. B. As implicações da migração temporária para as comunidades de origem dos cortadores de cana. In: TEIXEIRA, P. E.; BRAGA, A. M. C.; BAENINGER, R. (Orgs.). **Migrações:** implicações passadas, presentes e futuras. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 209-232.

GUEDES, A.C.F. **Adesão das famílias camponesas à produção da palma de óleo nos municípios de Moju e Concórdia do Pará:** Estratégia de parceira das empresas Agropalma e Biopalma. 2014. 131f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2014.

HASTREITER, M. A.; VILLATORE, M. A. C. O fluxo de capital e de mão de obra na economia global: a relação entre a mobilidade dos fatores produtivos e a legislação trabalhista. **Revista Opinião Jurídica (Fortaleza)**, v. 10, n. 14, p. 319-335, 2012.

HEREDIA, B. M. A. de. **A Morada da vida:** trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Edição [on-line]: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. 150p.

HERRERA, J. A.; SANTOS, F. O.; CAVALCANTE, M. M. de A. Permanência na Comunidade Cilo Bananal em Vitória do Xingu, Pará: um estudo a partir do lugar. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p.282-308, Dossiê, 2018.

HOMMA, A. K. O. Cronologia do cultivo do dendezeiro na Amazônia. **Embrapa Amazônia Oriental-Documentos (INFOTECA-E)**, 2016a. 52p.

HOMMA, A. K. O. **A imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola.** Brasília, DF: Embrapa, 2016b, 260p.

HOMMA, A. K. O.; VILWOCK, A. P. S.; MORAES, A. J. G.; MENEZES, A. J. E. A. Pequenos Produtores de Tomé-Açu e Viseu, Pará: da “Agricultura de Toco” a SAFS, Uma Mudança Possível?. In: **57° SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 29 de julho a 01 de agosto de 2018, Campinas – SP. Anais...Unicamp, 2018.

HOMMA, A.; FURLAN JÚNIOR, J. Desenvolvimento da dendeicultura na Amazônia: cronologia. In: MÜLLER, A. A.; FURLAN JÚNIOR, J. (Orgs.). **O agronegócio do dendê:** uma alternativa social, econômica e ambiental para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Belém: Embrapa CPATU, 2001. p. 193–207.

HOMMA, A.; VIEIRA, I. Colóquio sobre Dendezeiro: Prioridades de pesquisa econômicas, sociais e ambientais na Amazônia, **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, v. 8, n. 15, p. 79-90, 2012.

HOSTOS, E. M. **Tratado de sociologia**. Edición digital basada en la de Madrid. Alicante :Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2010, 282p. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmc1n8k9>. Acesso em: 17 nov. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informativo PNAD Contínua - Educação 2016**. 2016a, 12p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatísticas/novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=17274>. Acesso em: 20 mai. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção agrícola municipal**. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/pesquisa/15/11863>. Acesso em: 16 dez. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira** - Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016b. 146p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tomé-Açu (PA). Panorama Geral**. 2020a Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/tome-acu/panorama>. Acesso em: 03 jan. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tomé-Açu (PA). Censo Agropecuário**. 2020b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/tome-acu/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 06 ago. 2020.

INSTITUTO PEABIRU. **Relatório Monitoramento do Plano de Desenvolvimento da vila dos Palmares**. Programa Dendê Ano V. Projeto Agenda 21 na vila dos Palmares, v.5, julho, 2016. 49p.

JEZEER, R.; SLINGERLAND, MA.; LAAN, C. V. D.; PASIECZNIK, N. Improving smallholder inclusiveness in palm oil production – a global review. In: JEZEER, R.; PASIECZNIK, N. (Orgs.). **Exploring inclusive palm oil production**. Tropenbos International: Wageningen, the Netherlands. 2019. p. vi-xx. (ETFRN News, 59).

KAMARA, M.; WIJNBERGEN, M. V. Inclusive palm oil development in Sierra Leone. In: ROSALIEN, J.; PASIECZNIK, N. (Orgs.). **Exploring inclusive palm oil production**. Tropenbos International: Wageningen, the Netherlands. 2019. p. 129-136. (ETFRN News, 59).

KREIN, J. D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo social**, v. 30, n. 1, p. 77-104, 2018.

LARA FLORES, S M. El trabajo en la agricultura: un recuento sobre América Latina. In: DE LA GARZA, E (Coord.). **Teorías sociales y estudios del trabajo: nuevos enfoques**, v. 24, p. 323, 2006.

- LARA FLORES, S. M. Movilidad y migración de familias jornaleras: Una mirada a través de genealogías. Empiria. **Revista de Metodología de Ciencias Sociales**, n. 19, enero-junio, 2010, p. 183-203.
- LEME, M. S. Bairros rurais paulistas. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 13, n. 3, p.158-160, Sept.1973. Resenha Bibliográfica. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v13n3/v13n3a16.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2018.
- LI, T. M. **Social impacts of oil palm in Indonesia**: a gendered perspective from West Kalimantan. Bogor: CIFOR, 2015. (Occasional paper, n. 124).
- LI, T. M. **The gendered dynamics of Indonesia's Oil Palm labour regime**. Singapore: Asia Research Institute, 2014. (Working Paper Series, n. 225).
- LIMA, D. M.; ALENCAR, E. F. A lembrança da História: memória social, ambiente e identidade na várzea do Médio Solimões. **Iusotopie**, v. 8, n. 1, p. 27-48, 2001.
- LIZARAZO, R. P. Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho. **Revista Nera**, n. 36, p. 58-81, 2017.
- MACEDO, C. O.; SOUSA, R. B. Novos projetos, velhas práticas: os impasses entre agricultura camponesa e agronegócio do dendê em terras amazônicas. **Tempos Históricos**, v. 19, n. 1. p. 302-331, 2015.
- MACHADO, C. E. Identidade e Lugar: Reações identitárias frente à expansão do agronegócio no Oeste Paulista. **Percursos**, v. 1, n. 1, agosto. 2015.
- MANN, P. H. Etapas básicas da investigação sociológica. In: MANN, P. H (Org). **Métodos de investigação sociológica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 40-61.
- MARIN, R. E. A. Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX. **Paper do NAEA**, v.170, n. 1, p. 1-24, maio. 2004.
- MARTINS, V. S. **Lugar da morada**: a constituição do lugar de viver de famílias rurais no contexto de assentamentos da reforma agrária. 2009.235 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.
- MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **O Selo Combustível Social**. Brasília, 2014. Disponível em: [http://portal.mda.gov.br/portal/sa f/programas/biodiesel/2286313](http://portal.mda.gov.br/portal/sa%20f/programas/biodiesel/2286313). Acesso em: 15 out. 2018.
- MELO, O. do C. **O lugar e a comunidade na Ilha de Cotijuba-PA**. 2010. 192 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Pará- Programa de Pós-graduação em Geografia, Belém, 2010.
- MENEZES, M. A. Agricultores expropriados: terra, migrações e trabalho. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 418-433.
- MENEZES, M. A. Família, juventude e migrações. **Revista Antropológicas**, v. 23, n. 1, p. 113-136, 2012a.

MENEZES, M. A. Migrações e mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos. In: TEIXEIRA, P. E.; BRAGA, A. M. C.; BAENINGER, R. (Orgs.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012b. p. 21-40.

MENEZES, M. A.; COVER, M. Trabalhadores migrantes: formas de resistência cotidiana. **Travessia–Revista do Migrante**, v. 31, n. 83, p. 79-88, 2018.

MENEZES, M. A.; SILVA, M. S.; COVER, M. Migrant workers in sugarcane mills: a study of social networks and recruitment intermediaries in Brazil. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 1, n. 2, p. 161-180, 2012.

MENEZES, M. L. P. Tendências atuais das migrações internas no Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, v. 69, n. 45, ago. 2000.

MEYER, G.; FAGGIN, J. M.; MOTA, D. M.; GEHLEN, I. Dinâmicas de (re) ocupação de terras: a lógica patrimonialista e a área de influência da rodovia Belém-Brasília no Nordeste Paraense. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 30, n. 1/3, p. 33-53, 2013.

MEYER, G.; MOTA, D. M.; CORRÊA, R. O. Construção de saberes com agricultores familiares no Nordeste Paraense. **Interações (Campo Grande)**, v. 12, n. 1, p. 19-29, 2011.

MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. (Org.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5 ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-212.

MOLL, J. Reflexões acerca da educação para a superação da extrema pobreza: desafios da escola de tempo completo e de formação integral. In: CAPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (Orgs.). **O Brasil sem Miséria**. Brasília. 2014. p. 563-581. Disponível em: http://www.mds.gov.br/documentos/LivroBSM/livro_o_brasil_sem_miseria.pdf . Acesso em: 05 set. 2018.

MONTEIRO, K. F. G. **Análise de Indicadores de Sustentabilidade Socioambiental em diferentes sistemas produtivos com palma de óleo no Estado do Pará**. 2013. 198 f. 2013. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias/Agrossistemas da Amazônia) – Universidade Federal Rural da Amazônia/Embrapa Amazônia Oriental. Belém. 2013.

MONTEIRO, M. A. De camponês a assalariado agrícola: impactos da expansão de dendê na Amazônia. In: BAHIA, M. C.; NASCIMENTO, D. M (Orgs). **Estado, Sistemas Produtivos e Populações Tradicionais**. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, Belém, 2014. p. 221-242.

MONTEIRO, M. A. Mudar para persistir: uma experiência de resistência camponesa e a expansão do dendê na Amazônia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA LATINA: POLÍTICA E CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS, 2015, Belém, PA. **Anais...** Belém, PA: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, 2015. p. 246-270.

MORAES FILHO, E. Introdução. In: SIMMEL, G. (Org.). **Simmel: Sociologia**. São Paulo: Ática, Coleção os Grandes Cientistas Sociais, 1983. p. 7-44.

MOTA, D. M. da; MOURÃO JÚNIOR, M.; SCHMITZ, H. Oil palm cultivation in the Brazilian Amazon: state actions, interest groups, and conflict. In: BONANNO, A.;

CAVALCANTI, J. S. B (Orgs.). **State capitalism under neoliberalism: the case of agriculture and food in Brazil**. Nova Iorque; Londres: Lexington Books, 2019. p. 93-113.

MOTA, D. M. Família e grupos domésticos na Amazônia paraense. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n 2, p. 289-314. 2014.

MOTA, D. M. **Trabalho e sociabilidade em espaços rurais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2005. 256p.

MOTA, D. M.; BALSADI, O. V.; MOURÃO JÚNIOR, M. Transformações na estrutura ocupacional do Norte do Brasil com foco na dendeicultura. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 39, n. 2, p. 289-312, 2019.

MOTA, D. M.; RIBEIRO, L.; SCHMITZ, H. A organização do trabalho familiar sob a influência da produção de dendê em Tomé-Açu, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 14, n. 2, p. 531-552, 2019.

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; GOMES, D, L.; SILVA, G. O. da. Oil palm contract farming improves quality of life for family farmers in the Brazilian Amazon?. In: ROSALIEN, J.; PASIECZNIK, N. (Orgs.). **Exploring inclusive palm oil production**. Tropenbos International: Wageningen, the Netherlands. 2019. p. 78-84. (ETFRN News, 59).

MOURÃO JÚNIOR, M. **Modelização espacial de territorialidades no estado do Pará Entre a Amazônia dos rios e das estradas**. 2017. 342 f. Tese (Doutorado em Geografia e gerenciamento urbano): Universidade Sorbonne-Nouvelle. 2017.

MÜLLER, A. A.; FURLAN JUNIOR, J. **Agronegócio do dendê: uma alternativa social, econômica e ambiental para o desenvolvimento sustentável da Amazônia**. IICA Biblioteca Venezuela, 2001.288p.

MUTO, R. **O Japão na Amazônia: condicionantes para a fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009)**. 2010. 345 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleos de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento do Trópico úmido, Belém, 2010.

NAGAI, A. **Imigração Japonesa em Tomé-Açu**. [s.n.]. 2018.193p.

NAGAI, A. **Um nikkei da terra dos tembés**. Belém, PA: Alves Gráfica e Editora, 2002. 145p.

NAHUM, J. S.; MALCHER, A. T, C. Usos do território na Amazônia: dendeicultura e campesinato na microrregião de Tomé-Açu. In: **VI Encontro Nacional da ANPPAS**, 2012, Belém. Belém: ANPPAS, 2012a. p. 43-60.

NAHUM, J. S; MALCHER, A. T. Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: A dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu (PA). **Confins [Online]**, v. 16, p.1-20. 2012b. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/7947>. Acesso em: 10 out. 2018.

NAVES, F. **Trabalho e trabalhadores nas sociedades contemporâneas: outras lentes sobre invisibilidades construídas**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

- NEIBURG, F. A sociologia das relações de poder de Norbert Elias. In: ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. p.7-11.
- NEIMAN, G.; QUARANTA, G. Eventualidad y movilización de la mano de obra en el contexto de la restructuración de la agricultura de la provincia de San Juan. v. 20, n. 1, p. 77-98, 2013.
- NERI, M. C.; MELO, L. C. C. de.; MONTE, S. dos R. S. **Superação da pobreza e a nova classe média no campo**. Ed. FGV, 2012.314p.
- NOMURA, K.; MITCHARD, E.T.; PATENAUDE, G.; BASTIDE, J.; OSWALD, P.; NWE, T. Oil palm concessions in southern Myanmar consist mostly of unconverted forest. **Scientific Reports: nature research** , v. 9, n. 1, p. 1-9, 2019. Disponível em: www.nature.com/scientificreports. Acesso em 07 dez. 2019.
- NOVAES, J. R. P. Trabalho nos canaviais: os jovens entre a enxada e o facão. **RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais-UNICAMP**, v. 3, n. 1 p.105-127, jan./mar., 2009.
- OLIVEIRA, P. S. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Vozes, 2001.
- OLIVEIRA, R.C de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. In: OLIVEIRA, R.C de. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp: Paralelo 15, 2000. p. 17-35.
- PARÁ. Imprensa Oficial do Estado do Pará (IOEPA). **Diário Oficial do Estado**. CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S. A. -CELPA. DOE Nº 31.221. 2008. Disponível em: <http://www.ioepa.com.br/pag es/2008/200 8.07 .29. DOE.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2020.
- POCHMANN, M. Grandes tendências do mercado de trabalho. In: BUAINAIN, A. M.; TIBURCIO, B. (Orgs.). **Emprego e trabalho na agricultura brasileira**. Brasília, DF: IICA, 2008. p. 63-87.
- PREFEITURA DE TOMÉ-AÇU. Lei Nº 2.136 de 18 de dezembro de 2017. **Plano Plurianual 2018-2021**. 2017. Disponível em: <https://prefeituratomeacu.pa.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/PPA-TOME-A%C3%87U-PDF-2018-2021-Lei.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- PYE, O.; DAUD, R.; MANURUNG, K.; SIAGAN, S.. Workers in the Palm Oil Industry: Exploitation, Resistance and Transnational Solidarity. Cologne, Germany: **Stiftung Asienhaus Hohenzollerring**, n. 52, mar. 2016.
- QUEIROZ, M. I. P. **Bairros rurais paulistas: Dinâmica das relações bairro rural-cidade**. São Paulo: Livraria duas cidades, 1973. 162p.
- RAMALHO FILHO, A.; DA MOTTA, P.; FREITAS, P.; TEIXEIRA, W. **Zoneamento agroecológico, produção e manejo para a cultura da palma de óleo na Amazônia**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2010. 226p.
- RESQUE, M. F. A. **Motivação de jovens para o trabalho na comunidade Perseverança, São Domingos do Capim-PA**. 2017. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2017.

RIBEIRO, L. B. **O trabalho sob influência da dendeicultura em vilas rurais paraenses**. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2016.

RIBEIRO, L. B.; MOTA, D. M.; ALVES, K. S. Vilas rurais na Amazônia Oriental: o nordeste paraense em questão. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 34, n. 3, p. 339-358, 2017.

RIBEIRO, L. C. **“Mesmo com essas coisas ruins que o dendê trouxe, eu não saio daqui”**: resistência à agroindústria do dendê na comunidade do Castanhalzinho em Concórdia do Pará. 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2017.

RIELLA, A.; MASCHERONI, P (Comp.). **Asalariados rurales en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2015. 352p.

RODRIGUES, T. E.; SANTOS, P. L.; VALENTE, M. A.; RÊGO, R. S.; GAMA, J. R.; SILVA, J. M.; SANTOS, E. S.; ROLLIM, P. A. **Zoneamento agroecológico do município de Tomé-Açu, Estado do Pará**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2001. 81p. (Documentos, 118).

ROSA, A. H.; AQUINO, F. J. A. Acordos de trabalho–Patrão e empregado: uma breve discussão acerca da reforma trabalhista e do perigo escondido por trás dos acordos. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 10, p. 19, 2019.

SAAVEDRA, E. O. Pequeña y gran producción agrícola capitalista y trabajo asalariado en Bolivia. In: RIELLA, A.; MASCHERONI, P (Comp.). **Asalariados rurales en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2015. p. 165-186.

SAAVEDRA, M. da P. C. **O "ir" para o assalariamento na agroindústria do dendê e o "voltar" para a comunidade quilombola**: o caso de Santo Antônio em Concórdia do Pará. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2017.

SACRAMENTO, N. D. **“Do dendê eu tenho medo até dos espinhos”**: resistência cotidiana à agroindústria do dendê pelos camponeses de Maçaranduba – Tomé-Açu, no Nordeste Paraense. 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas). Universidade Federal do Pará. Belém. 2016.

SAMPAIO, I. C. **A agricultura familiar e a agroindústria do dendê no município de Tomé-Açu (PA)**: efeitos da agricultura por contrato na produção e no trabalho familiar. 2014. 205 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2014.

SANTOS JÚNIOR, J. A dimensão esquecida: a questão da agência no trabalho do corte da cana de açúcar. **Caderno CRH**, v. 31, n. 83, p. 389-406, 2018.

SANTOS JÚNIOR, J. **Na trama das identidades**: vida e trabalho no corte de cana em Sergipe. 2014. 250 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SANTOS, C. B. **Dendeicultura e comunidades camponesas da Amazônia paraense: uma análise do município de Moju**. 2015. 163 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2015.

SANTOS, M. S. A. dos; HESPANHOL, R. A. de M. Bairros rurais e estratégias de reprodução social no município de Presidente Prudente-SP. **Formação (Online)**, v. 25, n. 45, p. 199-229, 2018.

SANTOS, R. J.; KINN, M. G. Festas: Tradições reinventadas nos espaços rurais dos cerrados de Minas Gerais. **Espaço e Cultura**, n. 26, p. 61-74, 2009.

SCHENKEL, Y. Energy as a driver for European agriculture and forest, bioenergy and bioproducts. **Gás Natural**, v. 376, n. 22.8, p. 422.7, 2007.

SCHILLING, F. Cenários da modernidade do século XXI. **Sociabilidades – Laboratório de Análises da Sociabilidade Contemporânea**, São Paulo, 1996. p. 13-18.

SILVA, B. S. **Viveres de maranhenses no Pará: migração, terra, trabalho e conflito no vale do Acará (décadas de 1960-1990)**. 2018. 143f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História (PPGH), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SILVA, D. W. **Entre a vila e o assentamento: conexões que dinamizam a agricultura familiar na Amazônia Oriental**. 2011. 195 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- Amazônia Oriental, Belém, 2011.

SILVA, E. M. da; NAVEGANTES-ALVES, L. de F. A ocupação do espaço pela dendeicultura e seus efeitos na produção agrícola familiar na Amazônia Oriental. *Confins* [online]. **Revue franco-brésilienne de géographie**, n. 30, p.1-22, fev. 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/11843>. Acesso em: 09 ago. 2018.

SILVA, M. S. **Trabalhadores-migrantes nos canaviais paulistas: sociabilidades, condições de trabalho e formas de resistência!** 2011. 322f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba – Brasil, 2011.

SIMAS, J. P.; PENTEADO, C. L. C. Energia e sustentabilidade: análise da viabilidade do cultivo de dendê para o desenvolvimento regional endógeno da Amazônia. **Boletim de Geografia**, v. 37, n. 1, p. 184-198, 2019.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. 118p.

SIMMEL, G. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHO, E. (Org.). **Simmel: Sociologia**. São Paulo: Ática, Coleção os Grandes Cientistas Sociais, 1983, p. 165-181.

SOUSA, R. B. Quando o trabalhador assalariado é camponês: um estudo dos agricultores camponeses nos campos de dendê no nordeste paraense. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 14, n. 32, p. 28-52, abr., 2019.

SOUSA, R. B.; MACEDO, C. O. Comunidades camponesas no nordeste paraense: o caso de São Judas e Cravo. **Geografia (Londrina)**, v. 20, n. 2, p. 115-128, 2011.

SOUSA, R. B.; MACEDO, C. O. Implicações socioambientais entre camponeses e o agronegócio do dendê no nordeste paraense. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 17, n. 1, p. 256-278, 2019.

SOUZA, P. C.; HESPANHOL, A. N. Bairros rurais e resistência: a formação das comunidades rurais no Oeste Paulista. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 5, n. 10, 2010.

TAVARES, M. G. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 15, n. 2, p. 107-121, 30 dez. 2011.

TERÁN, J. F. La economía de los biocombustibles: una mirada a los proyectos hegemónicos para América Latina. In: FERNANDES, B. M. (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. 1. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2008.432p.

THOMAZ JÚNIOR, A. Um olhar autocrítico do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil no século XXI. **Revista Eletrônica AGB-TL**, v. 1, n. 13, p. 6-28, 2011.

TORRES, É. N.; MOREIRA, E. R. F.; SILVA, E. O. Dinâmica do trabalho assalariado rural na Paraíba: uma análise com base nos dados dos censos agropecuários no período de 1995 a 2006. In: TOLEDO, F. S (Org). **Geografia no Século XXI**. Belo Horizonte - MG: Poisson, v 1, 2019. p. 21-27.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**. São Paulo: Difel, 1983.

USDA – UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. Foreign Agricultural Service. **Oilseeds: World Markets and trade**. April. 2020. 39p. Disponível em : <https://apps.fas.usda.gov/psdonline/circular/s/oilseeds.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2020.

USDA – UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **Palm Oil Production by Country in 1000 MT**. 2019. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/agriculture/?commodity=palm-oil&graph=production>. Acesso em: 05 mai. 2020.

VÁSQUEZ, J. A. M. **Agronegócio do Dendê: evolução no Estado do Pará e no Brasil e no Peru**. 2015. 274 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2015.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. de O (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-46.

VIEIRA, A. C. **A integração camponesa ao monocultivo de dendê: subordinação e transformação do campesinato amazônico**. 2015. 146 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2015.

VILLELA, A. A. **Expansão da Palma na Amazônia Oriental para fins Energéticos**. 2014. 360 f. Tese (Doutorado em Planejamento Energético) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia- Rio de Janeiro, 2014.

VILMAR, M. L.; SOUSA, J.; ARRUDA, L.; RODRIGUES, R. **O comportamento sócio-trabalhista na produção do óleo de palma do dendê no Estado do Pará com foco nas empresas Agropalma, Biovale/Biopalma, Petrobras Combustíveis**. São Paulo: Instituto Observatório Social, 2014. 80p. Relatório final.

WAGLEY, C. **Uma comunidade Amazônica**: Estudo do homem nos trópicos. Ed. 3ª. Belo Horizonte, Editora Itatiaia Limitada, 1988. 316p.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.7, n. 1, p. 35-53, jan/jun. 1990.